

Paulo José de Carvalho Moura

**“Entre a ousadia e o dever de casa”: A política fiscal
no governo Dilma Rousseff (2011-2016): discursos,
agentes e instituições**



PAULO JOSÉ DE CARVALHO MOURA

**“Entre a ousadia e o dever de casa”: A política fiscal
no governo Dilma Rousseff (2011-2016): discursos,
agentes e instituições**

Dissertação de Mestrado apresentado a banca de defesa e ao Conselho do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras– Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Sociologia Econômica e Sociologia Política

Orientador: Maria Chaves Jardim

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2019/24480-8) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

ARARAQUARA – S.P.
2022

M929“

Moura, Paulo José de Carvalho

“Entre a ousadia e o dever de casa”: A política fiscal no governo
Dilma Rousseff (2011-2016) : discursos, agentes e instituições / Paulo
José de Carvalho Moura. -- Araraquara, 2022

162 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Maria Chaves Jardim

1. Governo Dilma Rousseff. 2. Política econômica. 3. Sociologia
Econômica. 4. Estado. 5. Discurso político. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

PAULO JOSÉ DE CARVALHO MOURA

“Entre a ousadia e o dever de casa”: A política fiscal no governo Dilma Rousseff (2011-2016): discursos, agentes e instituições

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Sociologia Econômica e Sociologia Política

Orientador: Maria Chaves Jardim

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2019/24480-8) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

Data da defesa: 14/02/2022

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Maria Chaves Jardim

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Membro Titular: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Membro Titular: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para Elza da Conceição Soares,
Que cantou para viver. Viveu para cantar,
Com todo carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero registrar palavras à minha orientadora, Maria Chaves Jardim, a quem defino como o agente responsável pelas mais viscerais transformações em minha trajetória e o pilar que me move adiante cotidianamente. Sem dúvidas, você constitui uma inspiração em todas as esferas (acadêmica, profissional, pessoal). Um ser humano de grande generosidade, dedicação e solidariedade. Esse texto não existiria sem a vivacidade do seu engajamento intelectual e a orientação contraintuitiva e esmerada no fazer sociológico, portanto, não poderia deixar de agradecer a oportunidade e honra de aprender e caminhar junto a ti. Se destacasse uma canção que pudesse reverberar o seu papel em minha caminhada, somente uma canção de Paulinho da Viola poderia exprimir com exatidão: “Foi um rio que passou em minha vida”. Aluno e orientadora se encontram amagados nas linhas e nas ideias desse estudo.

Agradeço à minha família, registro os mais intensos agradecimentos a meu pai, José Pierote Moura, pois sem ele, jamais teria condições de estar aqui hoje, devo a ele todas as reverências pelo apoio irrestrito. Por mais que não compreendesse a lógica desse mundo que escolhi trilhar, conferiu todos os árduos esforços que foram de suma importância para a concretização da minha formação acadêmica. A minha mãe Rose Meire de Carvalho pelo carinho, apoio e afeto precioso, exemplo de luta e insistência na busca pelas nossas realizações pessoais. Em especial, aqueles que deixaram saudades e foram a base fundamental de toda crença que carrego no corpo e na mente, a saber, Aguinalia Martins da Cruz Binote, Miguel Binote e Antônia Binote, pelos mais tenros cuidados e gestos de amor incondicional, registrados para sempre estarão nesse trabalho e em meu coração.

Agradeço a Elza Soares, minha referência de vida, maior amor que nutro nessa existência e que, ao longo desses últimos anos, tornou-se uma amiga e uma fada madrinha realizadora de meus sonhos. A pessoa que vibrou fortemente com minha aprovação no mestrado e sempre direcionou palavras tão maravilhosas e crença tão firme no meu potencial. Você é a prova fidedigna de que não existem limites para que os sonhos se tornem realidade mesmo com as adversidades da vida. Elza é o símbolo da resistência, nossa Fênix que a cada morte se tornou maior e mais viva. Se as lutas diárias têm sido mais bem travadas, é por causa que há essa voz e presença por embalar e engajar a minha caminhada, como bem disse: “a música é a medicina da alma”. Salve o grito potente que representa e é a síntese do Brasil em seu estado mais glorioso. Salve a maior intérprete que já pisou nessa terra. Jamais terei palavras para agradecer teu amor, teu carinho e apoio. O Brasil estava na mais tórrida seca, Elza veio com o dilúvio, de

amor, de talento, de força e grandeza. E lógico, dedico reverências a sua família que tão bem me acolheu e se tornou minha também, em especial, minha parceira irmã amada Vanessa Soares, Virna Soares, Dilma Soares, João Pedro, Maria Eduarda, Carlos Eduardo e ao querido Pedro Loureiro. Não tenho palavras suficientes para dedicar a vocês.

Ao pontuar as figuras que foram centrais nesse percurso, seria impossível não agradecer ao Professor Frédéric Lebaron, um dos mais importantes intelectuais da sociologia francesa contemporânea, que me recebeu generosamente para realizar um estágio de pesquisa (BEPE-FAPESP) sob sua supervisão na *École Normale Supérieure Paris-Saclay* na França. Sou grato pela oportunidade oferecida, pela grandeza do acolhimento, pela sensibilidade acurada e pelos ensinamentos que me permitiram experienciar um novo mundo de conhecimento em Paris, assim como as possibilidades e caminhos no campo da sociologia e o amadurecimento teórico metodológico das questões deste estudo e da minha própria formação.

Dado esse passo, consecutivamente, agradeço a minha “cozinha sociológica”, o NESPOM (Núcleo de Estudos sobre Emoções, Sociedade, Poder, Organização e Mercado), o lugar de realização na construção da minha vida acadêmica e que também se tornou parte do meu ser. Aos companheiros Gabriela Porcionato, Lucas Flores, Thierry, Luana Di Pires, Thais Caetano, Thiago Rosa e, em especial, ao querido Mateus Tobias Vieira, parceiro de tantos projetos, trocas e conversas sobre o mundo social, Bourdieu e a vida.

Agradeço ao grupo parceiro Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças – NESEFI pela recepção. Especialmente, as contribuições generosas do Professor Roberto Grün, que em algumas ocasiões e eventos teceu comentários e sugestões que aguçaram minha inquietação e, acima de tudo, foram norteadoras. Destaco aqui as contribuições generosas e ideias partilhadas por Ana Carolina Bichoffe, Elaine da Silveira Leite, Karina Gomes Assis, Antonio José Pedroso Neto.

Aos meus professores da UNESP de Araraquara que foram fundamentais e contribuíram direta e/ou indiretamente na minha formação, em destaque, Maria Teresa Kerbauy, Renata Paoliello, Claudio César de Paiva, Ana Lucia Castro, José Antônio Segatto, Carlos Henrique Gileno, Karina Pasquariello, Luís Fernando Ayerbe, Carla Martelli.

Agradeço a Ana Paula Santos, professora e amiga, que desde os primórdios, cultivou a semente que me levaria pelos caminhos do pensamento crítico, da paixão pela história e pela escolha em dedicar-me ao ofício de sociólogo. Ela é a figura que mais acreditou e me apoiou incondicionalmente, lapidou, incentivou e que um dia, em tom incisivo e que hoje recordo com risadas, impediu que o destino vaticinado pelo meu lugar origem se concretizasse, me “obrigando” a pegar a oportunidade especial que a vida ofereceria. Graças a ti, Aninha, me

mantive no lado justo da força e na busca pelo sentido mais amplo da palavra ser humano. Se sou capaz aqui de estar hoje, devo a você.

Aos queridos professores, funcionários e amigos da ETEC “Tenente Aviador Gustavo Klug”, que durante minha passagem foram tão importantes, em especial: Karla Furllem, Paulo Máximo, Larissa Pereira, Edmary Godoy, Patrícia Gonçalves, Carlos Alberto Felício, Amanda Gazito. Com destaque aqui para Elaine Santa Rosa, figura acolhedora e luz amiga que tantas vezes a mão estendeu a mim, sempre generosa. Penso que poucos souberam entender com tanta sutileza as condições e os anseios de um jovem com minhas origens.

Aos meus fraternos companheiros e companheiras de vivência, que juntos enfrentamos o propósito de nossas vidas, acima de qualquer adversidade ou obstáculo, a saber: Fernanda Calou, Lucas Barbosa, Julia Ruiz, Dayane Souza, Renan Farias, Gabriel Basso, Melissa Arcas.

Aos amigos tão imprescindíveis de caminhada na Faculdade, a saber: Yago Matheus da Silva, grande e sublime parceiro em todas as horas; Matheus Moura, Bruna Nadi de Abreu, Camila Serrador, Sandra Dias, Luana da Silva Ribeiro João Túbero, Vanessa Florêncio, Laís Barreto, Daniela Soares, Laura Gabrielle.

Agradeço imensamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (processo 2019/24480-8) pela oportunidade, apoio institucional e financeiro. E ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Reafirmo aqui sua importância para o estímulo à pesquisa junto aos jovens pesquisadores. O apoio e fomento à pesquisa constitui-se uma experiência inalienável a todos que desejam e buscam dar um passo sólido na construção da vida acadêmica e somente uma instituição como a FAPESP é detentora, de fato, de uma visão ampla e estratégica que a coloca a frente de nosso tempo.

E por fim, registro um agradecimento simbólico ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e, principalmente, a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff pelas políticas de inclusão social e, consecutivamente, pela transformação da morfologia social brasileira que viabilizaram e tornaram possível um jovem como eu, o primeiro de gerações de uma família de classe popular, acessar a universidade pública em sua plena essência.

“Não deve confundir-se a vida das formas com as formas da vida”

Jean Cocteau (2016, p.39)

(...) "Com a ponta da língua pude sentir a semente apontando sob a polpa. Vareí-a. O sumo ácido inundou-me a boca. Cuspi a semente: assim queria escrever, indo ao âmago do âmago até atingir a semente resguardada lá no fundo como um feto".

Lygia Fagundes Telles (2021, p.20)

RESUMO

Trata-se de um estudo que busca objetivar, a partir da sociologia econômica, da sociologia relacional de Pierre Bourdieu e da sociologia pragmática de Luc Boltanski, as disputas simbólicas em torno das ações governamentais em política econômica, com foco na política fiscal, durante o Governo Dilma Rousseff (2011-2016). Para tanto, fizemos o uso de diversos protocolos de pesquisa, utilizados em diálogo com a teoria de Pierre Bourdieu, com destaque para análise lexicométrica dos discursos proferidos pelos “indivíduos eficientes” (Bourdieu, 2016) do Governo Dilma. Ainda, de modo a objetivar os contenciosos em torno da política fiscal, analisamos a estratégia discursiva referente às ações realizadas no primeiro mandato (2011- 2014) e as justificações produzidas para legitimar a realização de ajustes fiscais no contexto econômico do segundo mandato (2015-2016). Ao final, mostramos uma oscilação dos discursos dos agentes estudados em relação às tomadas de posição no que se refere à política econômica, a avaliação sobre a dita crise fiscal e as soluções para esta. Em geral, argumentamos que os posicionamentos se alternaram entre a defesa da expansão dos gastos públicos e a defesa das políticas de austeridade, em consonância com a conjuntura sociopolítica e do estado do quadro de forças do campo do poder.

Palavras – chave: Governo Dilma Rousseff; Política Fiscal; Austeridade; Sociologia Econômica; Política Econômica; Discurso político; Estado.

ABSTRACT

This is a study that seeks to objectify, from the economic sociology, the relational sociology of Pierre Bourdieu and the pragmatic sociology of Luc Boltanski, the symbolic disputes around government actions in economic policy, focusing on fiscal policy, during the Dilma Rousseff's Government (2011-2016). To this end, we made use of several research protocols, used in dialogue with Pierre Bourdieu's theory, with emphasis on the lexicometric analysis of the speeches uttered by the "efficient individuals" (Bourdieu, 2016) of the Dilma's Government. In addition, in order to objectify the disputes surrounding fiscal policy, we analyzed the discursive strategy regarding the actions taken in the first term (2011-2014) and the justifications produced to legitimize the implementation of fiscal adjustments in the economic context of the second term (2015-2016). In the end, we show an oscillation in the discourses of the agents studied in relation to the positions taken regarding economic policy, the assessment of the so-called fiscal crisis and the solutions to it. In general, we argue that the positions alternated between the defense of the expansion of public spending and the defense of austerity policies, in line with the sociopolitical conjuncture and the state of the framework of forces in the field of power.

Key words: Dilma Rousseff government ; Fiscal policy ; Austerity ; Economic Sociology; Economic Policy; Political discourse ; State.

RÉSUMÉ

Il s'agit d'une étude qui cherche à objectiver, à partir de la sociologie économique, de la sociologie relationnelle de Pierre Bourdieu et de la sociologie pragmatique de Luc Boltanski, les disputes symboliques autour des actions gouvernementales en matière de politique économique, avec un focus sur la politique fiscale, pendant le gouvernement de Dilma Rousseff (2011-2016). Pour ce faire, nous avons eu recours à plusieurs protocoles de recherche, utilisés en dialogue avec la théorie de Pierre Bourdieu, en mettant l'accent sur l'analyse lexicométrique des discours prononcés par les " individus efficaces " (Bourdieu, 2016) du gouvernement de Dilma. Par ailleurs, afin d'objectiver les enjeux contentieux autour de la politique fiscale, nous analysons la stratégie discursive relative aux mesures prises lors du premier mandat (2011-2014) et les justifications produites pour légitimer les ajustements fiscaux dans le contexte économique du second mandat (2015-2016). En fin de compte, nous montrons une oscillation dans les discours des agents étudiés par rapport aux positions prises concernant la politique économique, l'évaluation de la soi-disant crise fiscale et les solutions à celle-ci. Dans l'ensemble, nous soutenons que les positions ont alterné entre la défense de l'expansion des dépenses publiques et la défense des politiques d'austérité, en fonction de la situation sociopolitique et de l'état du champ de pouvoir.

Mots-clés: Gouvernement Rousseff; Politique budgétaire; Austérité; Sociologie économique; Politique économique; Discours politique; État.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capas das revistas Veja e Época representando a crítica a inflação no Governo Dilma em 2012	78
Figura 2. Charge representando a dificuldade da presidenta Dilma em “domar o dragão da inflação”.	79
Figura 3. Capas das revistas ÉPOCA, Veja e IstoÉ tratando da entrada de Levy no Governo	91
Figura 4. Frequência de menção às medidas anticíclicas no <i>corpus</i> textual	93
Figura 5. Registro do lugar vazio do ministro Joaquim Levy na coletiva de imprensa sobre o contingenciamento do governo.....	119
Figura 6. Capa da revista ÉPOCA abordando o enfraquecimento do ministro Levy.....	130
Figura 7. Sequência da dinâmica de momentos críticos relativa ao Ministro da Fazenda	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Modelo de <i>Cités</i> e suas ordens de grandeza	23
Quadro 2. Relação de ministros das pastas da área de política econômica (2011-2014)	59
Quadro 3. Os “braços direitos” da Economia: a composição das secretarias do Ministério da Fazenda (2011-2016).....	64
Quadro 4. Momentos-chave do Governo Dilma (2011-2016)	82
Quadro 5. A gênese da crise: suas causas e problemas	92
Quadro 6. Registros das metáforas do sacrifício e dos esforços.	101
Quadro 7. Comparação das narrativas de justificação da ação do governo	104
Quadro 8. Registros do discurso de naturalização da necessidade e abolição das alternativas	107
Quadro 9. Justificação via estratégia enunciativa de negação: Dilma Rousseff	112
Quadro 10. Justificação via estratégia enunciativa de negação: Joaquim Levy	115

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. OS FENÔMENOS ECONÔMICOS COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS: APORTES DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	28
2.1. O Estado em Pierre Bourdieu.....	32
3. A POLÍTICA FISCAL COMO CRENÇA PRODUZIDA PELA TEORIA ECONÔMICA <i>MAINSTREAM</i>	35
3.1. Contexto internacional.....	35
3.2. Contexto nacional	39
4. O FAZER ECONÔMICO NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010) E DILMA ROUSSEFF (2011-2014)	43
4.1. A produção da “grande crítica” no campo dos economistas acerca da política econômica do primeiro governo Dilma.....	74
5. “AUSTERIDADE FISCAL À BRASILEIRA”: AS JUSTIFICATIVAS DA MUDANÇA PENDULAR NA POLÍTICA ECONÔMICA NO SEGUNDO GOVERNO.....	85
5.1. A linguagem metafórica como forma de representação da lógica econômica e financeira.....	100
5.2. “Sem ajuste o Brasil não volta a crescer”: a austeridade como necessidade inevitável.....	104
5.3. Crítica e denúncia: a estratégia de negação nos discursos de Dilma	111
6. MOMENTOS CRÍTICOS E DISPUTAS DE SENTIDO EM TORNO DA POLÍTICA ECONÔMICA NO SEGUNDO MANDATO DILMA.....	116
6.1. Momento crítico: Equipe Econômica	117
6.2. Momento crítico: Disputas entre Dilma, Lula, o Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais	131
6.3. Análise geral.....	137
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	144
ANEXO.....	161

1. INTRODUÇÃO

O texto, ora apresentado, constitui um marco basilar da nossa trajetória, um passo importante em uma agenda voltada às investigações das tomadas de decisões e os momentos de mudanças pendulares das ações governamentais em política econômica do Estado brasileiro durante os anos do Governo Dilma Rousseff (2011-2016), que ora se aproximam da defesa da expansão dos gastos público, ora na defesa da disciplina fiscal e redução da capacidade do Estado gastar. Os resultados apresentados aqui constituem o desdobramento de uma incursão na temática iniciada em dezembro de 2014, com o nosso ingresso no projeto de pesquisa “Desenvolvimento, Estado e Mercado: estudo dos governos Cardoso, Lula, Dilma por meio da biografia dos ministros e ministras do período (1994-2014)”, liderado e orientado pela Profa. Maria Chaves Jardim no grupo de pesquisa NESPOM e que resultou em sua tese defendida em concurso de Livre Docência em Sociologia Econômica, na Unesp de Araraquara, em abril de 2018.

Naquele contexto, as investigações iniciais acerca dos quadros ministeriais do Governo Rousseff desdobrou-se em uma pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPESP (17/09816-4), realizada entre 2017 e 2019, tendo como objetivo apreender a crise fiscal de 2015 e a implementação da política de ajuste fiscal como da inflexão significativa tomada pela gestão petista, partindo do pressuposto de que as políticas forjadas no campo dos economistas e os discursos políticos embebidos pela crença econômica produzidas por aqueles, não constituíam dados objetivos, neutros, técnicos ou imprescindíveis, portanto, para além de variáveis políticas, como queriam seus produtores ortodoxos, mas, sim, se realizavam em um amplo contexto de disputas e de escolhas políticas enraizadas no tecido social.

No ano de 2018, a pesquisa fora ampliada via internacionalização a partir da realização de um estágio de pesquisa na École Normale Supérieure Paris-Saclay na França, financiado com uma bolsa BEPE-FAPESP, sob a supervisão do Professor Frédéric Lebaron, reconhecido internacionalmente como uma referência em Pierre Bourdieu, métodos quantitativos e em discussões sobre sociologia econômica, dentre outras, com passagem no laboratório *Institutions et Dynamiques Historiques de l'Économie et de la Société* (IDHES), onde o nosso supervisor é um dos líderes desse centro de pesquisa na unidade. A comparação com o caso francês nos permitiu compreender as justificativas desses planos de austeridade fiscal não como um caso isolado, mas como uma doxa, expressas através de moralidades que se encontram enraizadas em elementos sociais e são compartilhadas ao redor do mundo, sendo mobilizadas pelas autoridades políticas e econômicas com fins a legitimar tal política econômica *mainstream*.

A explicitação da nossa trajetória acadêmica, se justifica em virtude de que tais percursos possibilitaram o encontro com as questões cruciais que estruturam o cerne das inquietações intelectuais e o *locus* da pesquisa que segue apresentada adiante. Além disso, essa apresentação de nossa trajetória ajuda a entender o nosso momento de pesquisa e o enquadramento dessa pesquisa individual em um contexto mais amplo de pesquisa coletiva, realizada no Nespom-Unesp Araraquara.

Considerando esse contexto de pesquisa acima apresentado, nosso estudo tem como objetivo identificar e objetivar as disputas de narrativas em torno das ações governamentais em política econômica, que corroboraram ao retorno da discurso dominante sobre a necessidade da austeridade e de enquadramento da questão fiscal, com vistas a evidenciar que o processo decisório de uma política econômica é uma construção social (Swedberg, 2004; Bourdieu, 2004; Abramovay, 2003; Jardim, 2007; Lebaron, 2012; Grün, 2010) antes de ser uma decisão dita técnica e neutra, contribuindo em um ramo consolidado da sociologia econômica e das finanças.

Para dar conta dessa empreitada, fizemos uso de vários métodos e metodologias, que passamos a elencar.

Em primeira instância, nosso método tem como base a sociologia relacional de Pierre Bourdieu, especialmente o conceito de crença/doxa, Estado e campo político, e da sociologia econômica, que apresentaremos mais adiante. As considerações acerca das relações entre linguagem e poder adquirem um peso significativo na obra do sociólogo francês, na medida em que considera que o poder é relacional, ou seja, pensando o não como um atributo, mas como relação que perpassa toda sociedade, principalmente, no que se refere às análises das formas de dominação, ponto nevrálgico de seu projeto científico.

Na obra *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer?* (1983), o autor desenvolve de forma mais sistemática suas principais teses acerca da prática discursiva, as quais derivam inicialmente de uma crítica às ideias do filósofo e linguista britânico J. L. Austin, e, principalmente, ao estruturalismo e os modelos linguísticos do Ferdinand Saussure (e, secundariamente, ao linguista norte-americano Noam Chomsky). No que se refere ao primeiro, Austin defende, em sua obra “Quando Dizer é Fazer” (1962), que a capacidade do discurso de promover ações tem sua origem nas próprias palavras, em si mesmas, compreendidas como “objetos autônomos”. Bourdieu contesta veemente o argumento de que as palavras fazem “coisas”. Em sua compreensão, a eficácia da linguagem verbal, não deve ser entendida de forma autônoma, independente das condições sociais de sua produção.

Para Bourdieu, em qualquer tipo de linguagem, devem ser consideradas as condições institucionais de produção e recepção dos discursos (operacionalizando para tanto conceitos como campo social, *habitus* linguístico, mercado linguístico, capitais dos agentes), de modo que, “o que faz o poder das palavras [...] é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. p. 15), ou seja, a eficácia simbólica da linguagem não está em si mesma, mas no mundo social que a produziu.

Em seguida, mira as armas de sua crítica ao modelo de Saussure ao afirmar que este confere pouca atenção as funções práticas dos signos, que não podem ser reduzidas às funções de comunicação e produção de conhecimento. Bourdieu enfatiza que, para além do conhecimento dos códigos, é preciso ter o sentido do jogo, pois, o “simples conhecimento do código não permite senão imperfeitamente dominar as interações linguísticas realmente efetuadas” (Bourdieu, 1983, p. 50-51). É importante frisar que o discurso não é uma simples troca de signos em situações de comunicação, mas um bem simbólico, cujo valor depende dos diversos mercados nos quais é proferido; é produto do encontro de certas disposições sociais (o *habitus* dos agentes) com certos mercados simbólicos relativamente autônomos e seus sistemas muito particulares de formação de preços (assim como as formas de lucros simbólicos).

Nesse sentido, para Bourdieu (1989), só é possível entender o discurso de um agente social, a partir da identificação do lugar que este ocupa no espaço social, em determinado campo (econômico, político, religioso etc.), assim como a objetivação de seus concorrentes nesse espaço e dos respectivos capitais (econômico, cultural, social, simbólico) detidos por este (e por seus concorrentes, se possível). Em síntese, só se faz possível compreender as diferentes visões de mundos e crenças em jogo quando é possível delimitar quem os está pronunciando, de onde está fazendo e por qual interesse, colocando o agente como peça-chave para a objetivação do significado político dos discursos. Esse é um ponto importante a ser explicitado acerca dessa operação, pois os denominados “atos de linguagem” (de poder) não podem ser praticados por qualquer agente social, isto é, pelo fato de que os enunciados proferidos (pelo agente autorizado a realizá-lo) é dependente da posição social ocupada pelo interlocutor (a ideia de “palavra legítima” é central nesse ponto da discussão).

Bourdieu (1989, 2008) busca demonstrar que semântica e política estão profundamente imbricadas, principalmente, em virtude da disputa constante pela conquista da legitimidade de falar e agir. Compreender os discursos, para o autor, significa vê-los como inseridos em um campo e como produto dos agentes (e seus respectivos grupos sociais) que se enfrentam em

uma luta simbólica para impor uma definição de mundo que está de acordo com seus interesses e, assim como, a busca por lucros simbólicos; que por sua vez visam legitimar suas posições no espaço das disposições sociais. Essa, então, se refere a uma luta pelo que o autor nomeia como “poder simbólico”, que seria o responsável por atribuir a veracidade ou legitimidade de um discurso: é ter o poder “de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 1989, p.14).

Desse modo, o poder simbólico para Bourdieu (1989) é, fundamentalmente, um poder de construção da realidade “quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 1989, p.14), os meios pelo qual se pode afirmar o sentido do mundo, instituir valores, hierarquia e noções (que se apresentam aos agentes sociais como naturais, desinteressados, neutros). Para o autor, a linguagem constitui-se, então, como uma das formas elementares de se exercer o poder simbólico: o discurso é prático, é agir sobre o mundo social. Se traduz em uma das formas mais “naturalizada, distintiva, e, por isso, desconhecida de capital cultural, a língua e as práticas linguísticas legítimas formam um capital linguístico capaz de gerar lucros nos diferentes campos e exercer uma das mais sutis e eficazes formas de violência simbólica (BATISTA, 2017, p.250). E que, em última instância, permite compreender as relações discursivas como relações de poder fundadas em um arbítrio, em relações de violência simbólica; são atos de linguagem que constituem poder.

Nossa escolha por estudar as disputas discursivas - e, portanto, de práticas - a partir do campo político se dá, pois nesse espaço dois agentes possuem o papel fundamental na produção e disseminação de crenças econômicas, a saber: os economistas e os atores públicos (Lebaron, 2016). Os primeiros, devido a capacidade de atribuir poder simbólico através do discurso científico, conferindo de caráter universal e "neutralidade" ao discurso dito verdadeiro. Os segundos, possuem grande relevância pelo fato de as crenças estarem enraizadas intrinsecamente nos discursos de política econômica, portanto, possuem a capacidade de referenciar e imporem legitimamente as questões coletivas no campo político e, amplamente, no espaço social (Lebaron, 2016; Borriello, 2017). Lebaron (2016) se inspira nos conceitos de Bourdieu, para pensar as crenças econômicas definidas como “crenças coletivas cuja particularidade é ser a questão das lutas entre profissionais de vários tipos: economistas, é claro, mas também atores políticos, administrativos, econômicos e financeiros” (Lebaron, 2016, p. 39, tradução nossa).

Para Bourdieu (2014), na medida em que as crenças de um campo são capazes de estabelecer padrões de legitimidade e reconhecimento, elas carregam um poder que é “quase mágico”, uma “*impostura bem fundamentada*, um abuso de poder legítimo, coletivamente irreconhecido, portanto, reconhecido” (Bourdieu, 2016, p.28-29). Assim, a crença dominante forma uma doxa, um tipo de “senso comum naturalizado”, que passa a ser seguido pelos dominados do campo e continuamente reforçado pelos dominantes. A doxa é “um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado (Bourdieu, 1996, p. 120).

Apesar de ser objeto de intenso debate e análise, em geral, os pesquisadores têm prestado pouca atenção na política econômica do ponto de vista do discurso e seu impacto no campo da política simbólica, lacuna que esta pesquisa tem por objetivo preencher. Para tanto, o uso de técnicas da estatística textual e da combinação de metodologias quantitativas e qualitativas tem se tornado mais recorrente nas Ciências Sociais e nos estudos acerca dos discursos econômicos. Guilbert e Lebaron (2017, 2019) analisam os discursos dos membros do comitê executivo do Banco Central Europeu (BCE) de 2007 a 2015 através de um método misto (quantitativo / qualitativo) e socio discursivo dos discursos do comitê. Em sua análise, o BCE aparece como um dos "aparatos específicos" da ordem de austeridade, na medida em que a entidade pretende impor normas morais, monetárias e orçamentárias aos Estados.

Em sua tese de doutorado, analisando mais de 300 discursos de três chefes do Executivo da Itália e Espanha no período de 2010 a 2013, Boriello (2016) mostra através de uma metodologia, que é tanto quantitativa (frequência de [co-]ocorrências) e qualitativa, que o objetivo argumentativo desses discursos parece ser mascarar a natureza profundamente política das declarações dos líderes políticos de governos de centro-esquerda (José Luis Rodríguez Zapatero), de centro-direita (Mariano Rajoy) e de um chamado governo dito técnico (Mario Monti).

Silva (2016) em estudo realizado sobre os sentidos sociais emergentes da ação em política monetária do Banco Central do Brasil (BCB) entre os anos 1995 e 2016, realiza uma comparações dos agentes sociais que ocupam os espaços do Federal Reserve (FED), Banco Central Europeu (BCE) e grupos de pressão inseridos em um espaço social mais amplo, objetivando a compreensão dos sentidos sociais das tomadas de decisão sobre tal política, baseada em heranças estruturais e morais ao longo do processo histórico do papel dos Bancos Centrais. Para tanto, se utiliza da sociologia da capacidade crítica de Boltanski e Thevenot e

recorre aos métodos de prosopografia, análise de narrativas, de conteúdo e demonstrações financeiras, tomando por referência disputas situacionais em torno dos juros.

Lebaron (2016) se inspira nos conceitos de Bourdieu, para pensar as crenças econômicas definidas como “crenças coletivas cuja particularidade é ser a questão das lutas entre profissionais de vários tipos: economistas, é claro, mas também atores políticos, administrativos, econômicos e financeiros” (Lebaron, 2016, p. 39, tradução nossa). Como destaca o autor, os discursos carregam as crenças econômicas, sendo esse um meio possível de captá-las:

Difíceis de captar de maneira direta, na medida em que nascem e circulam na intimidade dos cérebros dos atores sociais, essas crenças são de algum modo "depositadas" e "ancoradas" em vários dispositivos, sendo uma das particularidades de que eles são principalmente de natureza linguística. Assim, as crenças econômicas podem ser apreendidas através dos discursos dos atores, desde que não reduzamos esses discursos a simples suportes neutros e transparentes de "representações (econômicas e sociais)", mas para ver a própria forma que a crença econômica assume como realidade e questão social, descrição e explicação do mundo econômico: fórmulas que são impostas de forma "natural", raciocínios que "carregam convicção", argumentos "decisivos" (Lebaron, 2016, p. 39, tradução nossa).

Para realização desses estudos, Lebaron propõe uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar, ligando a sociologia econômica e a análise do discurso, e que permita a determinação da relação dialética entre o discurso e o mundo social. Assim, a economia moderna é “descrita como um registro discursivo (Achard, 1995) inscrito dentro de um campo (Bourdieu)” (Guilbert; Lebaron; Peñafiel, 2019, p. 9, tradução nossa). É partir dessa abordagem que direcionaremos nossa pesquisa.

No segundo momento, para operacionalizar esta pesquisa, utilizaremos como método complementar a sociologia dos regimes de justificações de Luc Boltanski e Laurent Thévenot¹, desenvolvidas profundamente no livro *De la justification* (Boltanski e Thévenot, 1991) e no livro *O Novo Espirito do Capitalismo* (2009), onde os autores buscam compreender as operações de denúncias, disputas, críticas, desacordos e justificações realizadas pelos atores sociais nas situações de disputas na vida cotidiana (Boltanski e Thévenot, 1991; Boltanski e Chiapello, 2009, Boltanski, 2001).

¹ Ambos são fundadores do *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), juntamente com Michael Pollak na EHESS na França, centro de pesquisa no qual seus pesquisadores têm realizado importantes pesquisas concernentes às formas de “protesto”, de “denúncia” e de “justificação” em diferentes esferas da vida cotidiana.

Conforme este modelo interpretativo, diante da crítica, os atores são chamados a justificarem suas ações, realizando uma performance crítica, decorrendo-se, portanto, uma disputa discursiva, o que Boltanski e Thévenot chamam de momento crítico, enquanto os que denunciam requisitam uma justificação, mas, ao mesmo tempo, precisam justificar a operação crítica realizada baseada em termos de “bem comum”. Acerca dessa condição, os autores apontam que:

Para ser válida, a crítica deve estar em condições de justificar-se, ou seja, de esclarecer os pontos de apoio normativos que a fundamentam, especialmente quando confrontada com as justificações que aqueles que são objeto da crítica dão de suas respectivas ações. Portanto, ela não deixa de fazer referência à justiça - pois, se a justiça é um engodo, de que vale criticar? Mas, por outro lado, a crítica põe em cena um mundo no qual a exigência de justiça é transgredida ininterruptamente. Ela revela a hipocrisia das pretensões morais que dissimulam a realidade das relações de forças, da exploração e da dominação (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 62).

Para Boltanski e Thevenot (1991, 2001, 2009), essa inventividade dos atores sociais - ou seja, sua capacidade de reflexividade, criticar e justificar (capacidades indissociáveis) devem assentadas em argumentos suficientemente robustos, em uma concepção de bem comum para serem aceitos como legítimos por um número bastante grande de pessoas (princípio da generalidade)².

Nesse aspecto, os autores apresentam o conceito de *Cité*. Para Boltanski e Thévenot (1991), as *Cités* ou “mundos comuns” são categorias conceituais relacionadas aos princípios de legitimação (chamados princípios de equivalência)³, necessários para justificar as ações dos indivíduos envolvidos em um contencioso. Esses mundos criam os contextos de justificação, operando como “gramáticas ou vocabulários convencionais” de operações críticas que os atores envolvidos em conflitos evocam nas situações de disputa — momentos críticos — funcionando como “mediações simbólicas e axiológicas que permitem constituir a situação como um conjunto bem ordenado de interações vividas entre as pessoas e os objetos que os atores encontram em seu ambiente imediato” (Vandenbergue, 2006, p. 331).

No ínterim de cada um desses “mundos”, dessas lógicas argumentativas, há um princípio moral, denominado “princípio superior comum”, que corresponde a grandes

² No modelo de ordens de grandeza, existem dois requisitos básicos contraditórios: o primeiro, é a necessidade de “humanidade comum” e, o segundo, a necessidade de ordem hierárquica. Eles produzem “uma tensão, uma vez que as pessoas são iguais quanto a seu pertencimento à humanidade, ao mesmo tempo em que são colocadas dentro de uma hierarquia, de acordo com um princípio de ordem específico” (Boltanski e Thévenot, 1999 [2009], p.13).

³ Que supõe referência a uma forma de equivalência geral (um padrão de medida) sem a qual a aproximação dos seres seria impossível.

concepções de ordem política e social que foram expressas nas filosofias políticas⁴ ao longo do curso histórico do pensamento ocidental e sobre as quais se sustentam tanto o acordo como a crítica ao oferecerem “os padrões da justiça que permitem aos indivíduos definir a situação de disputa e agir em comum” (Vandenbergue, 2006, p. 334), além de possibilitar aos atores transitar de um a outro contexto de disputa para encontrar o tom adequado da justificação⁵, operando como “uma referência, uma forma de generalidade que transcende as pessoas e permite equiparar a sua grandeza relativa⁶” (SOBOTTKA e SAAVEDRA, 2012, p.131-133).

Os autores concebem 7 modelos de *Cités*, a saber; *Cité* inspirada, *Cité* doméstica, *Cité* de opinião, *Cité* cívica, *Cité* mercantil e *Cité* industrial e, posteriormente, uma nova *Cité*, intitulada como *Cité* por projetos⁷. Veja abaixo o quadro do modelo de *Cités* e detalha suas ordens de grandeza:

Quadro 1. Modelo de *Cités* e suas ordens de grandeza

<i>Cités</i>	Inspirada	Doméstica	Opinião	Cívica	Mercantil	Industrial	Projetos
Valores de referência	Inspiração Criação Imaginação Interiorização	Tradição Família Hierarquia	Reputação Renome	Coletividade Democracia Associações	Concorrência Rivalidade	Eficácia Ciência	Atividade Redes Proliferação Projetos
Características valorizadas	Insólito Paixão Maravilhoso Emoção Espontâneo	Discrição Fidelidade Boa vontade Distinção	Celebridade Visibilidade Sucesso	Solidariedade Equidade Liberdade	Ganho Valor Ser desejável Ser vendável	Performance Confiabilidade Funcionalidade e Validade científica	Entusiasmo Flexibilidade Conexão Autonomia Empregabilidade
Características desvalorizadas	Hábitos Rotina Realismo	Vulgaridade Traição Impolidez	Banalidade Indiferença Desuso	Divisão Individualismo Arbitrariedade Ilegalidade	Indesejável Não competitivo	Improdutividade Ineficácia	Não empregabilidade Rigidez Falta de polivalência Imobilidade Segurança Autoridade
Sujeitos valorizados	Artistas Crianças Loucos Gênios Iluminados	Padre Rei/Rainha Chefe Ancião	Vedete Encarregado da comunicação O povo	O Partido Político eleito Representante Encarregado	Homem de negócios Vendedor Combativo	Perito Profissional Operador	Coach Mediador Gerente de projetos

⁴ Como uma espécie de “metafísica infusa”, uma espécie de conhecimento tácito dos conteúdos expressos nas ordens de grandeza (Vandenbergue, 2006).

⁵ Ao passo em que reconhece que as sociedades modernas são complexas e que, portanto, coexistem vários sistemas de justificação num espaço social.

⁶ Estado de Grandeza representa o “valor atribuído as pessoas dentro de determinação relação, quando tal atribuição deriva de um procedimento legítimo” (Boltanski, 2001, p.17).

⁷ Essa *Cité* surge especificamente na obra *O Novo Espírito do Capitalismo*. Se trata de uma ordem de grandeza que configura um novo aparelho justificativo do capitalismo contemporâneo. De acordo com Boltanski, a “*Cité* por Projetos” foi algo somente esboçado, mas nunca colocado em prática. Portanto, não será abordada nesse trabalho. Para ver mais, acesse: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/download/83629/86559/0>.

Modelos e provas	Criar a partir do nada Aventura interior Liberdade de pensamento	Cerimonias familiares Recepções Rituais	O olhar dos outros sobre um evento	Eleição Manifestações	Mercado Fechamento de acordos	Teste Realização	Passagem de um projeto a outro
-------------------------	--	---	------------------------------------	--------------------------	----------------------------------	---------------------	--------------------------------

Fonte: Albuquerque et al (2019).

Segundo o modelo desenvolvido pelos autores (1991, 2001, 2009), na *Cité* doméstica, a grandeza das pessoas depende da sua posição hierárquica numa cadeia de dependências pessoais, ou seja, fundamentada em relações interpessoais cujos princípios têm como referência a tradição, os costumes e a proximidade. O Grande (sujeito valorizado) é o velho, antepassado, pai, chefe, padre, “aquele a quem se deve e respeito e fidelidade e quem concede proteção e apoio” (Boltanski, 2001, p. 16).

Na *Cité* inspirada, a grandeza é a daquele que atinge o estado de graça ou que recebe inspiração e cuja expressão maior das manifestações de determinados valores, como: a santidade, autenticidade, criatividade etc. O grande é o artista, a criança, o profeta, o gênio, o louco. Na *Cité* de opinião, a grandeza depende especificamente da opinião dos outros, ou seja, do número de pessoas que concede o seu valor, estima e reconhecimento.

Na *Cité* cívica, a grandeza é do representante de um coletivo que exprime a vontade geral e cuja expressão maior das manifestações de determinados valores, como: Unidade, Solidariedade, Equidade, Liberdade, regramento, oficial, autorizado etc. O grande é representante de um coletivo (Partido, político eleito, comitê, delegado, secretário, *bureau*, coletivos públicos, federação).

Na *Cité* mercantil, a grandeza é medida a partir do valor, da qualidade de ser vendável, do ganho, de ser desejável. O grande é aquele que enriquece apresentando mercadorias muito cobiçadas num mercado concorrencial, sem desperdiçar as oportunidades.

E, por último, na *Cité* industrial, a grandeza é baseada na eficácia, na produtividade, determinando uma escala de capacidades profissionais. O grande é o profissional, o perito, o especialista, o técnico. Essas *cités* serão acionadas na seção dedicada ao nosso material empírico.

Nesses contextos, por exemplo, a lógica do que é “justo” é imperativa, ela traduz um sistema axiológico e só será considerada legítima se colocar em jogo forças de mesma natureza. Dessa forma, não é possível, por exemplo, utilizar a arte (*Cité* Inspirada) para interpelar a força do dinheiro (*Cité* mercantil) — o artista faz a arte pela arte, não a arte por um carro ou uma

quantia de dinheiro — ou lançar mão do dinheiro para interpelar a força de uma reputação. Para Boltanski (2001), a grandeza dos grandes só é legítima se estiver ao “serviço do bem comum”.

É importante recorrer também a noção de prova nesse contexto, pois a prova, neste sentido, é um dispositivo de experimentação e de revelação de capacidades, onde as “equivalências gerais, os critérios de mensuração, os objetos e os dispositivos são articulados num esforço de qualificar a grandeza das pessoas, transformando fortes em grandes e transformando a força arbitrária em grandeza legítima” (CORREA e DIAS, 2016, p.83). Assim, na situação de disputa pública, ao serem submetidos à prova, os atores sociais mobilizam além de gramáticas específicas, mas também um repertório de objetos e seres específicos, inscritos nas equivalências gerais (coordenação entre o macro e o micro). Os objetos e os seres valorizados em cada mundo ao serem mobilizados em cena operam como dispositivos, como uma espécie de suporte que garante estabilidade à ordenação da ação social (Dodier, 1993), impondo constrangimentos à ação. É importante ressaltar que todo momento crítico é um momento de prova de grandeza.

O arcabouço teórico elaborado por Boltanski se encontra em diálogo com nosso argumento, de que as justificativas produzidas para escolhas políticas / econômicas não se realizam em um vazio (não são naturais), mas se enraízam através de elementos sociais e morais (seja as hierarquias, prestígios, bem comum, concorrência, capacidades profissionais etc.), fundamentadas por uma grandeza legítima, que é resultado das situações de disputas na vida cotidiana. Desta forma, nos ajudará, por meio do discurso, compreender como o “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas nas instituições, engajadas em ações e, assim, ancoradas no real” (Boltanski e Chiapello, 2009, p.35,) visam ao restabelecimento do acordo referente às práticas políticas e econômicas (as visões de mundo), que se tornaram não consensuais (injustas) em determinado momento.

No que se refere ao material empírico analisado, nosso corpus textual é composto por discursos produzidos pelos agentes da equipe econômica do Governo Dilma no período entre 2011 e 2016, sendo coletados no acervo da biblioteca da Presidência da República presentes no site do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia) e de jornais brasileiros. Ainda, de modo a objetivar as disputas em torno da política econômica, analisamos a produção discursiva referente as ações realizadas no primeiro mandato (2011-2014) e as justificações do enquadramento do “novo cenário que requeria ajustes na política econômica para voltar a crescer” no segundo mandato (2015-2016).

A análise de discurso é aplicada aqui de forma a objetivar, no primeiro momento, as tomadas de posições dos agentes sociais durante o governo Dilma (2011-2016); no segundo momento, buscamos entender as justificações produzidas pela presidenta Rousseff no segundo mandato. Segundo Bardin (2011), a análise lexicométrica pode ser definida como uma forma de classificação e contabilização pormenorizada das frequências de um vocabulário. Desta forma, as palavras ou expressões podem ser agrupadas de acordo com o seu significado para subsidiar o pesquisador ou analista na fase de categorização. Ou, seja, se trata de um processo que parte da visão geral do texto, para os dados na sua essência, sejam eles palavras ou expressões (Lebart e Salem, 1994).

A preparação e análise dos dados qualitativos coletados passa, primeiramente, pela “identificação e categorização adequada dos seus conteúdos, na busca pela produção de conhecimentos e identificação de relações que nos permitam avançar na compreensão dos fenômenos investigados” (Freitas e Janissek, 2000, p.20).

Ou seja, consideramos as palavras-chave que identificam a temática proposta e que subsidiam a escolha do conteúdo a ser analisado: a quantificação, análise e interpretação dos resultados e, conseqüentemente, a discussão dos possíveis desdobramentos da pesquisa.

É importante ressaltar que nessa pesquisa estamos utilizando classificações, a partir dos parâmetros e descrições de termos próprios para esse estudo, de acordo com o levantamento empírico e bibliográfico.

Informamos que nossa dissertação está dividida em 7 capítulos. Além dessa Introdução e das Considerações finais, no capítulo 2, apresentamos uma revisão bibliográfica acerca da sociologia econômica (nosso referencial teórico), buscando discorrer sobre os fenômenos econômicos como construções sociais, contrapondo os postulados da teoria econômica *mainstream*, e evidenciaremos o papel do Estado no processo de legitimação e inculcação de categorias de percepções e de pensamento comuns, em nosso caso, da crença nas políticas econômicas. No capítulo 3, realizamos uma revisão histórica do contexto internacional da construção e institucionalização da crença econômica *mainstream* em torno da política fiscal entre os anos 1980 e 2000. Em seguida, contextualizaremos o cenário brasileiro durante os anos do Governo Cardoso (1995-2002) na institucionalização de tais políticas.

No Capítulo 4, desenhamos o contexto da política econômica, mais especificamente, a política fiscal praticada durante os anos Lula e Dilma, os respectivos discursos críticos dos principais representantes das convenções de pensamento econômico ortodoxas e heterodoxas; apresentamos as diversas interpretações sociológicas, estabelecendo um diálogo crítico as

interpretações econômicas, sobre o modelo de desenvolvimento econômico-social implementado pelos governos do Partido dos Trabalhadores no início dos anos 2003; ao final do capítulo, analisamos as quadro de forças e escândalos que levariam a alteração na política econômica do Governo Dilma após as eleições de 2014, com a indicação do economista Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Inclusive, analisamos a biografia do ministro e o contexto social em que se insere.

No Capítulo 5, analisamos o período de alteração na política econômica do Governo Dilma após as eleições, com a indicação do economista Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Inclusive, analisamos a biografia do ministro e o contexto social em que se insere. Além disso, apresentamos uma análise da produção discursiva da crise econômica de 2015 e das justificações, a partir dos discursos de Dilma Rousseff e Joaquim Levy, para a oscilação na política econômica no segundo mandato.

No Capítulo 6, realizamos um mapeamento dos momentos críticos na gestão petista e as disputas em torno da legitimação das políticas de austeridade, tendo como quadro de análise os contenciosos da equipe econômica, do governo e do Partidos Trabalhadores, com destaque para o ex-presidente Lula da Silva, dirigentes partidários, membros do Congresso Nacional e dirigentes dos movimentos sociais da base de apoio. Além disso, apresentamos uma análise geral da dinâmica das operações críticas em torno do ministro Levy.

2. OS FENÔMENOS ECONÔMICOS COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS: APORTES DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A divisão social do trabalho existente nos séculos XVIII e XIX levou a separação de dois segmentos antes imbricados: economistas de um lado e os cientistas sociais do outro. Naquele momento, economistas passaram a dedicar esforços na compreensão do mercado, do dinheiro, das bolsas de valores, dos investimentos dos grupos empresariais, enquanto temas como a pobreza, a desigualdade social, partidos políticos, Estado, sindicato e classes sociais, ficaram para os cientistas sociais. A sociologia econômica surge como uma forma “reivindicação de que fenômenos ditos econômicos devem ser estudados pela lente da sociologia” (Jardim, 2016, p.334).

Nessa divisão, a economia passou a prescrever algumas *doxas* ou “verdades”, por exemplo, que as decisões econômicas são neutras, racionais e resultantes de modelos matemáticos, da mesma forma que existiria um *homo economicus*, que seria racional e tomador de decisões, livre de todos os constrangimentos sociais.

Esse conjunto de postulado tem sido largamente difundido nos cursos de economia nas universidades internacionais e nacionais e estimula jovens estudantes a encararem a economia como uma esfera autônoma da vida social⁸, como uma questão puramente técnica ou matemática e a enxergarem os indivíduos como um conjunto atomizado de sujeitos egoístas. Essa perspectiva traz empoderamento à ciência econômica, reproduzindo o ciclo de dominação simbólica que a disciplina exerce, tanto nas esferas do mercado, quanto na esfera social (Lebaron, 2000, 2011).

Visando questionar o consenso acima, a sociologia econômica, em um diálogo crítico com a economia ortodoxa, tende a mostrar que os ditos fenômenos econômicos podem ser estudados como estruturas sociais, ou seja, “formas recorrentes e padronizadas de relações entre atores, mantidas por meio de sanções” (Swedberg, 2003, p.255).

Autor central nesse debate é Karl Polanyi. No seminal *A grande Transformação*, Polanyi (1980) argumentou que a economia de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana, pois a autonomia do mercado conduziria à destruição social. Polanyi (1980) afirma que uma sociedade de auto mercado já nasceria fadada ao fracasso, pois retiraria toda a sua capacidade de coesão social, de

⁸ Dentro da própria disciplina existem divergências quanto a essa doxa (ponto de vista dominante) vigente, pois apenas uma parte da economia compartilha do consenso em torno da autonomia da esfera econômica e da categoria de mercado como natural e abstrata. Contudo, o movimento de reação não detém poder para uma revolução simbólica e alteração de paradigma, já que os dominados, os economistas heterodoxos, constituem-se uma minoria.

solidariedade, de dádiva. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia, pois, mesmo sendo organizados em mercados, estes não são produzidos para a venda, mas para a produção e reprodução da vida social (Polanyi, 1980).

Portanto, o que se convencionou chamar de sociedade de mercado é algo artificial, no sentido de que é necessário que a própria sociedade seja modelada para que o mercado possa funcionar de acordo com suas próprias leis. Para o autor: “uma economia de mercado só pode funcionar em uma sociedade de mercado” (Polanyi, 1980, p.72). Essa constatação está em oposição aos estudos que colocam os fenômenos econômicos como “moinho satânico”, uma esfera desconexa das demais, desenraizada.

Para o autor, foi em um “contra movimento” constante que a sociedade permitiu e autorizou a criação da economia de mercado, que só funciona, segundo Polanyi, porque está enraizado na sociedade. Logo, a economia de mercado não nasceu dos conceitos abstratos dos economistas e nem foi algo contra a vontade humana. É uma criação histórica, datada, cultural, humana (Polanyi, 1980).

Inspirado em Polanyi, Granovetter (2007) desenvolveu o conceito de enraizamento. Para Granovetter, se nas sociedades pré-mercantis, o comportamento econômico se encontrava imerso em relações sociais, nas sociedades modernas, a economia se torna uma esfera diferenciada; as transações econômicas não mais se definem por obrigações sociais, mas por cálculo racional voltado para maximizar o ganho individual. Contudo, o autor entende que os atores econômicos também orientam a sua conduta por objetivos que são sociais (como sociabilidade, reconhecimento, status, poder), logo, não agem de maneira autônoma, pois suas ações estão sempre enraizadas em sistemas de relações sociais – em redes sociais. (Jardim, Candido, 2019)

Nas palavras de Granovetter, os fatos econômicos “não ocorrem em um vazio, mas dentro de um marco social, composto por relações sociais variadas que envolvem confiança, instituições, organizações e redes interpessoais concretas” (Granovetter, 2007).

Portanto, com seu poder de produção de realidade, a teoria econômica promove aquilo que Merton (1968) chamou de profecias auto-realizantes, inclusive nas políticas públicas, produzindo e reproduzindo os seguintes postulados: no que se refere à vida econômica, os indivíduos são racionais, livres, interesseiros, procuram otimizar o emprego de seus recursos e, na medida em que podem agir em um ambiente de trocas e disputas livres de intervenções e

regulamentações políticas e culturais⁹, realizam a melhor forma possível de produção e distribuição dos recursos econômicos – em grande medida, tidos como tendendo à escassez – e, assim, produzem um bem comum para a sociedade (Pedroso Neto e Jardim, 2014).

A consequência desse postulado como verdade absoluta, é que opções políticas e econômicas se tornam naturalizadas, óbvias, assim como a ordem social resultante destas, legitimando as desigualdades econômicas e sociais, assim como as opções políticas e os modelos de desenvolvimentos implantados.

Para Boltanski e Chiapello (1999) é na ciência econômica *mainstream*¹⁰, especificamente, nas correntes clássicas e neoclássicas, que os “responsáveis pelas instituições do capitalismo foram buscar justificações”, processo visto desde o século XIX até os dias atuais. Para os autores, a questão central é a capacidade de força dos argumentos, incorporados a partir ciência econômica, de apresentarem como científicos, sob o véu de “não ideológicos e não diretamente ditados por motivos morais, ainda que incorporassem a referência a resultados finais globalmente conformes com um ideal de justiça para os melhores e de bem-estar para a maioria” (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 43). Mais enfaticamente, os autores evidenciam o poder de neutralidade dessas crenças conferido a ciência econômica:

Essa concepção permite dar corpo à crença de que a economia constitui uma esfera autônoma, independente da ideologia e da moral, e que obedece a leis positivas, deixando-se de lado o fato de que mesmo essa convicção já era produto de um trabalho ideológico, e que ela só pudera constituir-se incorporando -e depois encobrendo com o discurso científico - justificações segundo as quais as leis positivas da economia estão a serviço do bem comum" (Boltanski e Chiapello, 1999, p.44).

É a partir da contribuição de Pierre Bourdieu (2002, 2003, 2016), que olharemos para o discurso econômico como uma crença, capaz de produzir realidades sociais. Para o autor, na medida em que as crenças de um campo são capazes de estabelecer padrões de legitimidade e reconhecimento, elas carregam um poder que é quase mágico:

⁹ Para Adam Smith (1983), as atividades legítimas ao Estado estariam relacionadas à manutenção da segurança e defesa militar do território, a execução e administração da justiça e no estabelecimento e a criação e fortalecimento de certas instituições públicas. Contudo, a intervenção do Estado em outros domínios para além destes, seria inútil e, necessariamente, nociva para a liberdade política e econômica. O governo deveria deixar livre a economia, que seria autorregulada pela “mão invisível” do mercado, assim como, vida cotidiana dos indivíduos.

¹⁰ Acerca do desenvolvimento da ciência econômica, Boltanski e Chiapello (1999), apontam que se tratando, quer seja da economia clássica ou do marxismo, sua consolidação contribuiu, na mesma perspectiva de L. Dumont (1977) “para erigir uma representação do mundo que era radicalmente nova em relação ao pensamento tradicional e marcava a separação radical entre os aspectos econômicos do tecido social e sua construção em domínio autônomo” (1999, p. 33).

A eficácia quase mágica da assinatura não é outra coisa senão o poder, reconhecido a alguns, de mobilizar a energia simbólica produzida pelo funcionamento de todo o campo, ou seja, a fé no jogo e lances produzidos pelo próprio jogo. Em matéria de magia, como Mauss já havia observado com justeza, a questão não é tanto saber quais são as propriedades específicas do mago, nem sequer operações e representações mágicas, mas determinar os fundamentos da crença coletiva ou, ainda melhor, do *irreconhecimento coletivo*, coletivamente produzido e mantido, que se encontra na origem do poder do qual o mago se apropria: se é “impossível compreender a magia sem o grupo mágico” é porque o poder do mago, cuja assinatura ou grife miraculosa não é senão uma manifestação exemplar, é uma *impostura bem fundamentada*, um abuso de poder legítimo, coletivamente irreconhecido, portanto, reconhecido (Bourdieu, 2003, p. 14).

Para Bourdieu (2002), a crença dominante forma uma *doxa*, um tipo de “senso comum naturalizado”, que passa a ser seguido pelos dominados do campo e continuamente reforçado pelos dominantes. A doxa é “um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado (Bourdieu, 1996, p. 120)

Lebaron (2012) se inspira no conceito de crença definido por Bourdieu, para pensar o campo econômico. O autor observa que as antecipações dos agentes estão intrinsecamente relacionadas às suas expectativas, ou seja, dependem de sua crença em relação ao futuro. A exemplo, a implementação de um ajuste fiscal constitui-se “resultado de um processo de avaliação coletiva que não pode ser reduzido a uma lei mecânica” (Lebaron, 2012, p. 41). Na perspectiva de Lebaron, o campo das escolas de economia tende a reproduzir a dóxica dominante, a saber, a perspectiva ortodoxa.

Assim, a sociologia econômica nos permite desnaturalizar a crença de que opções econômicas, como, em nosso caso, a opção para a política fiscal, são uma decisão técnica, neutra e desconectada da esfera social. Ou seja, buscamos fornecer elementos que possam evidenciar que a política econômica é uma crença produzida pelas escolas de economia, ainda, um fenômeno social, não apenas um dado econômico, neutro, abstrato, natural, como defende os economistas.

Na ciência política *hard*, a política fiscal tem sido objeto de pesquisas que estabelecem o elo entre a performance das contas públicas e as instituições (Lopreato, 2013), ou seja, tratam de realizar estudos legislativos para compreenderem a associação destes fatores às especificidades de cada medida e seu respectivo resultado alcançado em determinado país

(Loureiro, 2001; Weaver e Rockman, 1993). Como, por exemplo, as correlações entre reformas fiscais e a necessidade de sustentação institucional, denominadas “paradoxo ortodoxo” (Kahler, 1990) ou “paradoxo político das reformas liberais” (Fiori, 1997), buscam compreender as condições políticas que possibilitam o êxito ou fracasso de propostas de reformas econômicas (Schick, 1993; Abrucio e Costa, 1998). Neste interim, acabam por reproduzir as crenças econômicas naturalizadas em torno da política econômica (difundidas pela economistas ortodoxos *mainstream*; legitimada e reproduzida pelas autoridades do Estado), sem necessariamente questionar as dimensões da dominação simbólica por trás das tomadas de decisões.

Existem diversas discussões sobre Estado nas ciências sociais, a nossa escolha é entrar no tema via Bourdieu, conforme abaixo:

2.1. O Estado em Pierre Bourdieu

Para Pierre Bourdieu (1996, 2016), uma instituição importante na criação de crença é o Estado. Portanto, o poder do Estado é produzir e impor categorias de pensamento (como definir o legítimo e o não legítimo) aos agentes do mundo social, cujas categorias são aplicadas a todas as coisas do mundo, inclusive para se falar do próprio Estado e do mercado. Assim, o Estado produz e inculca estruturas cognitivas, segundo as quais, a ordem social é percebida e incorporada, especialmente via sistema escolar, o qual inculca estruturas cognitivas comuns, contribuindo de forma implícita para a produção e a reprodução da ordem social vigente. Essas estruturas são tão naturalizadas que os agentes sociais nem se dão conta do processo de produção de crenças (as coisas são como devem ser, desde que o mundo é mundo).

Deste modo, o Estado instaura, através da ordem simbólica que impõe, suas duas formas: a estrutura objetiva do Estado e a estrutura mental para pensar o Estado, que são homólogas. Assim, passa a existir na objetividade, nas estruturas materiais, e na subjetividade dos agentes, ou seja, nas representações sobre a forma de visão e de divisão de sistema de classificação. No nosso projeto, o Estado inculcaria as crenças econômicas a partir do sistema educacional, tal qual explicado por Lebaron (2012).

Para Bourdieu (2016), os agentes sociais que participam do Estado são representados como **encarnadores do Estado**, um Estado constituído como um espaço relativamente autônomo em relação às forças sociais em luta pelo poder, e assegurando uma posição de árbitro nos conflitos políticos. Nesse sentido, dizer que o Estado é legítimo, é dizer que ele pode obter a submissão da ordem que impõe, tendo como única forma de constrangimento o poder

simbólico. Assim, a obediência generalizada não passa pela coerção em Bourdieu. O reconhecimento da legitimidade da obediência é um ato de conhecimento, que é um ato de submissão inconsciente à ordem social, ou seja, é um ato de crença, mais ainda, de crença coletiva. Como destaca Sergio Miceli (2016):

Bourdieu reitera a dimensão simbólica do Estado, espaço de relações de força e de sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social. Tais categorias são formas entranhadas em condições históricas de produção, ou melhor, estruturas mentais em conexão com estruturas sociais, como que retraduzindo as tensões entre os grupos em oposições lógicas. O desígnio de formular uma teoria materialista do simbólico tem que dar conta dessa obediência generalizada de que se beneficia o Estado sem apelar à coerção (Miceli, 2016, p.22).

Nessa discussão sobre o Estado, importante não perder de vista a metáfora “mão direita e mão esquerda do Estado”, criada por Bourdieu para referir-se ao Estado neoliberal francês, que teria feito uso da mão direita, dando maior autonomia aos mercados, do que uso da mão esquerda, que teria iniciado o seu processo de atrofiamento, devido ao “pouco uso”. Por sua vez, a mão esquerda seria o Estado regulador, ou seja, a mão que possuiria maiores preocupações sociais e maior controle sobre o mercado.

Essa metáfora será importante quando formos pensar a tendência de cada ministério nos governos estudados. Segue a definição de Bourdieu para o conceito:

“Mão esquerda é o conjunto dos agentes dos ministérios ditos "gastadores", que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais, que buscam apenas o equilíbrio financeiro” (Bourdieu, 1997, p. 07).

Bourdieu (1998, 2001, 2016) apresenta a interpretação do Estado como um espaço fragmentado, alvo de intensas disputas pelas diversas forças sociais que buscam deter o monopólio do poder simbólico. Essas disputas estariam, conforme aponta Wacquant (2015), fundamentalmente em torno da “definição e distribuição dos bens públicos” (Wacquant, 2015, p.7), dentro deste espaço denominado “campo burocrático”, como destaca o autor:

A constituição desse espaço é o resultado final de um processo de longo prazo de concentração das diferentes modalidades de capital que operam em uma dada formação social, especialmente o “capital jurídico como a forma objetificada e codificada de capital simbólico”, que capacita o Estado a monopolizar a definição oficial de identidades, a promulgação de padrões de condutas e a administração da justiça (Bourdieu *apud* Wacquant, 2015, p.7).

Em sua obra “Punir os pobres” (2003), Wacquant expande a concepção estabelecida por Bourdieu. Com vistas a conferir maior abrangência ao conceito e suprir lacunas, o autor insere a polícia, os tribunais e a prisão como elementos centrais da “mão direita” do Estado, junto com os ministérios da área econômica e orçamentária (Wacquant, 2003, 2015).

Por fim, é considerando a importância do Estado não somente institucional, mas, sobretudo cognitiva - já que na nossa perspectiva o Estado influencia e é influenciado pelas formas de classificações e de entendimento dos agentes nele envolvido - que esta pesquisa tem se desenvolvido. Mais do que legislar nas questões econômicas e políticas, o Estado sob os governos Lula e Dilma teria legislado nas questões cognitivas, ou seja, na produção de crenças. Portanto, considerando a referência teórica acima, a partir de Pierre Bourdieu, entendemos o governo Dilma como detentor de relevante capital político e simbólico dentro do campo do poder e o agente que disputa a produção de crenças e a posição dominante na produção de doxa, que consideraremos as disputas em torno da política fiscal.

3. A POLÍTICA FISCAL COMO CRENÇA PRODUZIDA PELA TEORIA ECONÔMICA *MAINSTREAM*

Dando sequência a nossa discussão, neste capítulo apresentaremos o contexto internacional na construção e institucionalização da crença econômica *mainstream* em torno das políticas fiscal entre os anos 1980 e 2000, observando desde o momento da consolidação de crenças sobre políticas macroeconômicas estabilizadoras no chamado “Consenso de Washington” (conjunto de políticas de liberalização dos mercados e reformas institucionais), passando pela institucionalização do “Novo Consenso Macroeconômico”, popularmente chamado “tripé econômico”, até o questionamento da dóxica dominante na crise dos *subprimes* de 2008.

Em seguida, contextualizaremos o processo de institucionalização das lógicas dóxicas (conceito de disciplina fiscal, criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, instituição dos Programas de Ajuste Fiscal etc.) no cenário brasileiro, mais especificamente, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) até os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT).

Ao final do capítulo, apresentamos as diversas interpretações acerca do modelo de desenvolvimento econômico-social praticado durante os anos dos governos petistas.

3.1. Contexto internacional

No final dos anos 1980, o cenário econômico mundial se encontrava enfraquecido, em grande parte, pelas ocorrências das crises do petróleo na década anterior e pela crise fiscal que abateu fortemente os países latino-americanos. Essa condição, combinada com a força hegemônica de uma onda ideológica liberal que fora concebida nos Estados Unidos ao longo da década de 1970, resultou em uma nova égide (forma de pensar e agir) que convencionou-se chamar de Consenso de Washington, um conjunto de propostas composto por políticas econômicas transnacionais e reformas estruturais liberalizantes. Para Lebaron (2012), o Consenso de Washington foi a “ascensão incontestável das “soluções de mercado”, que vão de políticas orçamentárias e monetárias “ortodoxas” à privatização massiva dos serviços públicos e à integração no mercado mundial dos capitais” (Lebaron, 2012, p.54). É nesse momento de reconstrução do credo ‘liberal’ como consenso que a preocupação com o ajuste estrutural macroeconômico – que supostamente garantiria a curto prazo a estabilidade, ameaçada pelo descontrole das dívidas externas – se tornou vigente.

De acordo com Lebaron (2012), naquele momento os Estados Unidos se firmaram como protagonista em um processo de imposição de uma dominação simbólica ao resto do mundo, a qual foi fundada na hegemonia de Wall Street após a Segunda Guerra Mundial e que se consolida, a partir dos anos de 1970 e 1980, impulsionada pela ascensão de Margaret Thatcher, representante do Partido Conservador, como primeira-ministra no Reino Unido e de Ronald Reagan (Partido Republicano) à presidência dos Estados Unidos sob a narrativa da necessidade da contenção radical das despesas públicas, conseqüentemente, visando o “Estado mínimo”.

A dominação simbólica citada por Lebaron é entendida como a produção e a reprodução de crenças econômicas, cujos pressupostos são a liberdade total aos mercados, nela também compreendida a política fiscal contracionista. Essa crença econômica seria largamente difundida nos cursos de economia nas universidades internacionais¹¹ e estimularia os jovens estudantes a encararem ‘a economia como esfera autônoma da vida social’ (Abramovay, 2004) e não dependeriam dos regulamentos estatais. Ainda segundo Lebaron (2011), essa visão *mainstream* de economia encontrou eco nas escolas de economia dos Estados Unidos e tem formado os diretores e presidentes dos bancos centrais ao redor do mundo¹².

Essas mudanças não ocorreram por mero ‘casuísmo’, mas, em meio às disputas culturais-político-econômicas entre as diversas convenções do pensamento econômico mundial, diante do propalado fracasso do pensamento *keynesiano*, assim como do modelo desenvolvimentista em início dos anos 1980.

Jardim (2009) ressalta que além das instituições políticas, essas profundas transformações atingiram também os mercados financeiros nos anos 1980, influenciando na “abertura de fronteiras, na liberação do comércio, desregulamentação financeira e na propulsão da privatização, que, conseqüentemente, levaram ao recuo do papel do Estado nas políticas sociais e intenso estímulo ao capital privado” (Jardim, 2009, p.125), argumento compartilhado por Grün (2010) e Silva (2017). Essas mudanças marcaram o começo de uma fase, onde a teoria econômica reivindicava o dito “poder autônomo das finanças” (Orléan, 1999)

¹¹ No Brasil, a Faculdade Getúlio Vargas (FGV) e a PUC do Rio de Janeiro seriam as representantes dessa versão que negligência os fenômenos econômicos como fatos históricos localizados geograficamente e composto pelas “motivações de homens e mulheres de carne e osso, cujas decisões, nada racionais, são orientadas pela cultura e pela formação simbólica na qual estão envolvidos” e que defendem crenças ortodoxas na formação de administradores e economistas (Jardim e Campos, 2012, p. 01). A clássica tese de Loureiro (1997) também argumenta nessa direção.

¹² Segundo Lebaron (2000), mesmo que economicamente os Estados Unidos poderiam ser considerados devedores, simbolicamente, ao contrário, tornou-se credor, já que a crença neoliberal, que tem seu “cerne na crença da primazia dos mercados sem restrições, operacionalizado por ditos agentes racionais, foi difundida e aplicada ao redor do mundo por eles.

Na década seguinte, anos 1990, ocorreria o processo de consolidação da financeirização das finanças públicas. A partir de então, o ponto fundamental das agendas governamentais passou a incorrer pela cobrança intensa da realização de *superávits* estruturais¹³ capazes de atender a expectativa dos agentes investidores (Lopreato, 2013, *grifo nosso*), dentro da chamada ortodoxia convencional. Na interpretação de Bresser-Pereira (2006), ortodoxia convencional ou saber econômico convencional refere-se a um “[...] conjunto de teorias, diagnósticos e propostas de políticas que os países ricos oferecem aos países em desenvolvimento” (Bresser-Pereira, 2006, p. 16). Essa teria como base a teoria econômica neoclássica, mas não se confundiria com a mesma pelo fato de não ser teórica, mas “abertamente ideológica e voltada para propostas de reformas institucionais e políticas econômicas (Bresser-Pereira, 2006, p. 16).

A visão convencional alçou a ideia de sustentabilidade da dívida pública a condição de pilar básico da crença econômica, ressignificando a capacidade de manter a solvência das contas públicas, que passou a ser um indicativo de credibilidade da economia de um país.

No cerne das discussões teóricas da ortodoxia econômica, a partir dos anos 1990 se consolidou a construção teórica que resulta da aproximação entre duas escolas da economia mundial, a saber, os novos-clássicos e os novo-*keynesianos*. O convencionalmente chamado Novo Consenso Macroeconômico, em inglês “*New Consensus Macroeconomics*” (NCM) ou “*New Neoclassical Synthesis*” (NNS) ganhou adesão entre os *policy makers* e o campo acadêmico colocando a centralidade no uso política monetária, onde propuseram usar a taxa de juros na gestão da demanda agregada como meio de alcançar a convergência entre o produto potencial e o efetivo e garantir a meta de inflação desejável (Woodford, 2009).

Este modelo, adotado no Brasil no final dos anos 1990 e popularmente chamado de “tripé macroeconômico”, estaria estabelecido em um conjunto de instrumentos, que possibilitaram a estabilidade macroeconômica por meio do Regime de Metas de Inflação, da política de câmbio flutuante e de metas de superávits fiscais (no caso brasileiro, institucionalizada por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Postulada como fiadora da credibilidade nesse “novo consenso macroeconômico”, a política fiscal assume a partir de então um papel secundário, passando a ser dependente da política monetária, ou seja, “exige-se que as metas de superávit primário sejam ajustadas permanentemente aos aumentos na taxa de juros para evitar que a dívida pública se eleve como proporção do PIB” (Gobetti e Amado, 2011, p. 144). Desta feita, na visão dos adeptos dessa teoria, “o sucesso em levar adiante a redução dos gastos públicos, abriria espaço à queda da

¹³ No senso comum, seria um indicador de que o país é um “bom pagador”.

taxa de juros e à expansão dos investimentos privados, permitindo a retomada do crescimento econômico” (Lopreato, 2013, p. 16-17). Assim, na visão dos adeptos dessa teoria, “o sucesso em levar adiante a redução dos gastos públicos, abriria espaço à queda da taxa de juros e à expansão dos investimentos privados, permitindo a retomada do crescimento econômico (Lopreato, 2013, 16-17)¹⁴.

Apesar das divergências teóricas entre os próprios economistas ortodoxos, a crença difundida em torno da política fiscal se encontra baseada predominantemente na ideia de contração fiscal expansionista (Giavazzi e Pagano, 1990, 1995; Alesina e Ardagna, 1998).

Nesse arcabouço teórico, pressupõe-se que a realização de um ajuste fiscal é expansionista quando os impactos negativos das medidas implementadas (redução do emprego, das vendas no atacado, da produtividade) sobre a demanda pública para reduzir o desequilíbrio fiscal forem mais do que compensados pelo impacto positivo da melhora das expectativas e da queda da taxa de juro sobre a demanda privada. Ou seja, mesmo que ocorra a contração da atividade econômica no curto prazo, com a melhora da relação entre PIB e dívida pública, os agentes retomariam a confiança (“*animal spirits*”) no crescimento econômico e na capacidade do governo federal de honrar com o pagamento da dívida. Segundo Lopreato (2007), a política fiscal passa a ter “foco de atuação na busca da estabilidade e na construção de regras fiscais capazes de indicar ao mercado o comprometimento com as metas anunciadas e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas” (Lopreato, 2007, p.2), conforme destaca:

A credibilidade da política fiscal ganhou ares de ferramenta imprescindível na formação das expectativas dos agentes, na avaliação do risco-país¹⁵ e no comportamento dos juros e do câmbio. Em razão disso, o esforço de reconstrução da institucionalidade fiscal nos 90 buscou assegurar a sustentabilidade intertemporal das contas públicas e não devolver ao Estado o papel ativo de indutor do desenvolvimento (Lopreato, 2007, p.2).

No caso brasileiro, a visão convencional concentra as atenções no ajuste das contas públicas, baseada na crença de que através do aprofundamento dos cortes de gastos primários, vislumbrando a criação de espaços orçamentários que atendam as metas estabelecidas

¹⁴ Há controvérsias nessa teoria, ao ponto em que Alesina *et al* (2017), um de seus defensores realizou novos estudos comparativos de 181 planos de ajuste fiscal, indicando uma revisão sobre a mesma (concluíram que a contração fiscal é normalmente contracionista no curto prazo). Entretanto, o que buscamos enunciar é que a grande questão que se apresenta não está calcada no plano teórico, mas no efeito teoria dessa crença e sua difusão na vida econômica cotidiana, na qual se encontra enraizada e reproduzida por atores sociais distintos nos mais diversos espaços do mundo social.

¹⁵ O “risco-país” é um índice denominado “*Emerging Markets Bond Index Plus*” (EMBI+) que determina o grau de instabilidade econômica de um país, de uma forma sintética, o quão “perigoso” um país é para os investidores.

(Lopreato, 2013). Buscando enquadrar-se nos critérios exigidos por instituições internacionais, especialmente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo brasileiro passou, nas últimas décadas, a buscar realizar metas de *superávit* primário cada vez maiores, sendo essa entendida como a diferença positiva entre as receitas e despesas do governo excetuando os juros da dívida. É relevante destacar que, em última instância, a crença econômica reproduzida por essa teoria pressupõe o sacrifício de elementos sociais em detrimento da vida econômica, cujo sacrifício é ilustrado com a metáfora utilizada pelos defensores da visão dominante de austeridade fiscal, a saber, “a necessidade de cortar na carne”. Assim, a busca pela realização de *superávits* primários, o controle da inflação, o saneamento das contas públicas e a defesa do câmbio flutuante tornaram-se “quase” um mantra.

Lebaron (2016) denomina tais crenças, difundidas pela teoria econômica, como "ideias zumbis" (como, a de austeridade fiscal expansionista; a correção entre o desemprego e a pobreza com um alto nível de proteção ao emprego e o desenvolvimento do estado de bem-estar social; dos impostos sobre as famílias ricas e as corporações como a principal causa da “comprovada” falta de dinamismo das economias liberais) que continuam sendo ensinadas, divulgadas e ainda estruturam o debate público, “embora sejam contestadas de todos os lados nas obras das ciências sociais, ciências políticas, sociologia, antropologia, história e até mesmo dentro de ciência econômica, em suas várias expressões, que ainda é um dos lugares de sua maior reprodução” (2016, p.5-8, tradução nossa).

Blanchard et al. (2010), um grupo de economistas do FMI, destacaram o fato de que a crise financeira de 2008 acendeu o debate sobre o papel da política fiscal e colocou em dúvida o consenso anterior e relançando-a como instrumento central da política macroeconômica. Para os autores (2010), que realizam uma inflexão dóxica, a crise financeira dos *subprimes* abalou as velhas convicções e colocou a necessidade de buscar outras ideias em resposta ao novo momento, o que será representado pela retomada do arcabouço *keynesiano* e o papel do Estado frente as crises econômicas¹⁶.

3.2. Contexto nacional

A partir da consolidação das finanças na agenda global nos anos 1980 e 1990, o Brasil passou a seguir o movimento das finanças internacionais nas reformas e processos de

¹⁶ Algo que verificaremos mais adiante com as chamadas “políticas anticíclicas” executadas pelo Governo Lula durante a crise financeira de 2008.

liberalização da economia, fortemente influenciado pelas propostas difundidas pelo FMI e o Banco Mundial. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as decisões em torno da política fiscal passaram a ser condicionada pela busca da estabilidade macroeconômica e na construção de regras fiscais capazes de indicar ao mercado o comprometimento com as metas anunciadas e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas (Lopreato, 2007).

À época, as discussões estavam centradas na reforma gerencial do Estado brasileiro empreendida pelo primeiro Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sob o comando de Luís Carlos Bresser Pereira, então ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que visava a adequação da administração pública nacional a critérios da então ‘moderna administração gerencial’.

No ano de 1995, em um contexto de agravamento da crise financeira dos Estados, caracterizada pelo aumento de endividamento público, o Conselho Monetário Nacional (CMN) iniciou a construção do arcabouço legal através da Resolução nº 162/95, que se valeu de ponto de partida para as medidas de ajuste fiscal que viriam a serem adotadas pelos Estados federativos e Distrito Federal nos anos seguintes. É neste momento que foi criado o chamado “Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados”, que tinha como objetivo a implementação de um plano de medidas que permitissem as unidades federativas alcançarem “o equilíbrio orçamentário sustentável”, constituindo um marco nas formas de regulação das relações financeiras entre a União e os governos estaduais.

Em 1997, o Governo federal editou a Lei nº 9.496/97 que estabelecia critérios a serem seguidos pela União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, na consolidação do refinanciamento da dívida pública mobiliária e outras (como, por exemplo, empréstimos dos Estados federativos com a Caixa Econômica Federal (CEF), de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Em linhas gerais, a operação se efetivava com a concessão, pela União, de um subsídio com fins a redução da dívida financeira e de encargos financeiros dos Estados e do Distrito Federal, assim como, o alongamento do prazo dos contratos destas dívidas. Em contrapartida a estes benefícios, os Estados federativos e o Distrito Federal deveriam comprometeram-se a obrigatoriedade do pagamento das prestações da dívida refinanciada e, principalmente, estabelecer e cumprir Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal¹⁷.

Contudo, a institucionalização das políticas de ajuste fiscal se consolidou, de fato, a partir da promulgação da Lei Complementar nº 101, chamada popularmente de “Lei de

¹⁷ Para mais informações, ver: http://tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/programas-de-ajuste-fiscal.

Responsabilidade Fiscal”¹⁸, instituída em 2000, que estabeleceu os parâmetros de controle e limitação dos gastos públicos da administração, a saber, da União, dos Estados e dos Municípios. Suas especificações se referem a “cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito” (Brasil, Lei Complementar n.101, 2000).

Em suma, a expectativa era de que a legislação sancionada resultaria na “normatização de uma ordem da “cultura da disciplina fiscal”¹⁹, ao impor limites a uma dita “ordem do desperdício”, onde prepondera a “cultura do endividamento público” nas unidades administrativas brasileiras. Consideramos como um passo significativo do processo de consolidação da dominação cultural das finanças sobre o Estado nação.

Loureiro (2001) afirma que diante dessas transformações os governos recentes passaram a ser desafiados por instituições internacionais a apresentar continuamente desempenhos macroeconômicos, como, estabilidade monetária, *superávit* da balança de pagamentos e saneamento das contas públicas. No geral, um conjunto de condições mínimas que são exigidas às economias (sejam estas desenvolvidas ou em desenvolvimento) para que sejam integradas ao mercado globalizado. Somente desta maneira, elas teriam “condições de competição e credibilidade para atrair capitais necessários ao desenvolvimento e à expansão do bem-estar social” (Loureiro, 2001, p.75).

Sallum Jr. e Goulart (2016, p. 126) apontam que, nesse contexto, a tentativa de um aprofundamento da liberalização, com base na “radicalização das privatizações, aceleração da desregulamentação e intensificação da transnacionalização da economia nacional, tornou-se politicamente impraticável, tanto pela escassez de instrumentos econômicos quanto de estoque de incentivos políticos”. Tal circunstância explicaria, então, a convergência nada casual do cenário sociopolítico para uma nova composição que aderisse “as bandeiras do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais” (Sallum Jr. e Goulart, 2016, p. 126), como, a saber, os setores progressistas da classe média, sindicatos e parte do empresariado,

¹⁸ A oposição do Governo FHC, à época formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2.238) no Supremo Tribunal Federal pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal.

¹⁹ Em vários momentos, críticos recorrem a expressão “camisa de força” ao se referir a LRF, afirmando que ela coloca o Estado dentro de uma camisa de força, mingando seus recursos, retirando-lhe a autonomia para definir as suas metas e prioridades.

vinculado ao setor produtivo, todos amplamente, nas palavras dos autores, “castigados” pelas políticas de desregulamentação²⁰.

²⁰ Sallum Jr. e Goulart (2016) afirmam que, simbolicamente, essa aliança se consumou na composição da chapa presidencial com a dobradinha entre Luís Inácio Lula da Silva (PT) e do empresário José de Alencar (então do Partido Liberal).

4. O FAZER ECONÔMICO NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010) E DILMA ROUSSEFF (2011-2014)

Para que seja possível analisarmos as disputas em torno da questão fiscal no Governo Dilma, precisamos contextualizá-lo a partir do modelo de desenvolvimento econômico e social adotado nos dois mandatos do Governo Lula (2003-2010)

Jardim (2007) relembra que durante a campanha e depois da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) passou a realizar sistematicamente um conjunto de ações estratégicas, por vezes simbólicas, em outras efetivas, que buscavam tranquilizar o mercado financeiro quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Um dos mais marcantes atos simbólicos foi realizado em 22 de junho de 2002 com a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”, onde o então presidenciável do PT estabeleceu o compromisso com os pressupostos do tripé macroeconômico, elegendo a estabilidade monetária e a responsabilidade fiscal como ações estruturantes da governabilidade a ser construída ao longo de sua gestão (Sallum Jr. e Goulart, 2016). No documento, um dos calcanhares desse compromisso estava na premissa de que a transição seria efetuada “naturalmente com respeito aos contratos e obrigações do país”, em uma clara resposta as reações negativas do mercado financeiro naquele momento.

Ainda, em um trecho desse documento, Lula da Silva assinala: “vamos preservar o *superávit* primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos [...] A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. (SILVA, 2002). Sallum Jr. e Goulart (2016) destacam que o primeiro governo Lula se manteria em compasso com as promessas estabelecidas a partir daquele momento, a saber:

Muitas das reformas liberais do período anterior não foram modificadas, mantendo-se vigentes a eliminação dos privilégios das empresas nacionais, os regimes de concessões públicas na relação com o capital privado (que depois evoluiu para os sistemas de parceria e de partilha), as regras para a gestão fiscal equilibrada e a autonomia operacional do Banco Central (Sallum Jr. e Goulart, 2016, p. 127).

É importante destacar que, no que se refere ao primeiro governo Lula, observamos uma polarização protagonizada entre Mantega (desenvolvimentista) e Dilma (desenvolvimentista) versus Palocci (monetarista) e Henrique Meireles (monetarista) (Jardim e Moura, 2021).

A queda de braço para estabelecer a doxa econômica ficou evidente. Apesar de uma presença desenvolvimentista na maior parte dos ministérios (Jardim, 2018; Jardim e Rosa, 2021), pelo menos naqueles ligados à área econômica o monetarismo de Palocci e Meireles ofuscou o desenvolvimentismo de Mantega e sua equipe. Nesse sentido, as disputas existentes entre Palocci (Fazenda) e Mantega (Planejamento) para a definição de orientações econômicas, o pêndulo pendeu positivamente para o lado de Palocci, que teve o apoio do presidente do Banco Central, Henrique Meireles e do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, que apesar de criticar os ajustes e as altas taxas de juros praticadas por Palocci e pelo Banco Central, descritas como medidas que "não realizam nesse momento os nossos objetivos", concordava que estas "davam um cavalo de pau na economia" (Jardim e Moura, 2021).

Durante seminário sobre Previdência promovido pelo PT e pela Fundação Perseu Abramo, em São Paulo, em maio de 2003, o chefe da Casa Civil, afirmou que um governo que faz "um *superávit* de 4,25% [do PIB] e mantém uma taxa de juros em 26,5%, e que está obrigado às restrições a que nós estamos, evidentemente está desestimulando e segurando a atividade econômica" (Duailibi e Bombig, 24.05.2003), portanto, não iria "dourar a pílula". Dias após, em visita à Assembleia Legislativa de São Paulo, afirmaria que "se o Brasil não quer se manter dependente do FMI", teria de "fazer as mudanças que estamos realizando" (Alesp, 20.05.2003).

Não menos importante, devemos lembrar o papel da equipe econômica, que orquestrava com suas visões de mundo, com destaque para os seguintes nomes: Marcos Lisboa (Economista, com doutorado em Economia pela Universidade da Pensilvânia, EUA), Alexandre Schwartzman (Administrador pela FGV, mestrado em economia na USP e doutorado na mesma área na Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA) e Murilo Portugal Filho Lisboa (bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense, tem diploma em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Cambridge e é mestre em Economia pela Universidade de Manchester, Inglaterra). Trata-se de nomes oriundos de universidade reconhecidamente monetarista e sensíveis à posição do mercado, que representavam os arautos da austeridade, que por sua vez se colocavam contra a ganância da verba pública. Para os quais, o rigor fiscal representava um "compromisso de ouro", conforme explicitado pelo ministro Palocci em entrevista coletiva em 2003 (Jardim e Moura, 2021).

Com relação a essa temática da área fiscal, destaca-se a realização de um programa de ajuste fiscal implementado nos anos entre 2003-2005, sob a liderança do Ministério da Fazenda e do Banco Central. O governo tinha como objetivo “conquistar a confiança agentes econômicos” e melhorar as expectativas de mercado sobre a evolução da economia, mirando uma redução significativa da taxa de câmbio, da relação dívida/PIB e do prêmio de “risco do Brasil”. Para o ministro da Fazenda, o governo deveria iniciar com “ajuste severo”, um “ajuste forte”, “um esforço como esse, mais concentrado, e abrir um período de crescimento mais duradouro, do que fazer uma outra opção, com ajuste mais leve por um período maior” (Cruz e Alencar, 21.12.2003). Para tanto, com vistas a garantia do equilíbrio macroeconômico e, a posteriori, do crescimento econômico, a política seguia em uma espécie de “ortodoxia do bem” (Estadão, 20.04.2003), conforme veiculado pelo Estadão o comentário feito por um assessor da pasta da Fazenda.

No quarto mês de sua gestão à frente da pasta, Palocci assinou um documento chamado “Política Econômica e Reformas Estruturais”, publicado pelo Ministério da Fazenda, onde descrevia as “prioridades da agenda econômica”, sendo enumerado como o “*primeiro compromisso* da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas” (Ministério da Fazenda, 2003, p.7), conforme destaca:

A importância do ajuste fiscal de longo prazo não pode ser subestimada. Caso o governo brasileiro tivesse realizado um superávit primário de 3,5% do PIB ao ano durante os últimos oito anos, a relação dívida/PIB hoje seria a metade da observada, mantidas todas as demais condições, inclusive as políticas cambial e monetária adotadas durante o período 1995-1998. Para escapar da armadilha resultante da elevada relação dívida/PIB, conjugada com uma conjuntura internacional restritiva, uma das tarefas do governo é a execução de uma política fiscal sólida nos próximos anos que traga consistência de médio e longo prazo às contas públicas, e uma melhoria da qualidade do ajuste fiscal realizado nos últimos anos (Ministério da Fazenda, 2003, p.34).

O programa econômico apresentado gerou forte críticas dos intelectuais, ministros da área social e apoiadores do Partido dos Trabalhadores, sendo Maria da Conceição Tavares uma das que se colocaram na linha de frente. Economista, professora da UFRJ, ex-deputada e filiada ao PT, um dos principais nomes da escola heterodoxa em economia no Brasil, Conceição Tavares mirou as críticas, principalmente, ao fato de o documento contrariar o “consenso” de que o problema do país tinha como raiz o estrangulamento externo, o aumento dos passivos externos que o governo Cardoso deixou; e passar a apontar que o problema central se devia a

falta de um ajuste fiscal no passado, conforme destacado pelo programa econômico: “Deve-se ressaltar que caso o governo anterior tivesse realizado um superávit primário de 3,5% desde 1994, a relação dívida/PIB em 2002 teria sido inferior à observada em 1994, sendo cerca da metade à efetivamente realizada em dezembro de 2002 (Ministério da Fazenda, 2003, p.51).

A crítica se valeu ainda, objetivamente, a composição da equipe do ministro, principalmente o economista Marcos Lisboa, secretário de Política Econômica, vinculado ao grupo de economistas ortodoxos da Casa das Garças (os quais Conceição Tavares classifica como “um grupo de débeis mentais do Rio de Janeiro”, responsáveis pelo documento publicado em 2002 intitulado “Agenda Perdida”), pela elaboração da proposta de focalização dos programas sociais, ou seja, defendem que as políticas sociais deviam focalizar nos mais carentes, aos realmente necessitados, apenas os mais pobres, de forma eficiente. O documento elaborado pelo Ministério da Fazenda diagnostica que, no Brasil, “a política social, via de regra, beneficia os não-pobres” (Ministério da Fazenda, 2003, p.51). Assim, melhorar o impacto da política governamental sobre os indicadores sociais seria necessário “tornar o gasto social mais eficiente, eficaz e focalizado” (Ministério da Fazenda, 2003, p.51-52). Do ponto de vista de Conceição Tavares, Lisboa buscava implementar “aquela babaquice que o Consenso de Washington quer que a gente aplique” (Athias, 21.04.2003).

A economista equiparou como “desgraça” o fato de que no governo Lula, assim como ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, ter “os economistas da PUC [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro] no programa econômico, [além de que] desta vez temos também os da Fundação Getúlio Vargas, e não apenas infiltrados na área econômica” (Athias, 21.04.2003). Para Tavares, o diagnóstico de [falta de ajuste e necessidade da focalização das políticas sociais] era “a gargalhada do Delfim e de todo mundo porque revela a mais profunda ignorância” (Folha de São Paulo, 21.04.2003).

As reações a proposta de focalização das políticas sociais foram além, pois teria desagradado aos ministros da área social, dentre eles José Graziano (ministro da pasta da Segurança Alimentar e responsável pela implementação do Programa Fome Zero²¹) e Miguel

²¹ Durante o ano de 2002, Graziano criticou fortemente em artigo as políticas praticadas no Governo Cardoso, para o qual, essas encontravam-se “fragmentadas em várias ações, predominantemente com caráter localizado, e pautam-se, fundamentalmente, pela transferência de pequenos valores monetários (“bolsa-esmola”) que são insuficientes para alterar o quadro de miséria e desnutrição”. Para tanto, Graziano fora indicado ao recém-criado Ministério para implementar o “Fome Zero”, uma proposta de política nacional participativa de segurança alimentar e combate à fome que envolvia “três grandes eixos simultâneos: ampliação da demanda efetiva de alimentos, barateamento do seu preço e programas emergenciais para atender a parcela da população excluída do mercado”. Para ver mais, acesse: <https://teoriaedebate.org.br/2002/06/01/para-os-criticos-do-fome-zero/>. Acesso em 28.09.2021.

Rosseto (ministro do Desenvolvimento Agrário), que segundos os noticiosos repercutidos pela imprensa, estavam dentre os que “não suporta[vam] ouvir falar em focalização” (Folha de São Paulo, 20.04.2003). Além de Carlos Alberto Christo (o Frei Betto), assessor especial do presidente; e Jacques Wagner, ministro do Trabalho. Apesar de críticos, evitaram realizar críticas públicas sobre o tema.

Com a saída de Mantega do ministério do Planejamento em 2005, quando foi para o BNDES, a pasta foi ocupada por Paulo Bernardo, funcionário de carreira do Banco do Brasil, político e ex-sindicalista, o qual manteve posições que oscilavam ao longo do período do Governo Lula: no primeiro mandato, destaca-se suas posições em favor ao rigor fiscal de longo prazo, portanto, mais próximo da orientação de Palocci e Meirelles. Bernardo era defensor da tese de que o governo poderia compatibilizar uma política fiscal austera com maior execução orçamentária e um maior atendimento às demandas políticas.

Nesse momento, enquanto temos um Ministério da Fazenda com o mantra da austeridade fiscal enquanto “compromisso de ouro” (Estadão, 28.11.2003), com endosso do Ministério do Planejamento; do outro, projetou-se a posição da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, com a defesa de uma orientação econômica baseada na crença que pode ser ilustrada na frase “Gasto público é vida!” explicitada em 2005 em um contencioso que nos oferece pistas para pensar as disputas de visões de mundo acerca da definição ação fiscal do Estado no interior da equipe econômica (Jardim e Moura, 2021).

Em junho de 2005, fora apresentada a proposta do programa “Déficit Nominal Zero”, elaborada pelo economista Antônio Delfim Netto — naquele momento, deputado federal pelo Partido Progressista (PP), além de ex-ministro da Fazenda e da Agricultura durante o Regime Militar —, sendo apoiada enfaticamente e incorporada pelos ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e do Planejamento, Paulo Bernardo.

Essa estratégia era calcada na implementação de um plano fiscal de limitação dos gastos correntes do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos dez anos, mantendo um nível controlado de economia para pagamento dos juros (ampliando a realização do superávit primário) até chegar ao ponto em que sua arrecadação seria suficiente para cobrir a totalidade de suas despesas com juros da dívida (G1, 08.10.2006). Além disso, a ideia da equipe econômica também era aumentar a desvinculação de receitas da União - que à época estava em 20% para 35% no longo prazo.

Apesar da adesão de atores centrais da área econômica do Governo, de outro lado, a proposta foi sumariamente rejeitada (com aval do presidente Lula da Silva) pela então ministra

da Casa Civil, Dilma Rousseff, com o principal argumento de que o “gasto público é vida” e justificou que o plano de ajuste apresentado era “rudimentar”. Em entrevista coletiva, as palavras da então chefe da Casa Civil foram objetivas na desclassificação da proposta defendida pelos ministros Palocci e Paulo Bernardo, a saber:

"O que foi apresentado foi **bastante rudimentar**. Nós não consideramos que essa discussão teve início e transitou no governo. O fato de eu e mais três ministros tomarmos conhecimento não significa que exista discussão. **Eu acho que nem existe a colocação de um conceito de ajuste fiscal no Brasil**. Não se pode fazer uma projeção para dez anos pensando em planilha. **Fazer um exercício dentro do meu gabinete e achar que ele será compatível com o nosso país não é consistente**. Quando você fala em dez anos, você tem que 'combinar com os russos', que são as 180 milhões de pessoas que vivem no Brasil. **Por isso eu digo que esse não é um exercício macroeconômico**" (Estadão, 09.11.2005).

Para a ministra Dilma, o país deveria reduzir os juros "para sair do atoleiro", pois, inclusive, as altas taxas de juros minimizariam os efeitos sobre a política de ajuste e seria como “enxugar gelo” (Folha de São Paulo, 2005) ao passo em que a dívida pública não teria redução considerável.

O episódio configurou o clímax da disputa pública entre os ministros Dilma Rousseff e Antonio Palocci e seria adensado com a manifestação pública de outros atores em defesa dos polos em disputa. Por exemplo, Joaquim Levy, então secretário do Tesouro Nacional, respondeu a ministra Dilma em forma de questionamento em uma declaração à imprensa: "Quero crescer como a Índia, como a China, como a Coreia, ou quero continuar dando aumentos, aposentadorias? Vamos inventar novas vinculações, vamos proteger a universidade, o fulano, o beltrano?" (Folha de São Paulo, 27.11.2014).

Dentre os defensores da posição da ministra Dilma, destacamos o vice-presidente da República, José Alencar, que declarou em solenidade no Ministério da Defesa que por força da sua experiência e da sua vida, dava “razão à ministra Dilma Rousseff” no protesto contra ampliação dos cortes de gastos em virtude do *superávit* primário e que, na verdade, era necessário mirar as armas para a política de altas taxas de juros, a saber:

"Nós falamos que temos responsabilidade fiscal. Não é verdade. Na prática, nós estamos sendo irresponsáveis, porque o Orçamento é altamente deficitário apesar do elevado patamar do superávit primário, porque as taxas de juros com que roamos a nossa dívida são despropositadas. Elas não podem continuar porque travam o crescimento" (Leite, 11.11.2005).

Para o vice-presidente, a resolução do impasse se daria com o convencimento do ministro Palocci de que “os outros países estão certos [em praticar baixas taxas de juros] e ele errado”, relativizando a ideia de trocar o ministro da Fazenda (Leite, 11.11.2005).

A situação requereu a intervenção do presidente Lula, após ensaio de demissão por parte de Palocci da pasta (principalmente por estar já fragilizado após denúncias de que teria recebido subornos quando era prefeito de Ribeirão Preto). Assim, Lula declarou em coletiva de imprensa que ambos os ministros eram “extremamente importantes”, justificando que “a divergência só existe onde existe democracia [...] é normal que dois ministros divirjam enquanto não tem uma decisão de governo”(Folha de São Paulo, 18.11.2005). Em seguida, Lula enfatizou que a proposta da equipe econômica ainda não era uma “política de governo”, mas sim uma “tese” defendida por Palocci e pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Contudo, declarou que gostava de “tensionar disputas” (Folha de São Paulo, 18.11.2005).

Ao final dessa disputa, a proposta viria a ser engavetada, vencida pela ministra Dilma Rousseff, tendo como resultado seu reposicionamento naquele espaço: a lógica de “Gasto é vida” ganhou a disputa contra “Austeridade é compromisso de ouro”. Vale aqui destacar que narrativas como essa foram difundidas pela mídia recorrentemente e se tornaram parte da “mitologia política” que forneceu base para fortalecer as críticas das ações em políticas econômicas que viriam a ser gestadas no governo Dilma, alicerçando uma espécie de “desconfiança inata” acerca legitimidade da capacidade política e técnica da presidenta na condução da economia brasileira; além de delinear, com o adensamento das disputas, lógicas e gramáticas distintas de enquadramento e fornece também novos elementos e critérios, que são, em alguma medida, incorporados nas críticas — de ambos os lados da disputa.

Ao final do ano de 2005, durante um seminário sobre turismo realizado num hotel em São Paulo, Tasso Jereissati, então senador da República e presidente do PSDB, definiu que a condução “ultra ortodoxa” da política econômica operada por Palocci se dava por “obrigação” em virtude de essa gerar “resultados medíocres” por causa “da debilidade política do governo, da falta de confiança, em função da crítica dos outros em relação a ela” (Folha de São Paulo, 29.11.2005). Para o presidente do principal partido de oposição, Palocci era comparativamente homólogo ao exemplo da figura da “mulher de César”, que além de honesta, também tem que parecer honesta: no caso de Palocci, esse não teria que ser ortodoxo, “tem que ser ultra ortodoxo, para parecer que é ortodoxo” (Folha de São Paulo, 29.11.2005).

Ao longo do período do primeiro governo Lula, os indicadores financeiros da condição econômica seguiriam trajetória ascendente, como demonstra Barbosa-Filho (2013):

Do lado fiscal, a média anual do resultado primário do governo federal passou de 1,9% do PIB, entre 1999 e 2002, para 2,5%, entre 2003 e 2005, ou seja, um ajuste fiscal de 0,6% do PIB. Essa elevação substancial do superávit primário, somado à redução da taxa de câmbio e à aceleração do crescimento da economia, fez com que a dívida líquida do setor público caísse substancialmente em apenas três anos, isto é: de 60% do PIB, em 2002, para 48% do PIB, em 2005. No sentido contrário, a taxa de juro real continuou elevada apesar da queda da inflação e da melhora no quadro fiscal. Considerando as médias anuais, a Selic real passou de 10,2% ao ano, entre 1999 e 2002, para 11,2%, de 2003 a 2005 (Barbosa-Filho, 2013, p.71).

No ano de 2006, além das tensões relacionadas às escolhas feitas na política econômica, o desgaste de Palocci se ampliou ao ser envolvido à uma denúncia de quebra de sigilo bancário ilegal do caseiro Francenildo dos Santos Costa, levando ao seu afastamento do cargo em 23 de maio daquele ano, sendo indicado para seu lugar Guido Mantega, que voltou a medir forças com Meirelles, mas dessa vez, como Ministro da Fazenda.

Com a presença de Mantega no Ministério da Fazenda, de Paulo Bernardo no Ministério do Planejamento e de Dilma Rousseff na Casa Civil, o segundo governo Lula teve, certamente, o pêndulo virado para a heterodoxia, apesar da inegável força de Meireles, no Banco Central. Mantega após assumir o cargo, não haveria mudanças na política econômica, pois era “a política econômica do presidente Lula [...] O presidente Lula é o fiador dessa política econômica” (Silveira, 27.03.2006). Entretanto, no mês seguinte, a mudança no fazer econômico pode ser ilustrada a partir daquele momento quando declarou que a diferença no tratamento da questão fiscal seria que “nós vamos cumprir apenas aquilo que foi combinado” (Estadão, 21.04.2006), em uma crítica direta à gestão feita por Palocci, que mirava entregar superávits maiores que o estabelecido pela meta fiscal prevista. Para o ministro, “talvez tenha havido um vício, um mau hábito, que acostumou mal os analistas, de trabalhar com gordura” (Estadão, 21.04.2006). A palavra gordura representaria aqui os excessos do resultado fiscal (o mau hábito) que atinavam a expectativa contínua de *superávits* acima da meta estabelecida (o vício engendrado).

Nesse momento, apesar dos escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores e da crise de *subprimes* de 2008, a economia se manteve em alta e os principais projetos dos governos petistas, como Minha Casa minha Vida e PAC, foram concretizados. Esse momento foi descrito por Jardim (2007) como “inclusão social via mercado”. Com a tomada de posição

de que “nós só vamos entregar o combinado” em relação ao superávit, Mantega defendeu a criação de emprego e de renda, por meio do investimento no mercado interno e do protagonismo do setor industrial, sem dispensar, contudo, diálogo com o mercado financeiro, que por sua vez, fez parte das mesas de negociação no Palácio Central (Grün, 2018).

No Ministério do Planejamento, Paulo Bernardo teria uma sensível mudança no trato da questão econômica, posicionando-se na defesa dos gastos públicos no combate aos efeitos da crise internacional. Para o ministro, seria “muito tosco achar que só cortar gastos vai resolver os problemas de um país complexo como o nosso e, particularmente, numa conjuntura complicada, que exige respostas flexíveis” (Gandra, 19.05.2009). De acordo com Bernardo, o país enfrentava a crise de “maneira diferenciada”, com a adoção de medidas que se sobressaíam “sem soluções estereis, como seria o caso de abrir e mandar tapar buracos no dia seguinte” ou, ainda, “sair por aí cortando gastos” (Gandra, 19.05.2009); porque isso teria efeitos danosos sobre a economia brasileira, que se prolongariam por vários anos. O agente social teria saído da defesa de um ajuste duro para o discurso da ganância, mas com responsabilidade.

É importante destacar que, no segundo mandato do Governo Lula, o discurso crítico sobre os gastos crescentes ganharia força no campo político e no jornalismo econômico. Acerca das narrativas que apostavam na não realização das metas fiscais, o ministro Guido Mantega rebateria, durante seminário realizado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que o propalado descontrole da situação fiscal não passava de “mitos e ideias distorcidas” sobre os gastos do governo, pois tinha gente que pensava “que torraram dinheiro e jogamos dinheiro pela janela” (G1, 23.08.2007). Segundo o ministro, na questão fiscal, “está tudo sob controle”, pois as variações dos níveis do superávit refletiam a política anticíclica para enfrentar a crise internacional. Desta feita, Mantega reafirmaria o compromisso com o rigor fiscal ao declarar que “em 2010, vamos retomar o patamar de superávit primário dos anos anteriores [...] Em ano eleitoral, o governo manterá a austeridade dos últimos anos”, destacando, contudo, que sem prejuízo dos programas sociais e dos investimentos públicos (NSC, 29.07.2009).

Segundo Jardim e Silva (2016), o Estado brasileiro durante o governo Lula desempenhou um papel, em termos de propostas de desenvolvimento, que em determinados momentos se aproxima do convencionalmente denominado “neoliberalismo” e em outros se distancia, se encontrando mais perfilado a um modelo dito neodesenvolvimentista ou “keynesiano”.

Boschi e Gaitán (2008), autores que afirmam que no Governo Lula houve um novo tipo de intervencionismo estatal, o qual ganhou especificidades em relação ao do passado, pois teríamos uma orientação econômica híbrida, mais do que o retorno do Estado produtivo. O autor fala em “novo desenvolvimentismo”, pois o Estado passou a ser o regulador do social e da economia. Para o autor, “novo desenvolvimentismo” seria um modelo ainda em formação, que postularia a construção de um espaço de coordenação entre as esferas públicas e privadas, com o objetivo de aumentar a renda nacional e os parâmetros de bem-estar social. Nessa crença estatal, o funcionamento dos mercados seria submetido à lógica política.

Bresser Pereira (2006, 2007) define o modelo praticado na era Lula como sendo um “novo desenvolvimentismo”, diferente do “nacional-desenvolvimentismo”, que vigorou na década de 1970 e do neoliberalismo, a partir dos anos 1980. O “novo desenvolvimentismo” se constitui como um "terceiro discurso", ou seja, uma estratégia nacional de desenvolvimento que representa uma alternativa ao discurso "populista" latino-americano e à ortodoxia convencional, representada pelas reformas, políticas e diagnósticos do Consenso de Washington, difundida amplamente no Brasil nos anos 1990. Para o autor, essa nova estratégia seria um "conjunto de diagnósticos e ideias que deveriam servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento” (Bresser-Pereira, 2006, p. 12), um conjunto de reformas e políticas que econômicas que permitiriam países, como Brasil e nos demais países da América Latina, alcançar os países desenvolvidos.

Para Grün (2007), durante o Governo Lula, as empresas nacionais passaram a “incorporar” princípios dominantes do capitalismo internacional, realizando, a exemplo, abertura de capital em bolsa de valores e a adoção do modelo Governança Corporativa (GC) como ferramenta de gestão.

Jardim (2013) demonstra que diante da crise financeira de 2008, o governo Lula priorizou o mercado interno, em uma clara convergência de estratégias ortodoxas com heterodoxas, já que preservou o superávit primário, pagou juros altos e manteve a estrutura tributária regressiva, em diálogo com inegáveis estratégias heterodoxas – ampliação da seguridade social, política de valorização dos salários e na ampliação da infraestrutura social - que geraram emprego e renda, as denominadas “políticas anticíclicas”.

Para a autora, mesmo sob o contexto de daquilo que a autora chamou de “dominação das finanças pelo governo Lula”, o Estado coordenou os mercados durante o governo Lula, produzindo bens e serviços por meio de empresas estatais, estabelecendo projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro – especialmente dos fundos de pensão e do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas, assim como coordenou certa regulamentação, “domesticação e/ou moralização do mercado financeiro” (Jardim e Silva, 2016, p.54).

Ao passo que esse grupo adentrou no governo federal, estando encarnadores desse papel de “domesticadores do mercado financeiro (e sua lógica especulativa)”, ocorre o processo de implementação de medidas e programas de “bancarização da pobreza” (Jardim, 2009), que visavam incluir no acesso e consumo dos serviços financeiros parcelas da sociedade, até então, excluídas, através do: “incentivo e a facilitação de abertura de contas correntes, do crédito consignado e o incentivo a compra de ações com os recursos das contas individuais dos fundos sociais” (Grün, 2018, p.117).

Ao mesmo tempo, Jardim e Silva (2016) enfatizam que governo implantou diversos projetos sociais que tinham por objetivo o combate à miséria, além da promoção do empoderamento econômico feminino, ao colocar a mulher como figura central, a saber, nos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

As mudanças significativas na orientação da política econômica teriam sido efetivadas devido ao fato de que o “grupo que passou a liderar a formulação da política econômica e regulatória a partir de 2008, no qual Dilma Rousseff exercia papel de liderança²², entende que o processo de desenvolvimento econômico tem que ser liderado e direcionado pelo Estado” (Barbosa e Pessoa. 2014. p.24-25).

Dilma Vana Rousseff²³ nasceu em no dia 14 de dezembro de 1947 na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. É filha do búlgaro *Pétar Russév*, comerciante naturalizado no Brasil com o nome Pedro Rousseff, e da professora primária Dilma Jane Coimbra da Silva. Iniciou seus estudos no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion e, desde muito jovem, mais especificamente, no período em que estava no colegial (atual ensino médio) no Colégio Estadual²⁴, iniciou sua vida política com a participação ativa em movimentos

²² A narrativa crítica produzida pelo *mainstream* econômico é centralizada, majoritariamente, na figura de Dilma Rousseff, atribuindo a ela a influência sobre os rumos da política econômica desde os tempos do Governo Lula, ao passo em que galgou posições centrais ao núcleo duro do governo, primeiramente, como Ministra de Minas e Energia e, em seguida, como braço direito do presidente Lula na Casa Civil da Presidência da República, após a queda de Antonio Palocci, devido a escândalos políticos.

²³ Utilizamos o verbete biográfico elaborado pelo CPDOC (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) como base de referência histórica sobre a vida de Dilma Vana Rousseff.

²⁴ O colégio era chamado Estadual Central com a finalidade de “diferenciá-lo dos colégios estaduais “anexos”, criados na mesma época em cidades do interior e em pontos cardeais da capital [...] Com cerca de dois mil alunos, rapazes na esmagadora maioria, o Estadual Central era o coração do movimento estudantil secundarista, celeiro de quadros da esquerda. Um lugar muito especial para se transitar da adolescência à juventude, a porta para todas as descobertas: música, literatura, cinema, política, paixão. Dilma chegou ali em março de 1964, apenas duas semanas antes do golpe militar” (Amaral, 2011: p. 33).

estudantis e de militância política, que viria a se intensificar ao longo dos anos na luta contra a ditadura militar (1964-1985), período em que atuaria em organizações armadas clandestinas de combate ao regime.

Em 1964, Dilma ingressou para a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); contudo, não concretizou a graduação, pois teria sido expulsa por conta da militância política. Assim, entraria para vida de clandestinidade²⁵ e, em seguida, seria presa no Rio de Janeiro em 1970, em uma ação da Operação Bandeirante (Oban), onde permaneceu detida e depois transferida ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Durante os quase três anos que passou no presídio Tiradentes após ser condenada por subversão, assim como outros opositores do regime militar, Dilma foi torturada, tendo sido deixada com sequelas físicas e psicológicas.

Logo após deixar a prisão em 1972, mudou-se para a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, onde reiniciou sua vida ao lado do advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo²⁶. Em 1974, ingressou no curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que concluiu em 1977; além disso, trabalhou como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande entre os anos de 1975 e 1977.

Ao longo de sua trajetória ocupou diversos cargos na política, a saber: De 1986 a 1988, o cargo de Secretária Municipal da Fazenda na prefeitura de Porto Alegre, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo; em 1989, assumiu a diretoria-geral da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, permanecendo nessa função até 1990; assumiu o cargo de presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) de 1991 a 1993. Assumiu a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do governo estadual por duas vezes, entre 1993 e 1994; e depois novamente entre 1999 e 2003. No início dos anos 2000 se desfilou do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e associou-se ao Partido dos Trabalhadores.

Em 2002, quando Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da república, foi convidada pelo presidente eleito para coordenar a equipe de transição com o governo de Fernando Henrique Cardoso, popularmente chamado FHC, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Com a posse de Lula, Dilma assumiu a pasta de Minas e Energia e foi nomeada presidente do Conselho de Administração da Petrobras. Nesse período, teve papel

²⁵ Nesse período, Dilma teve diversos nomes com o objetivo de não ser identificada, sendo alguns deles: Marina Guimarães, Wanda, Luiza, Maria Lúcia e Estela.

²⁶ Gaúcho de São Francisco de Paula, onde passou a infância, nasceu em 18 de fevereiro de 1938. Militante de esquerda desde o movimento estudantil nos anos 1950, teve passagem pelo PCB, foi liderança no movimento da luta armada VAR-Palmares, membro fundador do PDT do Rio Grande do Sul. Exerceu o cargo de deputado estadual do Rio Grande do Sul em três mandatos, entre 1982 e 1994, pelo PDT.

central na reformulação da capacidade de planejamento da política energética e na implementação de um novo modelo do setor elétrico nacional, além de iniciar os projetos de construção de novas usinas hidrelétricas e expansão da oferta de energia e de linhas de transmissão; e, principalmente, na criação do programa *Luz Para Todos*, programa que visava promover a eletrificação rural.

No ano de 2005, após o escândalo do mensalão, Dilma foi escolhida pelo presidente Lula para substituir José Dirceu (político histórico do PT) na chefia da Casa Civil, cargo de maior força política e administrativa do governo. O que correspondeu a um acontecimento inédito, pois foi a primeira mulher a ocupar ambos os cargos (Minas e Energia e Casa Civil), desde suas respectivas criações.

Trazer a biografia da presidenta Dilma nesse texto, ajuda-nos a objetivar o lugar que ela ocupa no espaço político, assim como entender as justificativas produzidas em suas tomadas de decisão. Identificamos que a narrativa crítica produzida pelo *mainstream* econômico é centralizada, majoritariamente, na figura de Dilma Rousseff, atribuindo a ela a influência sobre as tomadas de decisões na política econômica desde os tempos do Governo Lula, ao passo em que galgou posições centrais ao núcleo duro do governo. Isto se deveria ao fato de que suas tomadas de posições em disputas públicas acerca da condução da política econômica e o papel do governo foram sempre marcadas pela produção discursiva calcada na crença de defesa da ampliação dos gastos públicos e da intervenção do Estado na economia, o que provavelmente teria sido influenciado por sua formação em economia e passagens por instituições e grupos intelectuais de tradição keynesiana, além da trajetória política ao longo de partidos de esquerda e cargos públicos ocupados a partir dos anos 1970.

Segundo Moura e Jardim (2020), a construção do que se convencionaria a ser chamado de “estilo Dilma” tem seus registros significativos nesse período em que ocupou os respectivos cargos ministeriais. Dilma sofrera várias formas de violência simbólica e de constrangimento, em virtude, de seu estilo dito “duro” e “intolerante” (Moura, 2020; Moura e Jardim, 2020). Como exemplo desses episódios, Safatle *et al.* (2016) descreve uma situação que teria ocorrido após Dilma assumir o cargo no Ministério de Minas e Energia, que corrobora com a visão construída e disseminada em torno da personalidade da então ministra e que, por fim, seria alvo de inúmeras críticas quando eleita presidenta:

O estilo durão, impaciente e muitas vezes intolerante com seus interlocutores foi identificado por seus colegas já nos primeiros dias de 2003, quando Dilma assumiu o Ministério de Minas e Energia no governo do presidente Lula. Naquele início de gestão petista, em uma reunião para tratar de mudanças do

modelo energético, Dilma cortou a palavra de um participante com uma expressão que obrigaria a todos, depois, a correr para o dicionário: “Não me venha de borzequins ao leito!”. De acordo com o dicionário Houaiss, borzequim é um “tipo de calçado de feitiços diversos que cobria o pé e parte da perna, usado desde os tempos dos assírios, de que procedem botas e afins”, mas a expressão usada por Dilma quer dizer “não me venha com conversa fiada” (Safatle *et al.*, 2016, p.166).

Apesar de sua presença em postos importantes do alto escalão do governo, a figura de Dilma não era muito conhecida do público em detalhes quando seu nome apareceu como possível presidenciável nas eleições de 2010, o que instigava aos eleitores a se perguntarem “quem é essa mulher” (Lima, 2016). Em 2008 a revista britânica *The Economist* publicou um editorial onde comparava Dilma com um “bode na sala” (expressando a ideia de que sua candidatura era passível de ser negociada para ser retirada dali) e que por ser “pouco conhecida fora dos círculos atentos à política” era inviável para ser candidata à presidência (G1, 2008).

Assim, durante a campanha eleitoral de 2010, o processo de construção e desconstrução da figura de Dilma Rousseff foi intenso. O Partido dos Trabalhadores (PT) calçou sua construção na ideia da ministra “braço-direito” do Lula, que ajudou o presidente a governar atuando como coordenadora da equipe de governo e responsável por gerir os programas sociais; da gestora competente e perfeccionista que seria a primeira mulher eleita. E o *batismo* de maior significado simbólico foi conferido por Lula ao chamá-la de “Mãe do PAC”²⁷, que, se eleita, seria um tipo de “mãe para o povo”. Em programa eleitoral exibido em cadeia nacional, Lula se utiliza de elementos e valores vinculados ao gênero feminino para “enaltecer” a candidata: “Dilma confirma a regra de que mulher faz tudo com muito amor, dedicação e competência” (GLOBO, 2010, grifo nosso). Como destaca Amaral (2011), o simbolismo da alcunha “Mãe do PAC” era também uma forma de vincular Dilma Rousseff visceralmente ao êxito econômico-social do Brasil durante seu governo, como autora partícipe dos resultados obtidos.

Lima (2016) aponta que as campanhas eleitorais de Dilma se diferenciaram das campanhas femininas comumente realizadas, onde temos a figura da mulher retratada com sutileza, delicadeza; em sua campanha política, Dilma é retratada como uma mulher forte e corajosa²⁸. Entretanto, em consonância, constata que há elementos discursivos comuns que “apelam para singularidades do feminino, como, por exemplo, imagens mostrando-a enquanto

²⁷ Dilma seria a grande gestora de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do programa “Minha Casa, Minha Vida” e dos projetos do então recém-descoberto campos de petróleo do Pré-Sal.

²⁸ Durante a campanha de reeleição, em 2014, essa estratégia seria potencializada ao ponto em que o mote da campanha seria “Dilma Coração Valente”, “Dilma Guerreira” com imagens dela jovem no período da resistência à ditadura militar nos anos 1970.

mãe, avó e dona de casa. A sua campanha foi pautada nesses dois eixos: a imagem de uma mulher forte ao lado da figura maternal” (Lima, 2016, p. 05). Assim, em uma espécie de simbiose, teríamos a gestora eficaz, técnica capacitada, de opinião forte e decisiva, mas ainda carinhosa, afetuosa, zelosa e de ‘coração grande’, enfim, uma “mãe para os brasileiros”.

De outro lado, a oposição, capitaneada do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e setores midiáticos, realizava uma outra construção em torno de Dilma: ela representava “um poste do Lula”. Segundo essa narrativa, se fosse eleita, representaria um objeto sem vida, sem autoridade, tutelada pelo ex-presidente Lula da Silva, quem de fato tomaria as decisões no governo.

Se faz importante sublinhar que esse enquadramento ao qual submetiam sua figura encontrava dificuldades pelo fato de sua trajetória pública consistir em um elemento impeditivo para que a desqualificassem completamente, assim, se passou a classificá-la apenas como uma técnica, não uma política, conforme destaca Celi Pinto (2018). A autora defende que essa (des)classificação, a qual a então candidata foi submetida, “não era diretamente relacionada ao fato de Dilma nunca ter concorrido a cargos eletivos, mas a sua propalada falta de tato para conversar e atender à classe política e aos interesses privados que chegavam até ela na condição de ministra” (Pinto, 2018, p.25). De acordo com Celi Pinto (2018), pensar a trajetória de Rousseff como a de uma técnica não é admissível, principalmente, ao considerar que “sua própria história política tinha uma perspectiva mais política e esquerdizante que o próprio Lula” (Pinto, 2018, p.29).

Contudo, se faz crucial lembrar que a posição ocupada por Rousseff no campo político naquele momento estava atrelada ao fato de ser detentora de um capital político herdado da figura de Lula: tendo pouca expressão dentro da estrutura partidária petista, escolhida pessoal e unicamente por Lula como sua sucessora e sem um histórico de disputas eleitorais ou exercício de mandatos em cargos políticos ou de liderança partidária. Reis (2007), em estudos sobre trajetória de políticos militantes de esquerda no Rio de Grande do Sul, aponta que sua trajetória política é marcada por particularidades, como a origem pela luta armada, seguida da participação no Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais (IEPES) do MDB e na organização no PDT no Rio Grande do Sul, sendo aqui vinculada a um grupo estritamente específico do espectro de forças mais à esquerda dentro do partido (inclusive não “apadrinhados” por Leonel Brizola), liderado por seu marido Carlos Araújo (que teria sido uma das principais lideranças dos chamados “Brancaleones”, grupo ultraradical e que depois

integraria a organização armada Var-Palmares) e integrado por figuras como Milton Zuanazzi, entre outros, conforme descreve:

As lideranças jovens que atuaram nos movimentos de contestação privilegiando a "via armada" (excetuando Klassmann) possuem outras características comuns e distintivas de militantes que fizeram outras escolhas partidárias. Neste caso, sobressaem-se as origens sociais e escolaridades mais baixas, o que acabou implicando em itinerários marcados por uma maior dependência relativamente aos cargos públicos ocupados por nomeações e indicações (Reis, 2007, p.230).

Em seguida, outros elementos elucidativos acerca desse trajeto e suas escolhas é a inserção de Rouseff ao PT em através da tendência denominada "Democracia Socialista", um grupo também específico e minoritário na hierarquia partidária (defensor da ideia de Revolução Democrática, com a perspectiva socialista e internacionalista) quando comparado a tendência majoritária, a saber, a Articulação - Unidade na Luta, a principal desde praticamente a fundação do partido em 1983. Nesse contexto, Dilma integrava, portanto, um grupo de posição relativamente marginal nesse espaço se comparados àqueles agentes pertencentes as correntes dominantes do Partido dos Trabalhadores, lideranças como Ricardo Berzoini, José Dirceu, José Genoíno, Luiz Dulci, Aloizio Mercadante, Gilberto Carvalho, Marco Aurélio Garcia e o ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

Durante a campanha eleitoral, ao abordar a questão econômica, então candidata e líder nas pesquisas, Dilma declarou que, se ganhasse, não acreditava o país necessitasse de um ajuste fiscal em 2011, porque era o "momento de uma nova era" (Savarese, 30.08.2010): para pensar em crescimento econômico e não de medidas restritivas a economia. O programa de governo tinha em seu cerne a ideia de continuidade e intensificação da proposta de desenvolvimento econômico com aquilo que a autora chamou de "inclusão social via mercado financeiro" (Jardim, 2007; 2009), iniciada em 2003, dando prioridades a ampliação do investimento em obras de infraestrutura, energia, saúde, habitação, capacitação técnico profissionalizante etc.

Com a vitória de Dilma Rouseff para presidência da República nas eleições de 2010 — em que recebeu 55 milhões de votos nas eleições de 2010, vencendo José Serra (PSDB) no segundo turno e tornou-se a primeira mulher presidente da república no Brasil Com a posse de Dilma como presidenta em 2011, ocorre a materialização de seu mantra "Gasto é vida", com o auxílio de seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, que por sua vez teve apoio de Miriam

Belchior²⁹ (Ministério do Planejamento), Fernando Pimentel (Ministério do Desenvolvimento e Indústria) e Gleisi Hoffman³⁰ e Aloisio Mercadante³¹ (ambos Casa Civil) para a implantação de medidas que aumentam o crédito (política de microcrédito), as desonerações e renúncias tributárias de setores produtivos, o consumo das famílias e a expansão de políticas públicas (como o PAC, Ciência Sem Fronteiras, Minha Casa Melhor, Pronatec) que visavam gerar emprego e renda. Lembramos que nesse momento, o contraponto monetarista está no Banco Central, liderado por Alexandre Tombini e, nos primeiros seis meses do governo, Antonio Pallocci na Casa Civil, que, com a crença de “quanto mais esforço fiscal, melhor” (G1, 10.12.2013), tensionavam com a crença “Gasto é vida” em destaque no período.

Quadro 2. Relação de ministros das pastas da área de política econômica (2011-2014)

Ministro	Período em que esteve à frente da pasta	Minibiografia
Alexandre Antonio Tombini	Banco Central: 01.01.2011 a 09.06.2016	Graduado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) em 1984, possui Ph.D. em Economia pela Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, EUA (1991). Entre 1993 e 1994, foi professor visitante no Departamento de Economia da Universidade de Brasília. De fevereiro de 1995 a maio de 1998, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi assessor especial da Câmara de Comércio Exterior, vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Se tornou funcionário de carreira (concurado) do Banco Central desde 1998. Foi consultor da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (1998-1999). Teve papel destacado no planejamento e implantação da política de metas de inflação, durante a gestão de Armínio Fraga, que assumira a presidência do BC após a crise cambial (ou crise monetária) do início de 1999. Atuou como assessor sênior do diretor executivo e como membro da Diretoria Executiva na

²⁹ Foi assessora especial do Presidente Lula, exercendo essa função até junho de 2004, quando assumiu a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República. Durante o governo Dilma, foi ministra do Planejamento e comandou o PAC. Trata-se de uma agente social sensível ao mantra que “Gastar é vida”.

³⁰

³¹ Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e da Casa Civil do governo Dilma Esteve aliado aos heterodoxos do campo, ainda que pontuasse em certos momentos as divergências com agentes da ala petista aos quais atribuía a classificação de “velho desenvolvimentismo”.

		representação brasileira no Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington (DC), EUA (2001-2005).
Aloizio Mercadante Oliva	Casa Civil: 03.02.2014 a 02.10.2015	Graduado na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) em 1976, possui mestrado e doutorado em economia na Universidade de Campinas (Unicamp). Foi professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi Deputado Federal por dois mandatos (1991-1995; 1999-2003) e Senador da República (2003-2011), pelo estado de São Paulo.
Antonio Palocci Filho	Casa Civil 01.01.2011 a 07.06.2011	Graduado em Medicina no campus da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto. Foi cofundador do Partido dos Trabalhadores e presidente do PT de São Paulo (1997-1998). Atuou como Vereador (1989 a 1990); Deputado Estadual (1991 a 1993); Prefeito de Ribeirão Preto por dois mandatos (1993 a 1996 e 2001 a 2002). Ministro da Fazenda no Governo Lula (2003-2006).
Gleisi Hoffmann	Casa Civil 08.06.2011 a 02.02.2014	Possui curso técnico de Eletrotécnica no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Possui MBA em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, em 2000, e especialização em Administração Financeira pela Faculdade de Administração e Economia do Paraná (FAE) em 2005, em Curitiba. Finanças Públicas e Programação Financeira, Instituto do Fundo Monetário Internacional, Brasília, DF (2000). Filiada ao PT, atuou como Senadora / PR (2011-2018). Secretária Estadual Executiva de Gestão Financeira do MS (2000); Secretária Extraordinária de Reestruturação e Ajuste do MS (2001); Secretária Municipal de Gestão Pública, Prefeitura de Londrina (2001); Diretora Financeira de Itaipu Binacional (2003); Ministra Chefe da Casa Civil (2011 – 2014).
Guido Mantega	Fazenda: 01.01.2011 a 31.12.2014	Graduado em Economia (1972) pela Faculdade de Economia e Administração e, nesse mesmo ano, em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ambas da Universidade de São Paulo (USP). Circulou por diversos postos de comando nos governos petistas: na gestão Lula, como ministro do Planejamento (2003 a 2004), depois como presidente do BNDES (2004-2006), ministro da Fazenda (2006 a 2010), por fim, como ministro da Fazenda do governo Dilma (2011 a 2014).

Jacques Wagner	Casa Civil 02.10.2015 a 12.05.2016	Cursou engenharia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1969, porém não concluiu. Foi um dos fundadores e presidente (1987 e 1989) do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Plásticos e Afins do Estado da Bahia (Sindiquímica). Iniciou a vida partidária filiando-se em 1980 ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atuou como Deputado Federal / BA por três mandatos (1991-1995, 1995-1999, 1999-2003), Governador da Bahia por dois mandatos (2007-2010, 2011-2014). Foi Ministro do Trabalho e Emprego (2003 – 2004); Ministro de Relações Institucionais do Brasil (2005 – 2006); Ministro da Defesa, (2015) e Ministro Casa Civil (2015 – 2016).
Joaquim Vieira Ferreira Levy	Fazenda: 01.01.2015 a 21.12.2015	Formado em Engenharia Naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem mestrado em Economia pela FGV e doutorado em Economia pela Universidade de Chicago. Integrou os quadros do Fundo Monetário Internacional (FMI), onde ocupou cargos em vários departamentos como os Departamentos do Hemisfério Ocidental, Europeu I e de Pesquisa, em particular nas Divisões de Mercado de Capitais e da União Europeia, entre 1992 e 1999. Como economista visitante no Banco Central Europeu, exerceu atividades nas divisões de mercado de capitais e de estratégia monetária entre 1999 e 2000. No ano de 2000, foi nomeado secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e, em 2001, economista-chefe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em janeiro de 2003, foi designado Secretário do Tesouro Nacional. Após deixar o governo federal, em 2006, assumiu o posto de vice-presidente de Finanças e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cargo que ocupou por oito meses. Em seguida, assumiu o cargo como secretário de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro a partir de 2007 no governo Sérgio Cabral. Em 2010, Levy assumiu a diretoria da <i>Bradesco Asset Management</i> (BRAM), uma empresa responsável pela gestão de fundos e carteiras de investimento do Banco Bradesco para os mais variados segmentos de mercado, onde permaneceu até novembro de 2014.
Miriam Belchior	Planejamento e Orçamento: 01.01.2011 a 31.12. 2014	Graduada em engenharia de alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), posteriormente obteve o título de Mestre em Administração Pública e Governo, em São Paulo, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tornou-se assessora especial do Presidente Lula, exercendo essa função até junho de 2004, quando assumiu a Subchefia de

		Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.
Nelson Barbosa	Planejamento e Orçamento: 01.01.2015 a 18.12.2015 Fazenda: 21.12.2015 a 12.05.2016	Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ, doutor em Economia pela New School for Social Research em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Barbosa exerceu diversos cargos na administração Federal, incluindo Secretário de Acompanhamento Econômico (2007-08) e Secretário de Política Econômica (2008-10), no Ministério da Fazenda durante o Governo Lula. Foi também Presidente do Conselho do Banco do Brasil – BB (2009-13) e Membro do Conselho de Administração da Vale (2011- 13). Professor Titular da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
Valdir Romão	Planejamento: 21.12.2015 a 12.05.2016	Nascido em São Paulo em 1960. Em sua formação acadêmica, é graduado em direito com especialização em Direito Empresarial, pelo Centro Universitário Toledo, em Araçatuba (SP), especialista em Gestão de Arrecadação dos Recursos da Seguridade Social pela Fundação Ceddet, de Madrid, Espanha, e mestre em Direção e Gestão de Sistemas de Seguridade Social, pela Universidade de Alcalá de Henares, Espanha; doutorando em Estado de Direito e Governança Global pela Universidade de Salamanca. Valdir Simão iniciou sua carreira no funcionalismo público em 1987 como auditor-fiscal da Receita Federal. De agosto de 2005 a abril de 2007, foi presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No ano de 2011, foi secretário de estado da Fazenda do Distrito Federal. De 2011 a 2013, foi secretário-executivo do Ministério do Turismo. Em seguida, atuou como assessor especial do Gabinete Pessoal da Presidência da República, e, em 2014, assumiu a Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República até ser convidado, no início de 2015, para o cargo de ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU). Deixou a CGU, em dezembro de 2015, para assumir o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
Fernando Pimentel	Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior 01.01.2011 a 12.02.2014	Nasceu em Belo Horizonte (MG) no dia 31 de março de 1951. Graduado em economia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que concluiu em 1978. Nesse mesmo ano ingressou no Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como professor assistente, e em 1981 obteve o grau de mestre em ciência política na mesma universidade. Em 1980 foi um dos

		fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) na capital mineira. Foi secretário municipal de Fazenda na gestão de Patrus Ananias na prefeitura de Belo Horizonte (1993-1997) e na gestão de Célio de Castro (1997-2001). Nas eleições de 2004, foi eleito prefeito de Belo Horizonte na legenda do PT, com 68,49% dos votos válidos. Em janeiro de 2011, assumiu o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2014, foi eleito governador de Minas Gerais no primeiro turno. Tornou-se o primeiro do estado eleito pelo PT desde a criação da legenda. Casou-se com Taís Veloso Cougo, com quem teve dois filhos.
Armando Monteiro	Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior 01.01.2015 a 12.05.2016	Armando de Queirós Monteiro Neto nasceu em Recife, 24 de fevereiro de 1952. É filho de Armando de Queirós Monteiro Filho e Maria do Carmo Magalhães de Queiroz Monteiro. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, e em 1988, em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Armando Monteiro iniciou a vida política em 1990, como filiado ao PSDB. Em 1997, deixou a legenda tucana e filiou-se ao PMDB, partido pelo qual conquistou, em 1998, o primeiro mandato de deputado federal. Em 2003, deixou o PMDB e vinculou-se ao PTB, reelegendo-se deputado federal em 2002 e em 2006. Em 2010, foi eleito senador pelo estado de Pernambuco. Entre 2002 e 2010, presidiu a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No mesmo período acumulou a presidência do Sesi e do Senai. Antes, chegou a dirigir o Conselho de Administração do Sebrae. Monteiro também foi presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco e do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Pernambuco. No dia 1º de dezembro de 2015, Monteiro foi anunciado oficialmente como futuro ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no segundo mandato do Governo Dilma Rousseff.

Elaboração própria. Fonte: Banco de dados da Pesquisa, 2022.

Poderíamos afirmar, ainda que de forma provisória, que o período do primeiro mandato de Dilma apresenta uma orquestração maior das visões de mundo dos agentes eficientes nos postos de tomada de decisões em política econômica, sendo essa marcada pela dominância do caráter expansionista (tanto no plano fiscal, quanto monetário) e a busca em regulamentar e/ou domesticar as finanças incutindo no debate político determinadas gramáticas morais e dispositivos, materializados através das medidas que visaram dar limite ao lucro de empresas na participação em concessões públicas, disciplinar as taxas de juros e spreads bancários

relativos aos ganhos dos setores financeiros, incentivar o investimento em infraestrutura, no mercado interno e políticas sociais, também desonerar as folhas de pagamento em favorecimento do setor produtivo.

Abaixo podemos observar em detalhes a trajetória dos agentes sociais indicados como secretários do Ministério da Fazenda:

Quadro 3. Os “braços direitos” da Economia: a composição das secretarias do Ministério da Fazenda (2011-2016)

Função	Dilma 1	Trajatória
Secretário Executivo	Nelson Barbosa (2011-2013)	De 1988 a 1991 se graduou em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também fez mestrado em Economia da Indústria e Tecnologia, sob a orientação de Maria da Conceição Tavares, entre 1992 e 1995. Enquanto cursava o mestrado, tornou-se professor substituto na Universidade Federal Fluminense (1993-1994) e analista do Banco Central do Brasil (1994-1997). No decorrer de 1995, passou a dar aulas no Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) até 1997, ano em que ingressou no doutorado na New School for Social Research, (NSSR), pela qual defendeu, em 2001, a tese intitulada <i>Essays on Structuralist Macroeconomics</i> , orientado pelo professor Lance Taylor. No decorrer de seu doutoramento, deu aulas na NSSR e no Saint Francis College (SFC), também em Nova Iorque.
	Paulo Rogério Caffarelli (2013-2014)	Formado em Direito, com pós-graduação em Comércio Exterior, Direito Societário e Comércio Internacional e ainda possui mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Caffarelli ingressou no BB em 1981 como menor aprendiz. Em 1983, foi aprovado no concurso externo do Banco e passou a ser funcionário efetivo da instituição. Em 1995, após uma seleção, passou a ser gerente da área de Corporate do BB. A partir desse momento, a cada dois anos, Caffarelli atuava em um setor diferente no BB: foi gerente da área de Recuperação de Crédito; gerente executivo na Diretoria de Distribuição; diretor das áreas de Logística, Marketing, Crédito e Pessoas Físicas; e vice-presidente dos setores de Negócios de Varejo e de Atacado, Negócios Internacionais e Private Bank.
Política Econômica	Márcio Holland de Brito (2011-2014)	Possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (1987), Mestrado em Economia pela UFMG (1992), Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (1998) e Pós-doutorado em Economia pela University of California, Berkeley (2004/2005). Professor da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia (Mestrado e Doutorado) na FGV-EESP, desde julho de 2007. Programa Conceito “6” na CAPES. Pesquisador Produtividade em Pesquisa CNPq, nível 1D, desde março de 2000. Foi visiting scholar no Center for Latin

		American Studies da UC-Berkeley. Foi Secretário Executivo Adjunto da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia). Foi Professor de Economia na Universidade Federal de Uberlândia e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG). Foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2011-2014); foi membro do Conselho de Administração do BNDES e da Brasilprev; foi também pesquisador nível 1 CNPq (2003-2013), com pesquisas sobre comportamento da taxa de câmbio. É autor dos livros Taxa de Câmbio no Brasil (2011), A Economia do Ajuste Fiscal (2016), ambos pela Editora Elsevier
Tesouro Nacional	Arno Augustin (2011-2014)	Secretário do Tesouro Nacional, desde 2007. Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como auditor público externo do Tribunal de Contas do estado (TCE) e foi e ex-secretário da Fazenda de Porto Alegre, cargo que ocupou durante dois mandatos (nas administrações de Tarso Genro (PT) e Raul Pont (PT)), antes de assumir a secretaria estadual no governo Olívio Dutra (PT)
Receita Federal	Carlos Alberto Barreto (2011-2015)	Nascido em Biritinga, Bahia, 15 de dezembro de 1952. É bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduado em 1975, e bacharel em Direito também pela UFBA, graduado em 1993. Possui especializações em Direito Tributário e Gestão Contemporânea, pela UFBA. Iniciou suas atividades profissionais como contador autônomo, no período de 1972 a 1975 e posteriormente trabalhou no Banco do Estado da Bahia, exercendo o cargo de analista econômico-financeiro, no período de 1975 a 1978. Ingressou na Receita Federal em outubro de 1978, tendo ocupado os cargos de chefe do Serviço de Fiscalização da DRF em Belém (PA), de 1981 a 1982; chefe do Serviço de Fiscalização da DRF em Salvador (BA), de 1985 a 1988; delegado da DRF em Salvador (BA), de 1992 a 1996; delegado da Delegacia de Julgamento da Receita Federal em Salvador (BA), de 1996 a 2001; secretário adjunto da Receita Federal do Brasil, de 2002 a 2009 e presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), de abril de 2009 até sua nomeação para o cargo de secretário da RFB. Deixou o cargo em 9 de janeiro de 2015, sendo substituído por Jorge Antônio Deher Rachid e voltou para o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).
Acompanhamento Econômico	Antônio Henrique Pinheiro Silveira (2011-2013)	Nascido em 19 de dezembro de 1964, Belo Horizonte, Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). É professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia. Foi Chefe Adjunto da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão entre janeiro de 2005 e maio de 2007. De maio de 2007 a agosto de 2008 foi Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; nessa data assumiu o posto de Secretário de

		Acompanhamento Econômico, Interino, e, a partir de março de 2009 efetivo, onde permaneceu até 4 de outubro de 2013, quando foi nomeado Ministro-Chefe, Interino, da Secretaria de Portos da Presidência da República, posto que ocupou até junho de 2014. Ocupou o cargo de Secretário Executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República até novembro de 2014, quando foi empossado Diretor Executivo do Banco Mundial, representando os seguintes países: Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad & Tobago. A partir de 01/07/2016 foi empossado Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) representando Brasil e Suriname, onde permanece até hoje.
Assuntos Internacionais	Márcio Cozendey	Nascido em 1963, no Rio de Janeiro, é Formado em Ciências Econômicas (UFRJ) e Mestre em Relações Internacionais pela UnB. Foi Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, posição em que atuou como Vice-Ministro de Finanças no G20, BRICS e UNASUL. Foi presidente do Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e é o Diretor Alternativo do Brasil no Conselho de Diretores do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e membro do Conselho de Administração do BNDES. No Itamaraty, dirigiu o Departamento Econômico, o de Assuntos Financeiros e Serviços e a Divisão do Mercado Comum do Sul. Serviu na Missão junto às Comunidades Europeias, em Bruxelas, na Delegação junto aos Organismos Internacionais, em Genebra, e na Delegação junto à ALADI, em Montevidéu. Foi Assessor Especial na Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Atuou como Professor de Economia no Instituto Rio Branco. A partir de agosto de 2015, atuou como Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, posição na qual é o “ <i>sherpa</i> ” do Brasil no G20 e é responsável, entre outros, pela supervisão da atuação do Brasil em organismos econômicos e financeiros internacionais, como a OMC, a OCDE e a UNCTAD, nas negociações comerciais do Mercosul com países extrarregionais e em discussões econômicas e financeiras bilaterais.
Pasta	Governo Dilma 2	Trajectoria
Secretário Executivo	Tarcísio Godoy	Mestre em Economia do Setor Público, tese defendida em 2008, formado em Engenharia Civil em 1985 e pós-graduado em Geotecnia em 1991, pela Universidade de Brasília. Especializou-se em Sistemas de Previdência pela Wharton School, da Universidade da Pensilvânia - EUA, em 1994, e em Economia pelo Instituto Minerva, na Universidade George Washington - EUA, em 1998. Iniciou sua carreira como Eng de Portos e Vias Navegáveis da Cia Docas da Bahia em 1986. A partir de 1992, ocupou vários cargos no setor público, destacando-se: Coord-Geral e Secretário-Adjunto de Previdência Complementar do Ministério da Previdência; Coord-Geral de Assunção e Reestruturação de Passivos e Coord-Geral de Adm da Dívida Pública e Secretário-Adjunto da área de

		<p>política fiscal do Tesouro Nacional. Em dez/2006 foi designado Secretário do Tesouro Nacional no Governo Lula. Exerceu entre 2007 e 2010 a Presidência da Brasilprev, Seguros e Previdência. No período de out/2010 e fev/2013 foi Diretor da Bradesco Seguros responsável pela Ouvidoria, Planejamento Estratégico, Controle e Investimento. Convidado a implementar um Plano de Reestruturação da empresa de Seguros Gerais, assumiu em 2013 a Direção Geral da Bradesco Seguros de Automóveis - BARE. Permaneceu até dezembro de 2014 como Diretor Geral da Bradesco Seguros. Entre jan/2015 e jun/2016, exerceu a função Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, nas gestões dos Ministros Joaquim Levy e Henrique Meirelles. Presidente do IRB Brasil RE no período de jun/2016 e jul/2017, preparou a empresa para a realização do IPO. Entre jul/2017 e fev/2018 participou de projetos de consultoria no mercado de seguros. Em dezembro de 2017 concluiu o curso avançado de inglês na Columbia University of New York. Membro Comitê de Risco Banco Votorantim entre fev/2018 e maio/2019. Membro do Conselho de Administração da Alper Seguros desde abril/2008 e do Conselho de Administração da Seguradora Lider desde jul/2018. Em fev/2019 assumiu a Diretoria Geral da Escola Nacional de Seguros - ENS.</p>
Política Econômica	Afonso Arinos Neto	<p>Engenheiro Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984), Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (1988) e Doutor em Economia pela Universidade de Chicago (1993). Foi Conselheiro do CADE em 2000-2002. Recebeu o Prêmio Haralambos Simeonides para teses de doutorado da ANPEC em 1994. Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) entre 2000 e 2002, único cargo público que exerceu, segundo currículo. Atua nas áreas de Comércio Internacional, Organização Industrial, Defesa da Concorrência.</p>
Tesouro Nacional	Marcelo Saintive Barbosa	<p>Em 1993, graduou-se em Economia no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e, em 1997, tornou-se mestre pela mesma instituição, com foco na regulação e finanças públicas. Em 2006, ocupou o cargo de secretário-adjunto e, entre o fim de 2006 e março 2007, de secretário da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda. Entre 2007 e 2010, foi subsecretário de Finanças do Estado do Rio de Janeiro, sendo Joaquim Levy o secretário. Entre março de 2011 e o início de 2014, foi diretor de projetos da Empresa Brasileira de Projetos (EBP) e diretor-geral até setembro de 2014. Assumiu a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), novamente convidado por Joaquim Levy, em janeiro de 2015 em substituição a Arno Hugo Augustin Filho,</p>
Receita Federal	Jorge Rachid	<p>É formado em administração pela antiga Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (hoje Universidade Candido Mendes). Entre julho de 2000 e dezembro de 2002 foi secretário-adjunto e, em janeiro de 2003, assumiu a Secretaria da Receita Federal (SRF), permanecendo no cargo até julho de 2008. Durante este período, exerceu, cumulativamente, o cargo de</p>

		secretário da Receita Previdenciária (SRP), do Ministério da Previdência Social e de presidente do conselho diretor do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT). Foi durante a sua gestão que foi criada a "Super Receita", unificando as Receitas Federal e Previdenciária. Secretário da Receita durante o governo Lula, ficou conhecido por bons resultados na arrecadação durante sua gestão. Muito ligado ao governo Fernando Henrique, acabou sendo demitido por Guido Mantega em 2008.
Acompanha mento Econômico	Pablo Fonseca Pereira dos Santos	Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília e Mestre em Administração Pública pela Universidade de Columbia, Nova York, com concentração em política econômica. Ingressou na carreira de Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional em 2001. Funcionário de carreira do ministério desde 1998, Fonseca era secretário adjunto da Secretaria de Política Econômica desde março de 2011. Ele também foi coordenador-geral de Assuntos Econômico-Financeiros da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda de 2002 a 2005. Em seguida, trabalhou no Ministério do Planejamento, onde foi assessor econômico de 2005 a 2011 e atuou em projetos de parcerias público-privadas (PPPs). Nomeado para o cargo por Guido Mantega em 2013, foi mantido na nova gestão por Levy.
Assuntos Internaciona is	Luís Balduino	Diplomata de carreira, tendo se formado no Instituto Rio Branco em 1986 e em Economia pela Universidade de Brasília em 1987. Também é pós-graduado em Sociologia pela UnB, além de ter cumprido o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco como parte de sua formação. Diretor do departamento de assuntos financeiros e serviços do Itamaraty desde 2010. Também passou por todos os cargos da carreira diplomática, tendo sido secretário, conselheiro e ministro em diversas funções. Além disso, estava exercendo o cargo de embaixador do Brasil na Eslováquia, quando foi agora foi indicado e aprovado para a embaixada brasileira em Bogotá.

Elaboração própria. Fonte: Bando de Dados da pesquisa, 2022.

Como tinha acontecido após a posse de Lula da Silva em 2003, Dilma iniciou seu primeiro mandato, em janeiro de 2011, adotando uma linha mais ortodoxa para a economia. Em fevereiro daquele mesmo ano, o governo federal anunciou a execução de uma política de ajuste fiscal com o corte de 50 bilhões de reais no orçamento, confirmando que faria o “dever de casa” no controle da inflação e das contas públicas. Mantega justificou que “esta consolidação fiscal, possibilitará que nós alcancemos o superávit primário” (IHU, 22.02.2011).

Além disso, o governo anunciou a suspensão de novos concursos públicos e, também, para o provimento de cargos públicos no âmbito da administração pública, em autarquias e fundações. Além do corte de gastos, do lado monetário, o Banco Central realizou um “aperto” na política monetária ao elevar a taxa de juros de 10,75% para 11,25% ao ano em sua primeira

reunião; assim como outras medidas macro prudenciais, a saber, o aumento do compulsório e da exigência de capital para empréstimos dos bancos.

Após reunião fechada entre Lula, membros do governo e pesquisadores, o economista Marcelo Nery, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), declarou que o presidente Lula considerava que “o que ele teve que fazer em 2003 foi tão forte quanto o que tem que ser feito agora” (G1, 16.02.2011). Entretanto, as medidas de ajustes teriam “surpreendido” os membros da cúpula do Partido dos Trabalhadores às vésperas da realização do 31º aniversário do partido. Um dos críticos foi José Dirceu, ex-ministro, que considerou que “o corte pode colocar em risco a execução completa de programas sociais, apesar de Mantega ter se comprometido a não prejudicar o orçamento destinado para esses fins” (ÉPOCA, 13.02.2011).

A estratégia do início do mandato de Dilma seria explicitada pelo ministro da Fazenda a partir da necessidade de reduzir a demanda e o crédito para as pessoas físicas como forma de equilibrar o crescimento da economia próximo aos 5% nos anos seguintes: a operação seria como “derrubar [a demanda] sem matar a galinha dos ovos de ouro” (Correio Brasiliense, 26.04.2011).

Em junho, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, o principal defensor do ajuste fiscal realizado no início de mandato, renunciou ao cargo após semanas de pressão e acusações sobre aumento patrimonial nos anos anteriores. Para seu lugar, foi indicada Gleisi Hoffmann, então senadora do PT. Quando da posse da ministra, a presidenta Rousseff declarou: “Prepare-se, minha cara ministra, para os compromissos ousados assumidos pelo governo, como o de manter a economia em crescimento, o controle da inflação e a rigidez fiscal” (IstoÉ Dinheiro, 15.06.11).

A partir do segundo semestre de 2011, o governo Dilma iniciaria uma nova etapa e lançaria o Plano Brasil Maior (PBM), com o lema "Inovar para Competir, Competir para Crescer", o qual consistia em um conjunto inicial de 35 medidas ações em política fiscal e industrial do Governo Federal para o período de 2011 a 2014, com foco no estímulo à inovação e à competitividade da indústria brasileira, o qual deveria ser efetivada em diálogo com o setor produtivo. Entre o rol de medidas, destaca-se a desoneração fiscal dos investimentos e das exportações; ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações; estímulos ao crescimento de pequenos e micro negócios; e regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação nacional. Entre os desafios a serem enfrentados o PBM elenca em seu texto, a saber: “1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição

do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial” (MDIC, PBM, 2011).

O plano institucionaliza um conjunto de medidas que ganharam fôlego, ainda que de modo discricionário, nos anos Lula, com destaque para as desonerações fiscais (entre elas, a redução do IPI sobre bens de investimento, redução de prazo para devolução de créditos do PIS-PASEP/COFINS sobre bens de capital e desoneração da folha de pagamento para setores de confecções, calçados, móveis e software), sendo convertidas a partir desse momento em instrumento principal de promoção da competitividade industrial. Em última instância, há uma conversão de uma ação conjuntural para uma estratégia de dimensão estruturante de desenvolvimento à longo prazo.

Conforme demonstra Orair (2014), a partir dos dados dos relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais, é possível verificar há uma expansão significativa dos valores relativos as desonerações instituídas pelo governo federal desde 2010, conforme a Quadro, que poderiam possibilitar duas leituras: em primeiro lugar, essa seria caracterizada por sucessivas prorrogações do pacote de desonerações anticíclicas, com destaques para a redução das alíquotas referentes à bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos), ao setor da construção civil e oferta de crédito à pessoas físicas, com intuito de induzir o aumento da atividade econômica em níveis próximos ao visto em 2010. Em segundo, as medidas conjunturais da política fiscal anticíclica, ou seja, de caráter temporário ao serem implementadas no enfrentamento da crise internacional de 2008, teriam sua relevância reduzida em comparação com a proporção total das desonerações realizadas ao longo do Governo Dilma, em virtude dessas terem incorporado “questões estruturais de promoção dos investimentos e políticas setoriais e tecnológicas [...] Entre as quais se destacam as desonerações de setores produtivos específicos, principalmente na indústria, e estímulos a investimentos em bens de capital e inovação” (ORAIR, 2014, p.5).

Quando perguntado sobre as similaridades entre Governo Lula e Dilma em 27 de fevereiro de 2011, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o governo Dilma não seria parecido “nem com Lula 1 nem com Lula 2, é um Lula 3”. Para Mantega, se trataria de “um governo que tem condições totalmente diferentes do Lula 1, porque naquele momento pegamos o país em condições complicadas. Se quiser um paralelo, é mais parecido com Lula 2, porque já tínhamos resolvido esses problemas” (Lucena, 27.02.2011).

É importante destacar que, apesar de uma continuidade da política econômica, a conjuntura da economia brasileira não manteve os mesmos resultados nos indicadores

econômicos convencionais (que são fortemente apregoados pela senso comum e pelo senso comum erudito economicista) que o Governo Lula; pelo contrário, houve a redução das taxas médias de crescimento do PIB (entre 2007 e 2010, a taxa média foi de 4,5%, enquanto que, entre 2011 e 2014, foi de 2,1%) — sendo pejorativamente denominada “era do pibinho” por diversos atores do jornalismo econômico — e a elevação da taxa média de inflação (entre 2007 e 2010, a taxa média foi de 5,1% ao ano, enquanto que, entre 2011 e 2014, foi 6,1% ao ano), porém ainda se mantendo dentro do teto da meta (6,5%) até o fim de 2014. Contudo, na geração de empregos, a taxa de desemprego caiu de 6,7% para 4,8% da população economicamente ativa, atingindo o seu menor nível histórico já registrado (IBGE, 2015).

Defendemos que, no plano simbólico, o governo, desde o primeiro ano de mandato, colocava em prática uma estratégia de “moralização e/ou domesticação” (Jardim (2007; 2009) não apenas das finanças, mas também da política. Essa última refere-se ao fato que Dilma inaugurou seu mandato nomeando um funcionário de carreira para a presidência do Banco Central, Alexandre Tombini, ao invés de um agente com trajetória no mercado financeiro, como Lula, que recrutou Meireles. Ainda, o início do mandato foi marcado pela busca de indicação de um ministério composto majoritariamente por ditos “técnicos” do que por atores “políticos”. À época, como difundindo ostensivamente pela imprensa, Dilma realizava no governo uma espécie de “faxina” ao demitir políticos e funcionários, em todos os escalões do Executivo Federal (de ministros a assessores), que fossem alvo de especulações ou indícios de qualquer suspeita de corrupção repercutida pelos meios de comunicação, independente da filiação política.

Do lado das finanças, durante o primeiro governo Dilma, houve três grandes disputas em torno das ações econômicas. Essas disputas seriam denominadas na mídia como as “Três Guerras de Dilma” (Safatle et al, 2016): a primeira teria sido o enfrentamento com os bancos para a redução as taxas de juros em 2012; a segunda, o desconto nas tarifas de energia elétrica; e a terceira girou em torno da Taxa Interna de Retorno (TIR), que limitava a margem de lucro das empresas em quase todos os processos de concessão ou Parcerias Público-Privadas (PPPs) dos demais setores de infraestrutura e de serviços públicos.³² e, de modo ainda mais incisivo no enfrentamento, do setor bancário (ao contestar as práticas abusivas na busca do lucro).

³² A primeira razão é que Dilma inaugura seu mandato nomeando um funcionário de carreira para a presidência do Banco Central, Alexandre Tombini, ao invés de um agente com trajetória no mercado financeiro, como geralmente era feito. A segunda se refere a prática orientada pela indicação de um ministério composto majoritariamente por “técnicos” do que por atores “políticos”. À época, como difundindo ostensivamente pela mídia, Dilma realizava no governo uma espécie de “faxina” ao demitir políticos e funcionários, em todos os

O “ponta pé” dessa estratégia de moralização das finanças se deu com a declaração do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em fevereiro de 2012, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, de que a redução do “*spread* bancário”³³ era uma “prioridade do governo” e uma “determinação” da presidente Dilma Rousseff (G1, 28.02.2012). Em discurso no dia 03 de abril de 2012, durante o lançamento de medidas do Plano Brasil Maior, Dilma Rousseff defendeu a diminuição do “*spread*” dos bancos para facilitar o acesso ao crédito. Para a presidenta, era “tecnicamente difícil” explicar a taxa e é necessária uma “discussão” sobre o tema. Sendo “necessário fazer no Brasil uma discussão sobre os *spreads*” (G1, 03.04.2012).

O episódio submeteu o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), na época Murilo Portugal, à necessidade de viajar para Brasília para reunião com autoridades do Ministério da Fazenda com uma lista de 20 reivindicações, na verdade condições para que os bancos reduzissem os *spreads*, sendo essas relacionadas majoritariamente a redução de impostos (desoneração das renegociações de dívidas, redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), etc.), redução do depósito compulsório (dinheiro que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central), medidas para reduzir a inadimplência, a regulamentação do cadastro positivo, entre outras. Na ocasião, o presidente da entidade protestou contra as críticas ao *spread* bancário declarando que a maior parte deste não era composta pelo “lucro das instituições financeiras, mas sim representava os custos” (da inadimplência, administrativos, de impostos) e criticou que “o Brasil é um dos países que mais tributa a intermediação financeira”. Por fim, declarou que “a bola agora está com a Fazenda [...] Cabe a eles definir que medidas vão ser adotadas” (AGÊNCIA BRASIL, 10.04.2012).

Após a reunião realizada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se dirigiu aos veículos de mídia para criticar a Febraban declarando que as instituições financeiras cada vez cobram “mais segurança e mais medidas” (como desonerações fiscais), além de buscarem “jogar a conta nas costas do governo”. Em seguida, o ministro protestou contra a “usura espúria” ao apontar que os bancos “ficaram entre os mais lucrativos do mundo” em 2011: “acho bom isso, os bancos podem ter lucros, mas a partir de crédito, a partir de atividade de econômica de empréstimo e sem afligir o consumidor” (OTEMPO, 12.04.12). Ao final, concluiu aplicando uma lição de

escalões do Executivo Federal, que fossem alvo de especulações ou indícios de qualquer suspeita de corrupção repercutida pelos meios de comunicação, independente da filiação política.

³³ *Spread* é a taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro ou a diferença entre o custo de captação do dinheiro pelos bancos no mercado e os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos aos clientes. Para mais, ver Paulo Sandroni, Dicionário de economia, São Paulo: Best Seller, 1989, p. 298.

moral ao afirmar que os bancos deveriam apresentar soluções, como o aumento de crédito, ao invés de cobranças frente às medidas do Governo.

O momento mais acirrado e significativo dessa disputa ocorreu durante o pronunciamento em comemoração ao Dia do Trabalho em cadeia nacional de rádio e televisão, no qual a presidenta declarou em “tom incisivo” que o governo tinha uma “posição firme” para a redução dos juros e dos spreads bancários e denunciou, classificando como “inadmissível”, que o Brasil com “um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo” (G1, 30.04.2012). Para a presidenta, a economia brasileira só alcançaria condições plenas de competitividade quando “nossas taxas de juros, seja para o produtor seja para o consumidor, se igualarem às taxas praticadas no mercado internacional” (G1, 30.04.2012). Para Dilma, o setor financeiro operava em uma “lógica perversa” aos brasileiros.

Para tanto, a “queda de braço” de Dilma seria realizada via instrumentalização dos bancos públicos (Caixa e Banco do Brasil), com o objetivo de forçar a redução das taxas de spreads. Além disso, em cooperação com o governo, o Banco Central (BC) iniciou uma redução sistemática da taxa básica de juros: em janeiro de 2012, a taxa se encontrava em 10,50% e foi reduzida gradualmente até 7,5% em outubro do mesmo ano.

Para Singer (2015), ao realizar uma ofensiva na “batalha do *spread*” contra os bancos, Dilma “cutucou muitas onças com varas curtas” ao realizar um “ensaio desenvolvimentista” com a implementação da chamada “Nova Matriz Econômica”, a política econômica posta em prática durante o primeiro mandato de Dilma, conforme batizada pelo ex-ministro Guido Mantega. As características centrais dessa estratégia de implementação de uma nova plataforma econômica são:

A desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral do país, a crença no papel indispensável do Estado no planejamento, a descrença nas forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do Estado dos setores que devem se expandir e o papel estatal no financiamento destes estiveram todos presentes no que se poderia também denominar de “plano Dilma” (SINGER, 2015, p. 41).

Sinteticamente, a “Nova Matriz Econômica”, estava organizada em três eixos: redução da taxa de juros, expansão fiscal (estímulos com expansão de crédito a juros subsidiados, desonerações fiscais das folhas de pagamento etc.) e desvalorização cambial controlada.

Silva (2017) aponta que essas estratégias implementadas foram tentativas do Governo Dilma de “ressignificar e contornar as convenções de equivalência dos dogmas

macroeconômicos, monetários e financeiros, de maneira a permitir a capacidade de operar os dispositivos morais de seu modelo de desenvolvimento” (SILVA, 2017, p. 30) com foco na economia produtiva (representado pela estratégia de formação de empresas campeãs nacionais), na geração de emprego e renda (via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas políticas de transferência de renda (política de valorização do salário mínimo, bolsa família, Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Entretanto, conforme evidencia Grün (2018), a ocorrência de diversos eventos culminariam na erosão desse modelo e, por conseguinte, da legitimidade de Dilma no seu segundo mandato 2015-2016, sendo o momento da retomada da política de alta dos juros (o qual o autor denomina como “a piscada de Dilma”) a inflexão central que viria a definir a disputa em torno do fazer econômico nos próximos anos e colocar em contraposição: o mercado (uma entidade coletiva sagrada), o “bom senso” da elite brasileira e, de outro lado, a presidenta Dilma, uma simples mulher. Em termos simbólicos, era o império da “lógica racional” contra a “vontade individual” (GRÜN, 2018).

Na seção seguinte, iremos tratar desse contencioso a partir da análise da crítica produzida no campo dos economistas brasileiros acerca da política econômica e o processo de fortalecimento da crítica ortodoxa *mainstream* que viria a partir dos anos 2012/2013.

4.1. A produção da “grande crítica” no campo dos economistas acerca da política econômica do primeiro governo Dilma

Lebaron (2016) aponta que no campo econômico, dois atores possuem o papel fundamental na produção e disseminação de crenças econômicas, a saber: os economistas e os atores públicos. Os primeiros, devido a capacidade de atribuir poder simbólico através do discurso científico, conferindo de caráter universal e “neutralidade” ao discurso dito verdadeiro. Os segundos, possuem grande relevância pelo fato de as crenças estarem enraizadas intrinsecamente nos discursos de política econômica, portanto, possuem a capacidade de referenciar e imporem legitimamente as questões coletivas, no campo político e, amplamente, no espaço social.

No campo econômico brasileiro observamos uma disputa de sentido intensa acerca das interpretações produzidas sobre a política macroeconômica praticada pelo Governo Dilma Rousseff. No que se refere aos rumos da política fiscal, as críticas e ponderações relacionadas foram realizadas tanto pelos economistas ortodoxos quanto pelos heterodoxos, mas com

divergências marcantes em sua tônica aos pressupostos centrais. Esse debate entre as diversas visões promove, então, um confronto de narrativas acerca do papel do Estado. É importante ressaltar que em política econômica, o embate de ideias refere-se, em geral, a dois pontos centrais: diagnóstico do problema e proposta de resolução (ou prescrição de política econômica). Para tanto, consideramos a seguir as visões dominantes e sua produção crítica nesse contexto:

Os economistas ortodoxos e setores opostos ao governo Dilma - principalmente ao ministro Guido Mantega - postulavam ser errática a política econômica, respectivamente, a política fiscal, identificada como “frouxa” e responsável pelas reduções do superávit primário, portanto, excessivamente expansionista do gasto público; e a política monetária, pontuada como sendo “inconsistente” e “irresponsável” no controle da inflação (Mesquita, 2014). Diversos autores (Mesquita, 2015; De Bolle, 2016) propalavam que a política econômica adotada nos últimos anos, calcada na expansão dos gastos, desonerações fiscais, expansão do crédito etc., teria contribuído para o contínuo aumento da incerteza do sistema econômico, ao abandonar as práticas e instrumentos ortodoxos convencionais (que prezam pela frugalidade e rigidez monetária), e para o baixo crescimento da economia brasileira³⁴.

Para Mesquita (2014), a gestão Dilma Rousseff representou uma tendência a um “hiperativismo” do Estado na economia, que seria resultado em parte do contexto internacional, em outra parte pelo estilo gerencial da própria presidenta. Para o autor, além do “excessivo ativismo”, um marcador dominante da política econômica sob o Governo Dilma “foi um certo ceticismo em relação ao mercado e a preferência pela intervenção estatal, cujo exemplo maior, no âmbito da macroeconomia, foi provavelmente o tratamento dado à taxa de câmbio” (Mesquita, 2014, p. 3) e a piora da situação fiscal, pois os déficits primários passaram a se “constituir em regra ao invés de exceção” a partir de 2014. Esses fatores teriam levado as expectativas dos agentes econômicos acerca da economia brasileira, sob a égide de Dilma, “da euforia ao desencanto” (Mesquita, 2014).

Samuel Pessoa (2016) critica que um dos principais elementos característicos do modelo econômico implementado pelo governo Dilma é o aumento excessivo da intervenção do setor

³⁴ Entretanto, voz pouco dissonante dentro ortodoxia, Mesquita (2014) defende que o governo federal sob a gestão do PT jamais abandonou os pressupostos do tripé macroeconômico implantado na gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) nos anos 1999. Entretanto demonstrou diversos desvios, no decorrer de sua duração, em relação aos objetivos de curto prazo e no uso de mecanismos e instrumentos macroeconômicos. O autor afirma que nos governos Lula e Dilma manteve-se uma “visão mais convencional e circunspecta” concentrada no Banco Central, enquanto o Ministério da Fazenda e bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil), adotaram uma “visão mais heterodoxa”.

público na alocação de investimento. Segundo o autor, o resultado obtido é uma queda acentuada da taxa de crescimento da produtividade do trabalho em decorrência de má alocação do capital; ou seja, os programas públicos acabam por alocar o capital nos setores de menor produtividade do trabalho ou por implementar incentivos ineficazes. Para Pessoa (2016), a desaceleração da taxa de crescimento está relacionada diretamente às decisões de política econômica no período de 2011 a 2014, o que representaria o abandono da dita “boa política”.

Para Holland (2016), o governo promoveu um crescimento dos gastos público sem regras claras, sem comprometimento com a disciplina orçamentária e planejamento, ampliando os impostos e a distribuição de “benesses” calcadas na Constituição e na justificadas pela implementação de políticas anticíclicas diante da crise internacional. Para o autor, o Estado já não cabia mais no PIB (Holland, 2016).

No campo heterodoxo, por sua vez, a crítica se debruça sobre a moderação da política fiscal (em virtude da taxa de juros excessivamente elevada e do crescimento da dívida pública brasileira), que se constituía, para diversas correntes, uma forma de “entrave para a expansão do investimento público e para a ampliação das políticas sociais” (Gentil e Araújo, 2013, p.213). Assim, ao longo dos anos, a política fiscal teria deixado gradualmente de exercer sua função dinamizadora da demanda agregada (Serrano e Summa, 2014 *apud* Gentil e Araújo, 2013).

Carvalho (2018) defende que a política fiscal executada pela gestão Dilma tem seu problema centrado na política de estímulos fiscais, principalmente, por ser realizada por meio de subsídios e desonerações³⁵ ao empresariado nacional para que este fizesse os investimentos, ao invés de ampliar o investimento público (que em sua tese teria sido cortado, assim como a distribuição de renda e ampliação do crédito teriam sido abandonados nos anos de 2011 até 2014). Assim, essa política de estímulos teria sido pouco efetiva em dinamizar a demanda agregada e manter a atividade econômica, além de não terem surtido os efeitos esperados no desenvolvimento do setor industrial, que apresentou queda da produção³⁶.

A autora (Carvalho, 2018) denomina essa agenda praticada no governo Dilma de “Agenda da FIESP”, em virtude de estar fortemente sintonizada com as propostas defendidas por segmentos de setores industriais, tendo como principal porta-voz, Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e das centrais sindicais, Paulo Pereira

³⁵ Segundo Carvalho (2018), o custo anual das renúncias tributárias no orçamento do governo, que anteriormente representava uma soma de R\$ 140 bilhões em 2010, passou a ser de R\$ 250 bilhões em 2014.

³⁶ A produção industrial havia crescido 2,7% em 2010, porém nos anos seguintes passa a ter redução dos indicadores: caiu 0,9% em 2011 e 3,7% em 2012 (Carvalho, 2018).

da Silva, o Paulinho da Força Sindical, então deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Para Bresser-Pereira (2012), o Governo Lula não teria sido capaz de romper com a política do "tripé macroeconômico" em vigor no Brasil desde 1999 e teria deixado uma "herança macroeconômica pesada" ao Governo Dilma, a saber: uma elevada taxa de juros, uma taxa de câmbio sobre apreciada (o que, em termos de competitividade, prejudicaria a indústria nacional) e um cenário de queda do preço das commodities. Para o autor, o Governo Dilma Rousseff "só seria bem-sucedido se rompesse a armadilha de juros altos e câmbio sobreapreciado que caracteriza essa política ortodoxa" (Bresser-Pereira, 2012, p.5), algo que, nos dois primeiros anos do mandato, teria sido "parcialmente bem-sucedido".

Luc Boltanski demonstra o papel elementar exercido pela crítica como grande "propulsora" para transformações e o reestabelecimento de novos acordos, ou seja, da construção do consenso — acerca da compreensão e definição da grandeza dos seres e das coisas, inclusive, dos discursos críticos e justificativos. Na obra "O novo espírito do Capitalismo", Boltanski e Chiapello (2009) apontam que as mudanças do espírito do capitalismo ocorrem a partir do momento em que este incorpora uma parte dos valores em nome "dos discursos críticos que lhe são dirigidos, ele se estrutura e consolida progressivamente, por tentativa e erro, até o ponto de formar uma configuração ideológica nova" (Boltanski e Chiapello, 2009, p.58).

É dando ênfase a esse elemento em nossa análise que apontamos que a capacidade crítica de atores centrais produzidas no seio do campo acadêmico e econômico foram centrais para municiar discursos da mídia e estratégias de setores da oposição ao passo em que a capacidade crítica desses atores encontraria espaços férteis para se fortalecer: a partir de maio de 2013, a narrativa dominante encontrou o pretexto necessário para amplificar o discurso pela elevação da taxa Selic (a taxa básica de juros). O elemento pendular para sustentar a tese da dita "gravidade" da situação econômica foi a elevação de preços do tomate naquele momento (que havia tido uma alta de 122,13% nos últimos 12 meses).

O fenômeno teria acendido "a luz vermelha" da estabilidade econômica, alertando políticos e empresários o agravamento da situação, principalmente, a partir da expectativa de inflação projetada acima do teto da meta para o ano de 2014 pelo mercado. O vocabulário enunciado pelos meios de comunicação foi objetivo em assinalar o que seria uma espécie de "caos econômico" à vista, a saber: "Dilma pisou no tomate", "O governo pisou no tomate", "O tomate ameaça a reeleição de Dilma" são alguns dos atos e ameaças sombrios de um país em

descontrole, desenhados por analistas do mercado financeiro e fartamente ouvidos pela mídia brasileira e estrangeira” (IG, 18.04.2013).

Nós defendemos que a caracterização da condução econômica como uma “pisada no tomate” passou a ser uma espécie de “munição” nas mãos da oposição e de boa parte do mercado financeiro para atestar que a presidenta Dilma “não teria o controle necessário sobre a inflação” e que o resultado seria a falta do alimento na mesa da população. É nesse contexto em que teria se instaurado o fortalecimento daquela que chamamos de “crítica ortodoxa *mainstream*”, após sua legitimidade ter sido minada pela crise de *subprimes* em 2008 e, subsequentemente, com a crise da dívida na Zona do Euro com a aplicação de políticas de austeridade a partir de 2011. Apontamos ainda, inspirados em Grün (2018), que é nesse momento que se firma uma espécie de revés no pêndulo da disputa cultural via acionamento dos instrumentos dos escândalos socioculturais: um contra-ataque da doxa da austeridade no campo do poder brasileiro.

Figura 1. Capas das revistas Veja e Época representando a crítica a inflação no Governo Dilma em 2012



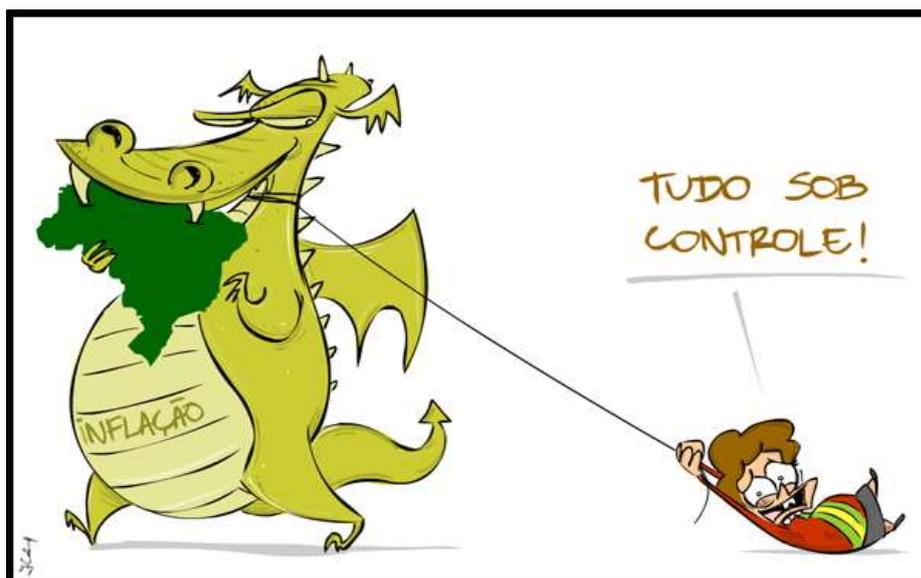
Fonte: Acervo da revista Veja e revista ÉPOCA.

Neste sentido, a “pisada no tomate” de Dilma — a representação do dito retorno do “dragão da inflação” e da incapacidade política em controlar esse monstro — seria justificada via incorporação da crítica, sendo essa produzida pelos economistas *mainstream* e reproduzidas por diversos atores políticos da oposição, atores econômicos e midiáticos — no centro decisório da política econômica do governo ainda no ano de 2013. Ou seja, a crítica colocou em “xeque

a ordem existente ao fazer a suspeita recair” sobre os atores em questão (Boltanski e Chiapello, 2009, p.67). Em seguida ao episódio, em abril de 2013, o governo abdicaria da política de redução de juros iniciada em 2011 e o Banco Central do Brasil (BCB) elevaria a taxa *Selic* de 7,25% para 7,50% em uma trajetória que seria ascendente até o fim de seu mandato, com vistas a combater a alta inflacionária.

Sobre o assunto, Grün (2018) argumenta que a ideia cotidiana de inflação carrega um alto poder metafórico, no sentido de ser capaz desencadear uma série de enquadramentos cognitivos de situações e produzir realidades. Assim, no que se refere a esse poder metafórico da inflação, a primeira e mais contundente ideia seria a de que “a corrosão do valor da moeda, que seria o significado literal do termo, traria consigo a corrosão de outros valores na esfera social, moral, cultural ou ambiental” (Grün, 2018, p. 140).

Figura 2. Charge representando a dificuldade da presidenta Dilma em “domar o dragão da inflação”.



Fonte: Cabral, Fernando. Site do PSDB.

Do lado das questões fiscais, a partir do final de 2012, mais fortemente, em 2013, o governo passaria a ser criticado por praticar o que foi denominado pelo jargão da imprensa e consultores como “contabilidade criativa”, ou seja, certos tipos de “manobras fiscais”. Conforme veiculado, o discurso que ganharia força pelos próximos anos era de que a “credibilidade da política fiscal brasileira estava na UTI” (Sverber, 04.01.2013).

Além realizar o abatimento das despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), operação prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que autoriza

que sejam computados os gastos em investimento, o governo passou a recorrer a outras medidas que os críticos enumerariam, como a publicação do decreto que antecipava os em dividendos dos bancos estatais Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; a Medida Provisória (MP) 618, que autoriza o Tesouro Nacional a injetar 15 bilhões de reais, em títulos públicos, para reforçar o capital do BNDES e o uso de recursos do Fundo Soberano do Brasil (FSB), por volta de 12 bilhões de reais. Esse último foi um dos pontos mais criticados nas decisões tomadas na virada do ano para tentar cumprir a meta fiscal. A medida foi apontada como “oportunista e a prova de que o Planalto perdeu o rigor técnico” (Sverberi, 04.01.2013). Para o economista Raul Velloso, ex-Secretário Adjunto (1990-91) e ex-secretário para Assuntos Econômicos (1985-89) do Ministério do Planejamento, era “mais difícil ainda engolir que uma receita que entrou em 2008 possa ser recuperada e introduzida no fluxo de 2012”. Por fim, o governo estaria transmitindo a ideia de que o “improvisado e o descaso com a transparência das contas públicas são, sim, a regra” (Sverberi, 04.01.2013)

Além da presidenta e seu ministro da Fazenda, outra figura central dessas críticas seria Arno Augustin, secretário do Tesouro, cunhado como “artífice da “contabilidade criativa” (FUCS, 08.11.2013) por economistas e operadores de mercado, descrito pela imprensa como sendo “o soldado de Dilma” (Bertão, 22.05.2013), “banqueiro de Dilma” (Veja, 30.01.2013), o “malvado favorito” de Rousseff (Costa, 09.11.2013), o “homem forte do Ministério da Fazenda” (Cruz, 13.06.2013), onde, “em nenhuma reunião ele era intruso, mas os olhos, os ouvidos e, em muitos casos, a boca de Dilma para todos os assuntos de governo (Bertão, 22.05.2013).

Arno era secretário do Tesouro Nacional desde 2007 (o mais longo a ocupar o cargo desde sua criação em 1986), é nascido em Carazinho (RS), possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde a fundação deste em 1980. Atuou como auditor público externo do Tribunal de Contas do estado (TCE/RS) e teve passagens por cargos municipais e estaduais, mais especificamente, assessor econômico da prefeitura de Porto Alegre na gestão de Olívio Dutra, de 1990 a 1992; secretário da Fazenda de Porto Alegre, cargo que ocupou durante dois mandatos, a saber, nas administrações de Tarso Genro (PT) e Raul Pont (PT), no período de 1992 a 1998. Depois, tornou-se secretário estadual de Fazenda do estado no governo Olívio Dutra (PT) nos anos 1999 a 2002). Em 2003, foi convidado por Lula da Silva para assumir a função de secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, integrando a equipe de Antonio Palocci; em seguida, assumiria a chefia do Tesouro.

Em janeiro de 2013, o direcionamento governamental em relação ao tema seja fortemente pontuado pelo secretário do Tesouro Nacional ao declarar em entrevista à Reuters que o Brasil já não precisava “cumprir metas cheias de superávit primário para assegurar melhoras em seu endividamento e a adoção de metas sobre o resultado nominal é uma possibilidade” (Reuters, 09.01.2013). Para Augustin, as sucessivas quedas da taxa Selic possibilitaram a redução acentuada dos encargos da dívida, segundo ele, “no passado, não tínhamos muito essa possibilidade: ou fazíamos o primário ou a dívida/PIB crescia. Agora, se fizermos o primário um pouco maior ou menor, a dívida/PIB continuará caindo” (G1, 09.01.2013). Em um momento posterior, em meio as repercussões do contencioso da meta fiscal de 2012, Augustin reagiria as críticas de manobras na contabilidade federal, afirmando que

O governo não fez manobra alguma, [pois] receber dividendo de bancos é algo absolutamente normal no setor público ou privado. Não concordo com este termo. Acho este termo inadequado, que demonstra a verdade das coisas. É um termo adjetivado. Não tem conteúdo que demonstre a razão da crítica (G1, 29.01.2013).

Durante a 41ª reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), realizada em julho de 2013, a presidenta Dilma afirmaria que a situação estava “sob controle”, especialmente quanto às contas públicas e à inflação, pois, conforme justifica, seria “incorreto falar em descontrole da inflação ou das despesas do governo [...] é desrespeito aos dados, à lógica, para dizer o mínimo”. Para a presidenta o debate feito por informação parcial visava “criar um ambiente de pessimismo que não interessa a nenhum de nós [...] O barulho tem sido muito maior do que o fato” (Veja, 17.07.2013).

Silva (2016) afirma que com a intensificação da força do discurso da dominância fiscal (situação em que, devido a gravidade fiscal do aumento da dívida pública, a política monetária perderia sua eficácia no controle da inflação, tendo sua ação neutralizada), o governo Dilma passou a colocar-se na defensiva, tomando parte das dificuldades apontadas. Nessa condição, atores com trajetória no mercado financeiro foram indicados para o Ministério da Fazenda e o BCB, os quais “escreviam em revistas econômicas e financeiras *mainstream* e tinham doutorado no exterior ou instituições nacionais de renome” (Silva, 2017, p. 541). Representando, portanto, um recuo em direção ao dito “bom senso” nas finanças públicas.

Inspirando-nos no modelo empregado por Grün (2005) de construção de pontos de inflexão para explicar um determinado contencioso, construímos uma periodização para orientar a presente análise. A Quadro 3 apresenta os quatro momentos-chave (inflexões,

escândalos etc.) do percurso da gestão Dilma e elenca algumas de suas principais características:

Quadro 4. Momentos-chave do Governo Dilma (2011-2016)

T(0)	T(1)	T(3)	T(4)
------	------	------	------

<p>Começa com o fim do governo Lula com 87% de aprovação e crescimento do PIB em 7,5 %</p> <p>A candidata “Mãe do PAC”: Primeira mulher eleita presidenta</p> <p>Início do governo com continuidade de Guido Mantega no Ministério da Fazenda. Retorno de Palocci como chefe da Casa Civil.</p> <p>Formação inicial tensionada por “rigor fiscal” versus “expansão fiscal”: o ajuste fiscal e redução de crédito em início do mandato em 2011</p> <p>“Faxina ética” nos Ministérios: moralização da política</p>	<p>Declínio monetarista, dominância desenvolvimentista: Guido Mantega, Miriam Belchior, com apoio de Gleisi Hofmann</p> <p>Lançamento do Plano Brasil Maior: estímulos fiscais, desonerações e foco na política industrial</p> <p>Enquadramento das finanças: imposição de queda dos juros e <i>spreads</i> bancários</p> <p>Implementação da Nova Matriz Macroeconômica: marcação simbólica da orientação do governo</p> <p>Meta Fiscal não atingida: uso de instrumentos não convencionais e especulações da “contabilidade criativa”</p>	<p>Controvérsia crescimento econômico fraco <i>versus</i> baixo desemprego: “pibinho”</p> <p>Pisada no tomate: pressão inflacionária, reação com retomada do aumento da taxa de juros</p> <p>Protestos de junho de 2013: Dilma propõe Cinco pactos em favor do Brasil, sendo um deles o compromisso a responsabilidade fiscal</p> <p>Caso Petrolão: início da Operação Lava-Jato, prisões e investigação da corrupção na Petrobras</p> <p>Reeleição acirrada em 2014: Discurso do “desempenho fiscal inquestionável”</p> <p>Compromisso com o “dever de casa”: discurso de promessa de mudança na área econômica</p> <p>Meta Fiscal Zero: aprovação do projeto que desobrigou o governo de cumprir qualquer meta de superavit em 2014 (PLN 36/2014)</p>	<p>Governo Novo, ideias novas: mudança pendular no Ministério da Fazenda, com saída de Mantega (heterodoxo) e indicação de Joaquim Levy (monetarista)</p> <p>Predominância de disputas entre, de um lado, Levy (Fazenda) e, de outro, Barbosa (Planejamento), com apoio Mercadante (Casa Civil)</p> <p>Proposta de Orçamento deficitário: predominância do lado heterodoxo (Barbosa), enfraquecimento dos agentes ortodoxos (Levy)</p> <p>Rebaixamento do Brasil pelas agências de rating: reforço moral da visão ortodoxa</p> <p>Dezembro de 2015: Saída de Levy da Fazenda, substituído por Barbosa</p> <p><i>Impeachment</i> por pedalada fiscal</p>
--	---	---	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

O ponto de mudança pendular mais significativo seria realizado com a indicação da nova composição do Ministério da Fazenda para o segundo mandato, sob o comando do economista ortodoxo Joaquim Levy. Na seção a seguir apresentamos a alteração discursiva, suas causas e o contexto da redefinição da orientação da política econômica em direção a realização do dever de casa nas finanças públicas.

5. “AUSTERIDADE FISCAL À BRASILEIRA”: AS JUSTIFICATIVAS DA MUDANÇA PENDULAR NA POLÍTICA ECONÔMICA NO SEGUNDO GOVERNO

Após ser reeleita, a presidenta declarou o que seria o “*tournant de la rigueur*”³⁷ da política econômica de seu governo, ao realizar uma mudança radical da política econômica calcada na promessa de “ajustar para voltar a crescer” (Agência Brasil, 02.06.2015). Nesse período observamos a produção discursiva da crise fiscal, ou seja, as causas que teriam levados para a situação que passa a exigir mudança e reorientação da ação política do governo.

Como afirmarmos anteriormente, em meio a campanha eleitoral de 2014, a presidenta e candidata à reeleição, havia afirmado que o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, não continuaria no cargo durante um novo governo. Como mencionamos, era um sinal claro para os atores econômicos, principalmente, uma busca por “restabelecer os laços” com setor financeiro. Consecutivamente, as indagações e sondagens acerca do novo ministro, responsável por conduzir as finanças do Estado brasileiro, era a grande questão colocada.

Em 27 de novembro de 2014, Joaquim Vieira Ferreira Levy foi anunciado para o cargo, sendo o responsável por realizar ajustes fundamentais na economia brasileira. Nascido no Rio de Janeiro em 1961, sendo o terceiro de quatro filhos (sendo eles, Silvio, David e Ruth), do médico carioca Sadi Sílvio Levy, pertence a uma família (de origem judia de Salônica) da classe média alta no bairro do Flamengo. Levy é casado com a advogada Denise e tem duas filhas, Paulina e Gisela³⁸.

³⁷ Em tradução literal: o “ponto de virada do rigor”. A expressão se refere ao caso do presidente francês François Mitterrand, do Partido Socialista (PS), um governo de esquerda que, por ocasião da crise financeira de 1982-1983, ele e seu ministro das Finanças, Jacques Delors, iniciaram uma rigorosa alteração na política econômica que o levou a recuar na luta contra a moeda única e adotar um plano de recuperação das finanças públicas baseado em ajustes estruturais para redução do déficit e da inflação, o que teria representado uma “conversão ao neoliberalismo”.

³⁸ Um de seus ancestrais paternos, exatamente seu trisavô, é Sa’adi Besalel a-Levi (1820-1903) - filho de Besalel a-Levi Ashkenazi e Merkada (Morpurgo) Kovo – que foi jornalista e compositor, editor de textos religiosos e seculares em hebraico e ladino e do jornal “La Epoka” em 1898. A família tem origem em Salonica, cidade sob domínio do Império Otomano (cuja população era maioritariamente judaica de origem sefardita), era também um rebelde que acusou a liderança judaica de Salonica de ser “corrupta, abusiva e fanática”; essa liderança, por sua vez, excomungou-o da comunidade judaica. Sa’adi deixou um manuscrito com as primeiras memórias conhecidas da língua ladina, o qual passou ao filho Sam Levy, que deixou para o sobrinho, Leon Levy, um industrial, que era filho de Daout (David) Effendi’s Levy, que ocupou um importante cargo na burocracia do Império Otomano, antes da queda em 1912 na Guerra dos Balcãs. Em 1943, durante a ocupação alemã, Daout foi deportado junto a com a comunidade judaica de Salonica para Auschwitz, onde foi morto no Holocausto. Emigrado para o Brasil, Leon viveu no Rio de Janeiro e deixou o manuscrito ao filho, o médico carioca Sadi Sílvio Levy – pai de Joaquim Levy – que foi médico e autor de inúmeros livros religiosos do judaísmo, como, a saber: *Medicina da Bíblia* (1991), *Israel e Bíblia: estudos e crônicas* (1982) e o doador do raro manuscrito para o *Jewish National and University Library* em Jerusalém em 1977 (Rodrigue; Stein, 2012). Não foram encontradas informações sobre o lado materno, sequer o nome da mãe de Joaquim Levy.

Formado em Engenharia Naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1987 (sua dissertação "Congelamento parcial, aumento de salários e efeitos na demanda por mão de obra" tratou de analisar os problemas econômicos durante o Plano Cruzado, orientada por Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, ex-diretor do Banco Central e ex-diretor do Itaú) e doutorado em Economia pela Universidade de Chicago em 1992, instituição reconhecida por formar economistas que difundiram fortemente reformas econômicas, políticas econômicas liberalizantes e das políticas de ajustes estruturais (*policymakers*), são conhecidos como "Chicago Boys".

Segundo Silva (2017), a Escola de Chicago se trata de "um relançamento da Escola Neoclássica, mas com afirmações de cunho mais dogmático e retórico, dispondo de instrumentos distintos que foram proporcionados pela tecnologia, como a mídia e as ferramentas computacionais" (2017, 169). Para o autor, a raiz da crítica produzida por esse grupo está na inabilidade inata do Estado intervir na economia e, em última instância, na sociedade como um todo, conforme destaca:

Ao criticar a intervenção do Estado, há um desprendimento dos processos de condenação da intervenção do Estado num contexto de disputas entre as classes sociais hegemônicas, como vistos no caso da Inglaterra a partir do século XVI, para uma crítica ao Estado como inerentemente ineficiente, com uma espécie de inabilidade inata. Os governos teriam interesses próprios que desviariam do interesse público sob a ótica dessa Escola (Silva, 2017, p.169).

Klüger (2017) argumenta que a falta de convênios sólidos acabou por dificultar a formação de grupos amplos e coesos de discípulos no Brasil, como foi o caso chileno, que representou o "primeiro grande experimento de exportação do monetarismo/neoliberalismo de Chicago para a América Latina, [...] justamente onde as ideias cepalinas, combatidas com vigor por Viner, Friedman e seus seguidores foram gestadas e proliferavam de maneira mais vigorosa (KLUGER, 2017, p.419). Não obstante, economistas formados em Chicago tiveram influência na conformação de segmentos do pensamento econômico e da Escola Brasileira de Economia e aplicaram ideias nos governos dos quais participaram.

Silva (2017) aponta que em um fenômeno análogo ao caso chileno, que teve a inserção dos economistas da Pontifícia Universidade Católica do Chile em Chicago sob orientação de Arnold Harberger e Milton Friedman, no Brasil, a recepção ocorreu a partir da PUC-Rio e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituições em que os acessos eram facilitados em virtude das universidades estadunidenses "serem credoras simbólicas no campo acadêmico,

contribuindo para trazer legitimidade às instituições dos países emergentes” (Silva, 2017, p.362).

As pesquisas desenvolvidas por Dezalay e Garth (2000) sobre os "Chicago Boys" esclarecem como os economistas com capacidade para intervir nas economias latino-americanas buscam obter um doutorado associado à escola para se destacarem em seus países de origem. Para o autor, o agente utiliza a formação universitária (o diploma), o conhecimento técnico, as conexões, os recursos, o prestígio e a legitimidade adquiridos no exterior para construir sua carreira, trazendo a essência do *mainstream*, mas adaptando-se às peculiaridades do país de origem. Nessa incursão, os economistas passaram a ocupar diversos cargos no meio acadêmico, empresarial, governamental e como colunistas em revistas, assumindo o poder de intervir, seja diretamente nas instituições que tomam decisões, seja indiretamente usando poderosa ferramenta de persuasão.

Após concluir sua formação, Joaquim Levy iniciou sua carreira em 1984, no Departamento de Engenharia e na Diretoria de Operações da Flumar Navegação. Também foi professor do curso de mestrado da FGV em 1990, antes de integrar os quadros do Fundo Monetário Internacional (FMI), onde ocupou cargos em vários departamentos como os Departamentos do Hemisfério Ocidental, Europeu I e de Pesquisa, em particular nas Divisões de Mercado de Capitais e da União Europeia, entre 1992 e 1999. Como economista visitante no Banco Central Europeu exerceu atividades nas divisões de mercado de capitais e de estratégia monetária entre 1999 e 2000.

No ano de 2000, foi nomeado secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e, em 2001, economista-chefe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em janeiro de 2003, foi designado Secretário do Tesouro Nacional. No primeiro mandato de Lula, quando chefiou a secretária do Tesouro, Levy ganhou o apelido de "mãos de tesoura", em virtude de sua rigorosa política de conter os gastos públicos, e, que viria a ser uma narrativa da “mitologia política” fundamental para sua consagração, entre outras, como as que discorrem sobre as duras disputas travadas em torno do orçamento da União com a então, ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff — classificada como “a gastadora” e defensora da intervenção estatal, enquanto ele, como sendo um “ardoroso defensor da frugalidade e da disciplina fiscal”; também acerca do seu “estilo *workaholic*” (Folha de São Paulo, 27.11.2014), onde, durante sua atuação à frente do Tesouro Nacional no período entre 2003 e 2006, costumava conduzir longas jornadas de trabalho no Ministério da Fazenda.

Após deixar o governo federal em 2006 (que teria sido motivada por disputas após a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda), Joaquim Levy assumiu o posto de vice-presidente de Finanças e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cargo que ocupou por oito meses. Em seguida, assumiu o cargo como secretário de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro a partir de 2007 no governo Sérgio Cabral, desligando-se em 2010, após o Rio de Janeiro ter obtido o Grau de Investimento (o primeiro estado do Brasil a ter o selo de grau de investimento da agência *Standard&Poors*) e tornar-se sede dos Jogos Olímpicos de 2016 — elementos que alimentariam todo o enredo da trajetória de sucesso de Levy. Em 2010, Levy assumiu a diretoria da *Bradesco Asset Management* (BRAM), uma empresa responsável pela gestão de fundos e carteiras de investimento do Banco Bradesco para os mais variados segmentos de mercado, onde permaneceu até novembro de 2014, quando aceitou o convite para o Ministério da Fazenda.

Outro elemento importante que devemos ressaltar relacionado a esse período está relacionado as tomadas de posições em suas declarações para a imprensa acerca da política macroeconômica do Governo Dilma durante os anos 2011 e 2012: o economista vinha assumindo um tom mais “moderado” e com perspectivas mais “otimistas” com relação ao futuro da economia brasileira se comparados a outros economistas ortodoxos “porta-vozes” em meios de comunicação, como Armínio Fraga, Samuel Pessoa e Marcos Lisboa, que propagavam a “explosão dos gastos e da inflação” no jornalismo econômico. Apontamos que essa postura muito provavelmente se deve as estratégias empreendidas a época em sua gestão no Banco Bradesco como responsável do setor de investimentos, tendo como frente o lançamento de um fundo de debêntures de infraestrutura voltados a financiar grandes projetos de infraestrutura, principalmente, na área de energia e logística, o qual estava finamente orquestrado com os projetos dos governos petistas.

Loureiro (1997, 2006) em seu estudo sobre a participação dos economistas no governo, onde buscar desvelar o papel exercido desses profissionais dentro do aparelho do Estado desde o Governo Getúlio Vargas (período em que o processo de industrialização foi intensificado) até o final dos anos 1990, concluiu que “no Brasil, os economistas não agem apenas como assessores ou funcionários burocráticos, como é predominante em outros países. Eles atuam também como dirigentes políticos” (Loureiro, 2006, p.346). Esses profissionais passaram a influenciar fortemente as tomadas de decisões ao passo em que ocuparam espaços de destaque dentro da burocracia Estatal, na montagem das bases do capitalismo brasileiro.

Diante desse contexto, podemos ainda compreender os sentidos e aspectos simbólicos por trás da indicação de Levy para o cargo de ministro a partir dos argumentos de Dezalay e Garth (2000) acerca da dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado que os países ao redor do mundo, principalmente os latino-americanos, passaram a incorporar. Os autores apontam que a dolarização, que vincula os valores do Sul ao poder de compra nos Estados Unidos, constitui o “elemento-chave dos conhecimentos técnicos promovidos pelos técnico-políticos”, sendo os meios profissionais em que tem se operado mais rapidamente o da Economia e do Direito. A partir de então, o “critério para a legitimação do conhecimento técnico especializado é dado de acordo com o mercado internacional centrado nos Estados Unidos. Há uma nova hierarquia que coloca profissionais norte-americanos de elite no topo” (Dezalay e Garth, 2000, p.175), assim como uma divisão de hierarquia dentro dos países entre os profissionais cosmopolitas e de uma massa de profissionais provincianos, conforme desdobram:

Dessa forma, os processos de dolarização profissional e de dolarização do conhecimento sobre o Estado capturados no deslocamento do poder dos políticos-bacharéis para os técnico-políticos são, portanto, altamente desiguais. Economistas de elite podem construir suas carreiras profissionais localmente mediante investimentos no (e retirando legitimidade do) mercado internacional de conhecimento técnico especializado centrado nos Estados Unidos. Eles legitimam a sua superioridade sobre o restante dos economistas comuns de seus próprios países à medida que se atualizam nos últimos desenvolvimentos da Economia nos campi das universidades do Norte. Fora dos Estados Unidos, a posição profissional de um economista na comunidade norte-americana se traduz diretamente em prestígio profissional em seu país natal (Dezalay e Garth, 2000, p.174).

Ou seja, o que se consolida aqui seria um processo de migração do “cérebro” para o norte, especialmente para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, mas o fluxo na outra direção é suficiente para manter conexões relevantes. Podemos traçar o desenvolvimento desse campo internacional através das interações Norte-Sul que floresceram no desenvolvimento do Consenso de Washington (Dezalay e Garth, 2000). É partir desse contexto que a trajetória social de Joaquim Levy pode ser mais bem interpretada, não como um caso isolado, mas como parte desse processo ocorrido em escala global.

Após ser anunciada a indicação do economista “banqueiro”, tanto do lado da oposição e de alguns economistas ortodoxos, quanto da base aliada do Partido dos Trabalhadores e os

movimentos sociais, Levy foi interpretado como “**um estranho no ninho**”³⁹. Contudo, interpretado de forma oposta: se para os primeiros a escolha era “acertada”; para os segundos era reconhecida como uma “traição” aos compromissos de campanha e a sua base social de apoio.

No campo dos economistas ortodoxos, para Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro no Governo Fernando Henrique, Levy no Ministério da Fazenda era como “um representante do diabo, só que mais inteligente”, trazido “direto do inferno”, no caso, a Universidade de Chicago (Estadão, 10.01.2015). Tal descrição se devia, ao fato de a presidenta ao ter abandonado a política econômica do PT, dos economistas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), considerada centro da heterodoxia brasileira, para os quais, a Universidade de Chicago representaria o “inferno”.

Em entrevista ao Valor econômico, o economista Luiz Gonzaga Beluzzo, professor da Unicamp, conselheiro econômico de Dilma durante o primeiro mandato e um dos principais agentes do campo heterodoxo, declarou que não considerava a mudança na política econômica “uma traição e sim, submissão” (Lima, 16.01.2015) pelo fato da presidenta ter capitulado diante das “pressões do mercado, assim como os líderes europeus e uma parte do PT [...] Sem dúvida ela cometeu erros lá atrás, mas não interpreto esses erros como o mercado”. O economista aponta que a política de ajuste não deveria ser feita, pois “querer reequilibrar a economia com um superávit fiscal quando ela está em recessão parece um desatino” (Lima, 16.01.2015). Para Belluzzo, ao contrário do que disse o Luiz Carlos Mendonça de Barros, “ninguém acha que o Levy é um demônio”, apenas que [Milton] Friedman era “um idiota que conseguiu angariar apoio de outros” (Lima, 16.01.2015).

Para os setores das finanças, a recepção da indicação de Joaquim Levy, tida como uma “grata surpresa”, pode ser expressa por uma afirmação realizada por um diretor de instituição financeira (de nome não divulgado) ao Jornal Valor Econômico: "Se soubesse que a Dilma escolheria o Levy para a Fazenda, teria votado nela e não no Aécio" (Adachi *et al.*, 24.11.2014).

³⁹ A escolha de Levy não era a primeira opção de Dilma. Primeiro, Lula tentou indicar o nome de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central no Governo Lula. Entretanto, Dilma rejeitou a sugestão por indisposições pessoais com Meirelles. O escolhido principal de Dilma para o Ministério era o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi. Entretanto, Trabuco recusou o convite, indicando o nome de Joaquim Levy em meados de novembro. Após confirmação oficial, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) subiu 5%, o dólar caiu e as previsões dos juros futuros e do risco país também: o sinal era interpretado como a “demonstração da confiança do mercado em Levy”.

Como repercutido nos meios de comunicação, Levy era o “homem que encanta o mercado”, significava “a volta do bom humor” com a economia (IstoÉ dinheiro, 2014; 2015), como pode ser visto nas imagens abaixo:

Figura 3. Capas das revistas ÉPOCA, Veja e IstoÉ tratando da entrada de Levy no Governo



Fonte: Site das revistas Época, Veja, IstoÉ.

Na oposição do governo, a nomeação foi elogiada até por Aécio Neves (PSDB), então líder da oposição, que concorreu com Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Na ocasião, o senador citou uma frase de Armínio Fraga, que seria ministro da Fazenda caso ele ganhasse as eleições, sobre Levy: "É como se um quadro da CIA⁴⁰ fosse indicado para comandar a KGB⁴¹" (G1, 25.11.2014). Entretanto, a oposição, principalmente, o PSDB e o Democratas (DEM), qualificavam a presidenta se contradisse e estava praticando “estelionato eleitoral” por adotar um programa oposto ao defendido durante a campanha e que parecia ter acordado de repente para o que não foi feito ao longo de seu mandato (O Globo, 07.11.2014). O ex-governador de São Paulo e vice-presidente do PSDB, Alberto Goldman, declarou que as afirmações da presidente Dilma sobre cortar gastos e verificar contas públicas com “lupa” dava a impressão de que “ela estava em estado de coma” durante as eleições.

Como apontamos, há diversas narrativas acerca da deterioração econômica que se inicia naquele ano, com destaque para a narrativa produzida pelos economistas heterodoxos (moderação da política fiscal nos investimentos públicos e perda da capacidade de impulsionar a demanda agregada) e narrativa ortodoxa (excesso de intervencionismo, descontrole das

⁴⁰ Se trata da *Central Intelligence Agency*, em português Agência Central de Inteligência, é uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos.

⁴¹ Se trata da principal organização de serviços secretos da União Soviética.

finanças = gastança desenfreada), tese incorporada e reproduzida pelo jornalismo especializado em economia, por políticos da oposição e atores econômicos. Indicamos ainda, com base nas discussões apresentadas aqui, que essa se tornou a visão dóxica em torno dos anos Dilma e das causas da dita “crise fiscal” de 2014/2015.

Na Quadro abaixo, apresentamos um quadro geral da produção discursiva da crise operacionalizada pelo governo Dilma, ou seja, a narrativa da gênese da crise de 2014/2015, suas causas e problemas expostas nos discursos de Dilma Rousseff e Joaquim Levy:

Quadro 5. A gênese da crise: suas causas e problemas

Dilma Rousseff	Joaquim Levy
Ambiente internacional de extrema instabilidade: queda do preço das commodities	“Adaptação ao novo mundo pós-commodities”: queda do preço das commodities
Efeitos prolongados da crise internacional: lenta recuperação da economia mundial	Agravamento da crise na Europa e a desaceleração da China
Choque externo: alta inflacionária causada por pressões da desvalorização cambial brasileira e das moedas do mundo	Deterioração das contas fiscais externas: desequilíbrio da balança comercial
Problemas conjunturais internos: déficit fiscal causado por forte queda da arrecadação de impostos e de contribuições sociais	Expansão acelerada do crédito subsidiado por bancos públicos (Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES)
Problemas conjunturais internos: choque no preço dos alimentos e da energia causado por grave seca no Nordeste e no Sudeste	Erosão da disciplina fiscal causada por desequilíbrio estrutural das contas públicas devido as políticas anticíclicas (renúncias tributárias) e despesas com programas sociais
Crise política: instabilidade no Congresso (ameaça do <i>impeachment</i>)	Aumento do risco de perda do grau de investimento dado pelas agências classificadoras de risco (Agências de <i>rating</i>)
Redução da produção e investimento nas áreas de petróleo, gás, mineração e setor da construção civil	Baixa produtividade da economia e excesso de burocracia

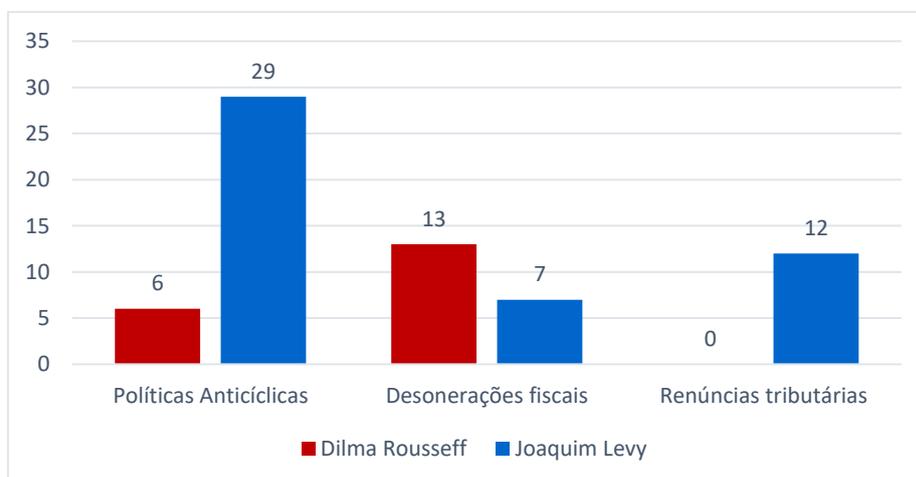
Elaboração própria. Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No que se refere ao “diagnóstico” governamental da dita “crise fiscal” de 2015, os discursos de Rousseff e Levy apresentam **pontos convergentes**, como os efeitos prolongados da crise internacional (queda do preço das commodities), desequilíbrio da balança comercial e choque externo causado por pressões da desvalorização cambial, choque no preço dos alimentos e da energia causados por grave seca no nordeste e sudeste.

A narrativa produzida pela presidenta Rousseff dá destaque a **conjuntura internacional como causa central**. Durante coletiva de imprensa após participar da cúpula Celac-União Europeia em Bruxelas, a presidenta foi questionada acerca das declarações feitas em 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, momento em que ele minimizou os efeitos da crise americana sobre o Brasil denominando essa como “marolinha”, Dilma Rousseff declarou que na ocasião se tratava de uma marola, “mas depois a marola se acumula e vira uma onda” (BBC, 2015), em virtude de o “mar não ter serenado”. O “mar instável” mencionado fazia referência às dificuldades de retomada da economia norte-americana e da União Europeia, o que teria influenciado a situação econômica brasileira.

Em nossa análise, observamos uma disputa de sentido acerca de tais instrumentos da chamada “política fiscal expansionista”. Enquanto nos discursos de Dilma essa política é classificada de forma positiva, defendida como responsável por ter protegido os empregos, a renda da população e por ter absorvido os impactos da crise internacional iniciada em 2008. Nos discursos de Joaquim Levy essa política é desclassificada ao ser categorizada como “rudimentar”, “ineficiente”, “extremamente cara”, “negócio grosseiro”. Como podemos observar no gráfico abaixo, Joaquim Levy enuncia tais políticas em cena significativamente mais vezes (48 no total) do que a presidenta Dilma Rousseff (19 vezes).

Figura 4. Frequência de menção às medidas anticíclicas no *corpus* textual



Elaboração própria. Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Durante uma coletiva de imprensa para anúncio das medidas de ajustes em fevereiro de 2015, Levy criticou a política de desonerações da folha de pagamentos ao afirmar que essa "brincadeira" custou R\$ 25 bilhões aos cofres do governo e "não deu os resultados que se imaginava" (Estadão, 27.02.2015)⁴². Questionada em coletiva sobre a declaração do ministro, Dilma declarou que o ministro foi "infeliz no uso do adjetivo" e assinalou: "acredito que a desoneração da folha [de pagamentos] foi importantíssima, e continua sendo. Se ela não fosse importante, nós tínhamos eliminado e simplesmente abandonado" (G1, 28.02.2015).

Apesar da disputa discursiva sobre o que originou a crise e as divergências sobre as políticas anticíclicas, houve consenso entre os agentes em torno da crise e da mensuração da "realidade", motivo que levou o governo a produção de justificativas em direção a uma "guinada ao rigor fiscal" a partir de um ato emblemático: durante coletiva para os principais jornais do país, realizada em 06 de novembro de 2014, uma semana após reeleita, Dilma declarou que o governo federal iria "fazer o dever de casa", apertando o controle da inflação e fazendo ajustes, que olharia "todas as contas com lupa" vendo o que poderia ser reduzido ou cortado (Revista Fórum, 07. 11. 2014), em uma espécie de "ajuste fiscal à brasileira". Entendemos tratar-se de uma reviravolta simbólica, uma vez que as expressões "fazer a lição" ou "fazer o dever de casa" são impostas como um bom senso moral (Grün, 2018); ou seja, como uma regra do jogo nas finanças públicas ortodoxas. Portanto, o que esse jogo oculta é que aquele que realiza a lição não é quem a prescreve; portanto, esse discurso denota uma condição de subordinação do governo a uma determinada lógica econômica e política, no caso, o retorno a lógica dominante.

Como nos mostra a literatura (Lebaron, 2011; Loureiro, 2006; Jardim, 2018), o ajuste fiscal é prescrito pelas escolas de economia ortodoxa e seus agentes. No Brasil, a Faculdade Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro, o Insper e a PUC do Rio de Janeiro seriam as representantes dessa versão que negligencia os fenômenos econômicos como fatos sociais (Jardim, 2018); e por instituições financeiras, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e, principalmente, as agências de classificação de risco (sendo tais uma espécie de guardiões dessa crença) que propagam a doxa da austeridade fiscal como caminho para "o Brasil sair da estagnação econômica". Além disso, os agentes econômicos como o

⁴² O ministro fundamenta sua crítica ao denunciar a lógica "injusta" de que algumas empresas "ganham muito com as desonerações, outras ganham e outras, nem tanto", o que resultou num sistema muito "desigual" entre elas.

empresariado, banqueiros e investidores internacionais passam a ecoar e interpelar o governo publicamente, reproduzindo tal doxa.

A partir dessa mudança anunciada, o foco da política econômica passaria pelo abandono das chamadas “políticas anticíclicas” e a realização de profundos cortes orçamentários nos gastos do governo. Em fevereiro de 2015, ao realizar um discurso na inauguração de unidades do programa Minha Casa Minha Vida em Feira de Santana na Bahia, a presidenta justificou sua política de cortes orçamentários: **“eu faço ajuste no meu governo como uma mãe, uma dona de casa”** (Discursos de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022). Em outra ocasião de inauguração de unidades de novas habitações na cidade de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, declarou que: **“a gente faz ajuste, como na casa da gente, sempre que a gente precisa, sempre que cai um pouco a nossa receita”** (Discursos de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022) e complementou:

[...] Agora, um governo, ele tem de fazer o ajuste e olhar o que ele quer preservar. Nós estamos fazendo ajustes para preservar aquilo que nós consideramos mais importante, como é o caso desse Programa Minha Casa Minha Vida. Vejam vocês, **em momento de crise nós fizemos um esforço e continuamos teimando e fazendo o Minha Casa Minha Vida. Tem muita gente que queria que a gente acabasse com esse programa, mas nós não acabamos não. Nós, não só mantivemos o programa, como vamos lançar a terceira parte dele, a fase 3 do Minha Casa Minha Vida** (Discursos de Dilma Rousseff, Dados da pesquisa, 2022).

Como podemos observar, Dilma recorre a gramática moral da *cit e* doméstica ao justificar suas a es e posi es referentes à política de ajustes com base na tradi o, nos costumes da lógica do “c culo do lar” feito no cotidiano da esfera familiar, para acessar um público — mulheres de um extrato periférico da sociedade — diferenciado do mundo dos economistas/analistas, ou seja, dos especialistas das finanças (lógica da *cit e* industrial), transitando de um mundo ao outro. O discurso de Dilma referência a mulher, em termos hierárquicos, como a figura central, responsável pelo cuidado e organiza o da contabilidade da vida da doméstica, no que se refere, ao contexto brasileiro. Observe-se que tal retórica se d  em uma cena composta por um público majoritariamente feminino, como mencionado acima, sendo essas as beneficiárias prioritárias do programa de habita o da gestão petista (as regras criadas estipulam que a titularidade da residência seja feita no nome destas).

Além disso, a realiza o da política de ajustes é justificada como condi o de garantia necessária para a existência e continuidade do programa Minha Casa Minha Vida (objeto

mobilizado sobre qual repousa a justificação), ou seja, cortar gastos seria necessário para que a política de habitação permaneça em uma realidade futura.

Defendemos que o uso dessas expressões aciona, cognitivamente, a ideia de que o governo constitui uma versão expandida da “nossa casa”, do “governo de cada família”, que busca estabelecer uma nivelção entre o orçamento do Estado e o orçamento da vida doméstica. A lógica doméstica referenciada por Dilma, ao comparar o orçamento do Estado ao orçamento de uma família, explícita uma característica que afirmamos ser a crença dóxica da austeridade inculcada na vida cotidiana. Ao fazer uso da justificativa da lógica doméstica, como explicitado em Boltanski e Chiapello (2009), a Presidenta dialoga a partir de uma lógica moral e emocional com a sociedade, dando uma *pseudo* naturalidade a uma escolha, que, por sua vez, é permeada de variáveis políticas.

Grün (2011) aponta que essa é mais uma questão de disputa do debate público do que conhecimentos econômicos teóricos. O que verificamos é a persistência da ideia de que o governo constitui uma versão expandida da “casa da gente”, do “governo de cada família”, que busca estabelecer uma nivelção entre o orçamento do Estado e o orçamento da vida doméstica. Ao passo em que em casa, durante uma situação crítica, as famílias devem apertar os cintos, fazer todos os esforços em poupar, adiar o consumo e evitar situações e complicações que amenizem esses esforços. A lógica doméstica referenciada por Dilma, ao comparar o orçamento do Estado ao orçamento de uma família, explícita uma característica do que afirmamos ser a crença dóxica da austeridade inculcada na vida cotidiana.

Não é por acaso que, para Grün (2018), diante do discurso crítico (das vozes clamadoras) denunciando persistentemente a volta da inflação, que Dilma “piscou” e ensaiou o retorno ao “bom senso” ancorado pelos mercados financeiros (substancialmente, representado pelo segmento do setor bancário) e seus porta-vozes pertencentes a mídia, a academia e a política. Como pondera o autor, “a lógica das coisas nem sempre é a lógica dos atores desses movimentos”, pois quando executados por mãos consideradas inábeis, como o baixo clero petista, são sempre insuficientes. Essa afirmação coaduna com as situações que serão narradas durante a implementação da política de ajuste fiscal pela presidenta Dilma, onde, toda ação econômica ensaiada é tida como insuficiente, pouco realista, ineficiente, onde nunca o esforço se encontra no nível necessário, ou como é retoricamente metaforizado: era sempre requerido que o governo desse o exemplo cortando na carne os “exageros anticíclicos que precisam ser

corrigidos” (NETTO, 24.03.2015), como definiu o economista Antônio Delfim Netto em artigo no Valor Econômico⁴³.

Conseqüentemente, como avalia Grün (2018), assistimos ao processo de erosão de sua legitimidade como condutora da política econômica, ainda que o Governo se encontrasse jogando as regras do jogo, ou seja, aplicando o “receituário” à risca diante das circunstâncias. É partir desse ponto, que a disputa de narrativas e, conseqüentemente, de visões de mundo é definida: o fim da ousadia anti-dóxia (ou seja, a incapacidade de continuar com a Nova Matriz Macroeconômica e com as chamadas “políticas anticíclicas”) é o decreto do fracasso do Governo Dilma na disputa pelo sentido do fazer econômico, revelando uma drástica “mudança pendular” em termos de “poder cultural e simbólico no campo do poder brasileiro” (GRÜN, 2018, p.139). Neste contexto, o senso vigente até então (o da primazia da vontade política) é sobrepujado pelo dito “bom senso”, pelo senso do “rigor” da austeridade, em detrimento da política.

O primeiro passo e marcador simbólico dessa “virada para austeridade” foi o estabelecimento e comprometimento do governo com a meta de *superávit* primário das contas públicas (para pagamentos dos juros da dívida pública) de 1,2% do PIB (Produto Interno Bruto) para o ano de 2015, sob a tutela do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Em seguida, extremamente representativo, seria o decreto das alterações de direitos trabalhistas através das medidas provisórias 664, 665, 666, que tratam, respectivamente do acesso a benefícios como seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e auxílio-doença. Segue abaixo as alterações propostas pelo governo:

- i) Seguro-desemprego: para ter acesso ao benefício, o trabalhador que o requisitasse pela 1ª vez deveria ter mantido vínculo empregatício com a empresa por pelo menos 6 meses. Com a mudança proposta para o ajuste fiscal, o governo quis passar de 6 meses para 18 na primeira requisição, de 6 para 12 meses na segunda vez que o trabalhador requisitasse o benefício e de 6 meses a partir da terceira vez. A Câmara aprovou 12 meses para o primeiro pedido, 9 meses para a segunda vez e 6 meses mantido a partir da terceira solicitação;

⁴³ Para mais informações, ver: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/era-tudo-inevitavel.ghtml>. Acesso em 23/10/2019.

- ii) Abono salarial: aos trabalhadores que recebiam remuneração média de até 2 salários-mínimos e possuem cadastro no PIS (Programa de Integração Social) há pelo menos 5 anos, era pago o abono salarial equivalente a um salário-mínimo. Para receber o valor integral, bastava ter vínculo com a empresa por pelo menos 30 dias. O governo quis alterar para 6 meses essa obrigatoriedade, mas o texto aprovado na Câmara permitiu aumento para apenas 3 meses. O abono, também, seria pago proporcionalmente ao período trabalhado, nos moldes do 13º salário;

- iii) Pensão por morte: pago aos dependentes do cidadão, segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que vier a falecer. Antes, não havia tempo mínimo de contribuição e de casamento para ter acesso ao benefício, e o pagamento era vitalício. O governo planejou mínimo de 2 anos de contribuição para que o dependente tivesse direito ao dinheiro, e pagamento proporcional à idade do beneficiário. A Câmara aprovou tempo de contribuição para 18 meses, juntamente com pelo menos 2 anos de tempo de casamento. O pagamento proporcional à idade do beneficiário foi mantido;

- iv) Auxílio-doença: antes, quando um trabalhador se afastava pelo INSS, a empresa era responsável por bancar os 15 primeiros dias do afastamento. O governo planejou, e a Câmara aprovou, que a empresa agora fique responsável pelo pagamento dos 30 primeiros dias. O valor máximo do benefício ficou atrelado à média dos últimos 12 meses.

Após o anúncio de tais medidas, a relação entre Executivo e Centrais Sindicais se desestabilizou de modo acentuado; para lideranças do movimento, Dilma havia cometido uma “traição”, devido, principalmente, ao fato de que durante a campanha presidencial de 2014 a presidenta afirmou, em uma coletiva de imprensa em Belo Horizonte, que não faria mudanças na legislação trabalhista e não mexeria em direitos conquistados pelos trabalhadores “nem que a vaca tussa” (Estadão, 17.09.2014). Assim, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apoiadora histórica dos governos petistas, a Força Sindical, a União Geral de Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) elaboraram uma nota conjunta intitulada “*Em defesa dos*

direitos e do emprego” condenando as medidas provisórias como “erradas no método e no conteúdo” e reivindicando sua revogação.

Além das discordâncias em relação ao conteúdo das medidas e descontentamento pela ação do governo contrária ao compromisso assumido em não mexer em direitos trabalhistas, parte do desagrado ocorreu pelo governo ter implementado as mudanças “sem qualquer consulta ou discussão prévia com a representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras” (CUT et al., 2015). As centrais criticam que “em nome de “corrigir distorções e fraudes”, atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas” (CUT et al., 2015).

Para Carmen Foro, então presidente em exercício da CUT, o governo sofria uma violenta pressão do patronato ao declarar que “ele tende a fazer o ajuste na economia à custa dos trabalhadores [...] não permitiremos nenhum direito a menos, como disse a presidenta Dilma no discurso de posse. Queremos que esse discurso agora se viabilize” (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, 2015). Em artigo, Pedro Rossi, presidente da seção paranaense da central sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT) se valeu da metáfora empregada pela presidenta nas eleições ao declarar que, após as medidas, “a vaca tossiu” e que se fazia necessário encontrar “o xarope para curar essa vaca que tossiu, pressionando e convencendo o novo Congresso Nacional a derrubar tais medidas provisórias” (Rossi, 05.01.2015).

Em conversa que realizamos em nossa pesquisa de campo com Marcio Holland, ex-secretário de política econômica no mandato de Dilma durante o período 2011 a 2015, o informante declarou que as medidas citadas acima (MP 664, 665, 666) foram elaboradas e apresentadas por ele ainda no ano de 2012, ou seja, não seriam fruto da entrada de Levy ao Ministério da Fazenda. Questionado sobre o porquê de não ter sido adotadas anteriormente, ele respondeu que “provavelmente, por uma questão ideológica da presidenta da república” (transcrição⁴⁴). Esse fato demonstra a disputa cultural entre distintas convenções econômicas existentes no seio do governo Dilma e das tentativas de atores relevantes dentro do governo de retorno a lógica dóxica.

⁴⁴ A entrevista foi realizada durante conferência em 21 de novembro de 2016 na Faculdade de Ciências e Letras na cidade de Araraquara, com duração de 30 minutos.

5.1. A linguagem metafórica como forma de representação da lógica econômica e financeira

A partir dos dados coletados, podemos observar que as forma de justificação das medidas de ajustes utilizadas por Joaquim Levy e, principalmente, Dilma Rousseff, é calcada no uso de metáforas. Em geral, a crença econômica reproduzida por esses discursos legitimatórios da austeridade fiscal, pressupõe a necessidade de sacrifício de elementos sociais e esforços coletivos, momentaneamente, em detrimento da vida econômica; cujo sacrificio é ilustrado recorrentemente com base em metáforas da vida cotidiana utilizadas como forma de conferir sentido as ações econômicas, a saber, a “necessidade de cortar na carne”, de “fazer o dever de casa”, de “tomar medidas que não são sexys, nem divertidas”, de se “apertar os cintos”, de fazer “grandes esforços”, de se “comprar um pouquinho menos de sorvete essa semana, porque a gente tem de comprar material escolar” (metáfora da racionalidade instrumental aplicada a esfera doméstica usada por Levy).

Lakoff (2002) evidencia que a linguagem cotidiana é fundamentalmente metafórica, que pensamos metaforicamente e essas metáforas conceituais são explicitadas pela linguagem. Ou seja, há forte influência da metáfora na vida das pessoas, as quais nos permitem entender coisas abstratas como entidades e substâncias como nas expressões metafóricas que projetam a inflação como uma entidade (expressões como, por exemplo: “é necessário domar o grande dragão da inflação”). Ao abordar a questão propriamente da austeridade, Blyth (2017) sintetiza que, no plano metafórico, a austeridade seria “a penitência – a dor virtuosa após a festa imoral –, mas não vai ser uma dieta de dor que todos partilharemos [...] Poucos de nós são convidados para a festa, mas pedem-nos a todos que paguemos a conta” (BLYTH, 2017, p. 28). Para o autor, essa crença traz em si um anel de virtude moral para que a imposição de sacrifícios rumo ao dito bem-estar comum se legitime.

Abaixo apresentamos uma seleção de registros que se utilizam de metáforas que evocam a necessidade de se fazer sacrifícios e esforços para superar a situação de crise, a saber:

Quadro 6. Registros das metáforas do sacrifício e dos esforços.

Dilma Rousseff	Joaquim Levy
<p>[...] decidimos, corajosamente, mudar de método e buscar soluções mais adequadas ao atual momento. Mesmo que isso signifique alguns sacrifícios temporários para todos e críticas injustas e desmesuradas ao governo.</p>	<p>Então, é absolutamente importante que se sublinhe que a economia brasileira se reequilibra numa situação muito mais segura, muito mais sustentável. Evidentemente, como em qualquer reequilíbrio, onde sempre há fricções, há algum custo, e essa travessia evidentemente requer esforço e, às vezes, até sacrifício de pessoas, de empresas. O importante nessas situações é que se faça uma travessia rápida.</p>
<p>Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados</p>	<p>Essa crise, no entanto, não durou muito, porque o Governo tomou medidas decisivas: além da flutuação do câmbio, além de instituir as metas de inflação, ele também fez um grande esforço fiscal.</p>
<p>Estamos fazendo tudo com equilíbrio, de forma que tenhamos o máximo possível de correção com o mínimo possível de sacrifício. Este processo vai durar o tempo que for necessário para reequilibrar a nossa economia.</p>	<p>Exigirá esforço, exigirá imaginação, mas eu tenho muita confiança. E essa será, eu diria, uma das pedras fundamentais do que eu tenho chamado uma agenda tripla A (grau de investimento máximo), tá certo? E o que é essa agenda. Eu diria que é uma agenda além do ajuste. Obviamente ela só pode existir se o ajuste estiver completo. Mas, sim, nós temos que olhar além do ajuste.</p>
<p>Dedicarei obstinadamente todos os meus esforços para levar o Brasil a iniciar um novo ciclo histórico de mudanças, de oportunidades e de prosperidade, alicerçado no fortalecimento de uma política econômica estável, sólida, intolerante com a inflação, e que nos leve a retomar uma fase de crescimento robusto e sustentável, com mais qualidade nos serviços públicos.</p>	<p>Nem sempre temos toda a informação disponível em um momento, mas nos esforçamos para manter e aprimorar o grau de transparência das nossas estatísticas, especialmente as fiscais, que já estão entre as melhores do mundo e eu acho que prestam um tremendo serviço na qualidade do serviço do setor privado</p>
<p>Nós fomos obrigados, diante desses fatos todos, a promover um reequilíbrio no nosso orçamento e estamos fazendo um esforço grande no sentido de reduzir despesas discricionárias, despesas de custeio e, inclusive, até alguns investimentos, mas isto é para nos colocarmos de novo na rota do crescimento, com geração de emprego e distribuição de renda.</p>	<p>Temos gasto grande capital e esforço em avançar uma mudança fundamental no que é um dos fatores mais cruciais para as empresas, que são os impostos.</p>

<p>Vejam vocês, em momento de crise nós fizemos um esforço e continuamos teimando e fazendo o Programa Minha Casa, Minha Vida.</p>	<p>É uma sinalização de disciplina, de esforço do governo no lado do gasto extremamente importante.</p>
<p>A partir desse ano, nós vamos fazer alguns esforços em algumas áreas que nós já aprendemos, no passado, que devíamos aprimorar.</p>	<p>Nós estamos num esforço para reduzir algumas daquelas medidas tributárias, de alívio tributário. O Brasil foi o único país, nos últimos anos, que baixou imposto, que podia baixar imposto para tentar fazer um movimento anticíclico.</p>
<p>Ao longo de 2015, promovemos um extraordinário esforço fiscal. Reduzimos despesas, revimos desonerações e recompusemos tarifas, produzindo uma economia de gasto na ordem de 134 bilhões, o equivalente a 2,3 do PIB.</p>	<p>Então é importante notar que os esforços que aqui eu mencionei de o governo cortar na própria carne, muitas vezes corta em ações de funcionamentos de Ministérios e em uma série de atividades, porque o âmbito da área discricionária é limitado</p>
<p>Reequilibrar a economia, o que é que significou? Significou que nós fizemos um enorme esforço para reduzir os gastos públicos. Essa redução dos gastos públicos, ao mesmo tempo, significou também uma, eu diria, uma reorientação... não pode chamar de reorientação, mas uma redefinição dos preços relativos.</p>	<p>Quando a gente pergunta, todo mundo diz que não quer o aumento da carga tributária, então, nós temos de ser muito vigilantes também para não criarmos novas despesas. O governo tem instado isso; o governo tem procurado diminuir as despesas; o governo tem procurado, cortando até na própria carne, como se diz, diminuir as suas despesas, mas isso tem que ser algo presente em todas as decisões tomadas, toda decisão tem que levar isso em consideração, porque é fundamental no médio prazo.</p>
<p>Nossa primeira ação foi estabelecer a meta de resultado primário em 1,2% do PIB. Essa meta representa um grande esforço fiscal, mas um esforço que a economia pode suportar sem comprometer a recuperação do crescimento e do emprego. Nós fizemos todo o esforço para garantir emprego e renda. Olha, nós estamos numa fase em que nós estamos buscando duas coisas, simultaneamente. Primeiro, nós buscamos reequilibrar a economia.</p>	<p>É um esforço grande alcançarmos essa meta. É um esforço que estaremos fazendo todos os dias, mas é importante nós alcançarmos. E, para podermos chegar lá, nós vamos precisar exatamente da votação das medidas que foram propostas. Há esse conjunto de medidas que distribui esse esforço para a gente virar o jogo entre diversos setores.</p>
<p>Então, eu tenho dito é o seguinte: nós vamos ter um esforço, nós vamos fazer esse esforço. Esse esforço ainda vai ser ao longo desse ano, mas o Brasil tem</p>	<p> O esforço fiscal do Brasil, é lógico, é importante, mas não é uma coisa desmesurada. A gente vê outros países que já fizeram recentemente esforço fiscal tão grande ou maior, em proporção ao PIB, que o</p>

todas as condições de sair em menos tempo do que em qualquer outra circunstância.	nosso. Então é uma coisa que a gente consegue fazer, e os frutos estão aí. Mais uma vez, eu cito a Espanha, que está crescendo mais do que o Brasil até, depois de um enorme esforço , depois de ter sofrido um trauma enorme durante a crise financeira.
E, francamente, acredito que esforços estão sendo feitos nesse sentido, e espero que principalmente os países aqui, do mundo ibérico, tenham a oportunidade de ter, eu diria, uma flexibilização maior, no que se refere à forma de encaminhar a crise.	O segundo passo, até para sustentar esse esforço , foi a criação de grupos de trabalho para ver onde se poderia melhorar a qualidade do gasto: em revisão de contratos, de processos, tudo que uma empresa ou um governo subnacional, todo mundo faz quando precisa reduzir os gastos. Esse é um grupo interministerial que passa o pente fino em uma porção de coisas.
Então, se você não cria as condições para o país transitar para uma situação de estabilidade, se você pesar a mão, você quebra o país. E de outro lado também, obviamente, o país tem que fazer o seu esforço, fazer a sua parte . Então, é o equilíbrio, eles estão discutindo justamente o equilíbrio entre esses dois, vamos dizer, dois eixos.	Então, a gente tem que fazer um reequilíbrio em vários segmentos e em vários setores. Conseguir distribuir esse reequilíbrio ajuda para que o esforço não seja feito por apenas um grupo , e isso é muito importante. Assim como o Governo também está diminuindo suas despesas. A gente vai ver na frente que o Governo está cortando na carne as suas despesas, porque isso tem que ser um esforço distribuído por todos na sociedade . Assim, a gente chega à vitória; assim a gente volta ao caminho do crescimento.

Elaboração própria. Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

De acordo com Grün (2017), o que se verifica de fato, é um “estoque de metáforas ditas “vivas” que “normalmente são acionadas de maneira irrefletida para tomar óbvias determinadas linhas de raciocínio e para expulsar outras do espaço das opções efetivas, ou até mesmo refutá-las liminarmente” (Grün, 2017, p. 137). Assim, as metáforas são um elemento essencial do “arcabouço cultural do país ou outra configuração relevante e são acionadas nos discursos performativos e legitimatórios que constroem ou reconstroem a ordem econômica e financeira” (Grün, 2017, p. 137). Nesse sentido, os agentes econômicos são também agentes culturais, entretanto, a ideia dóxica, “de que eles simplesmente avocam um bom senso lógico e atemporal oblitera as continuidades entre as duas esferas e a sua condição objetiva de intelectuais” (Grün, 2017, p. 137).

5.2. “Sem ajuste o Brasil não volta a crescer”: a austeridade como necessidade inevitável

Um aspecto interessante da estratégia discursiva, comum tanto à Dilma quanto a Levy, se refere ao fato de que as gramáticas mobilizadas postulam as políticas de austeridade como uma ação inevitável diante da restrição total no campo de possibilidades de instrumentos econômicos, diante do contexto de “crise fiscal”. De forma recorrente, tais medidas da política de ajuste são classificadas como “imprescindíveis”, “essenciais”, “fundamentais”, como “tarefas importantíssimas na fase de arrumação das contas públicas a aprovar, sem as quais o equilíbrio não será mantido e a retomada do crescimento será muito dificultada” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

Quadro 7. Comparação das narrativas de justificação da ação do governo

Dilma Rousseff	Joaquim Levy
Estabilizar as contas públicas	Garantir as condições de segurança e competitividade para a economia (aumento da produtividade)
Fim da capacidade fiscal de executar políticas anticíclicas contra a crise internacional	Correções de excessos e distorções nas políticas, direitos sociais e da burocracia
Assegurar a retomada do crescimento da economia e do emprego	Garantir o reequilíbrio fiscal e retomar a confiança dos agentes econômicos (investidores)
Restaurar confiança dos investidores em nossa economia	Reengenharia da economia
Correção das distorções excessos nas políticas sociais	Estabilizar a dívida pública
Viabilizar o aumento do investimento público-privado e da competitividade da economia	Evitar a perda do selo de bom pagador (<i>downgrade</i>) das agências de classificação
Consolidar e ampliar um projeto de desenvolvimento social iniciado com o PT	Promover e competitividade garantindo condições para o setor privado tomar riscos
Fortalecimento das bases fundamentais da economia	Transparência e estabilidade regulatória: previsibilidade para o mercado

Elaboração própria. Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Nesse contexto, podemos observar que nos registros discursivos de Dilma, a necessidade inevitável se baseia, a saber: como forma de garantir o crescimento econômico do Brasil; para a manutenção do equilíbrio econômico, ou seja, controle da inflação e redução da taxa de juros no médio prazo, tendo como consequência, a geração de emprego e da renda; como medida capaz de garantir a continuidade do projeto petista de inclusão social (principalmente, as políticas e programas sociais); como indispensáveis para a saúde financeira do Estado brasileiro; como solução após o esgotamento da capacidade fiscal do governo ante a crise internacional de 2008 após todos os esforços por meio das políticas anticíclicas (principalmente as desonerações) para reduzir o impacto; e como imperativo da situação de crise sobre a vontade política, ou seja, “fazemos porque é preciso, não porque desejamos”. Em termos gerais, nos discursos de Dilma, o Estado aparece como um ator extremamente engajado e como parte essencial no processo de retomada econômica via investimentos públicos-privados (PPP's, Minha Casa, Minha Vida, PAC, Pronatec, no combate a crise via políticas anticíclicas etc.) concomitante ao setor privado.

Enquanto que nos discursos de Joaquim Levy, constatamos que é justificado a necessidade do equilíbrio fiscal como “indispensável para continuarmos no exitoso caminho de ampliar as oportunidades”, representado como uma “chave para a confiança e para o desenvolvimento do crédito, que permite mais empreendedores levarem a frente seus projetos, tomando riscos e, com isso, contribuir para a geração de emprego, o bem estar geral e a riqueza da nação”, com a finalidade de reduzir e reverter os excessos e a ineficiência das políticas anticíclicas (destaca-se as renúncias fiscais), cujo impacto teria se esgotado; como forma de atingir uma “trajetória sustentável e favorável para a dívida pública e o apoio à atividade econômica” em resposta a desaceleração iniciada em 2014, que teria tornado “o ajuste indispensável e inevitável”, em vista de mudanças no mundo; garantir a segurança e tranquilidade para as empresas; evitar o risco de rebaixamento pelas agências de classificação, garantindo as condições para a retomada da economia via setor privado e, assim, gerar empregos. Em termos gerais, nos discursos de Levy, o mercado aparece como um ator responsável por garantir a retomada do crescimento via aumento tomada de riscos e, conseqüentemente, dos investimentos, do aumento da produtividade e da competitividade, enquanto que ao Estado cabe propiciar as condições necessárias para estabilidade e a retomada da confiança na economia (simplificação da carga tributária, correções de excessos e aprimoramento da legislação trabalhista, redução do gasto público ineficiente (desonerações) e

da burocracia, manutenção do grau de investimento, transparência e disciplina fiscal, garantia da previsibilidade aos agentes), assumindo papel secundário.

Apontamos que os elementos enunciados (principalmente expresso por Dilma) buscam construir uma narrativa baseada na defesa da crença de austeridade fiscal combinada com crescimento econômico. Em discurso durante a cerimônia de posse de Nelson Barbosa no Ministério da Fazenda em dezembro de 2015, Dilma declarou que a política econômica “deve ter duas vertentes de atuação complementares e simultâneas: o equilíbrio fiscal perenemente buscado e mantido, e o crescimento econômico” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

Em diversos momentos, essa crença é legitimada pela chefe de Estado como um modelo de desenvolvimento capaz de superar as dificuldades enfrentadas pelo país e como objetivo político a ser perseguido, se posicionando determinada em “provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos”, engajada em “derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura” e ao instruir ministros em “contagiar a sociedade brasileira com a crença que equilíbrio fiscal e crescimento econômico podem e devem ir juntos”, sendo responsáveis por construir “as bases para novas medidas e reformas de médio e longo prazos necessários para sustentar um prolongado ciclo de expansão”, afirmando ser a “melhor maneira de superar uma crise” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

Questionada em coletiva de imprensa durante viagem a Espanha em meados de 2015, a presidenta defendeu que a combinação dessas visões é compatível:

Nós consideramos que equilíbrio fiscal e crescimento, controle da inflação e políticas de distribuição de renda são absolutamente compatíveis, não são antagônicas. Ao contrário, eu acredito que são completamente interdependentes (DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF, DADOS DA PESQUISA, 2022).

Tanto Dilma quanto Joaquim Levy têm enraizado em seus discursos o **imperativo moral da disciplina fiscal como condutor de suas ações**, o qual seria formado por valores e virtudes necessários na construção de um novo Brasil macroeconomicamente virtuoso. Em discurso de posse no Congresso Nacional em janeiro de 2015, Dilma declarou: “sempre orientei minhas ações pela convicção sobre **o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal**, e a necessidade de conquistar e

merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

Em outro episódio, Dilma equipara a ação política de aprovar ajustes ao estado da arte (a arte da despesa pública) ao afirmar que “ajustar é dar vida” e justificando que “todo mundo faz isso”, ou seja, naturalizando-a como uma prática recorrente a todos na vida cotidiana. E por seguinte, mais uma vez, recorre à estratégia onde o fato econômico determina a vontade política e o social para legitimar a política econômica ortodoxa: “Nós não estamos ajustando porque gostamos de ajustar. Estamos ajustando porque o país tem que continuar crescendo, gerando emprego e fazendo políticas sociais” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

A narrativa empregada também tem como esteio a “construção de um futuro”, representado pela capacidade de superação da crise em direção ao “grande processo de construção do novo Brasil”. Durante o pronunciamento em cadeia nacional no Dia Internacional da Mulher, a presidenta argumenta metaforicamente que os esforços a serem realizados seriam como “mais um tijolo” nesse empreendimento que requer “paciência”. A ideia metafórica da construção evocada “não é só física, mas também espiritual. De fortalecimento moral e ético”, cujo resultado dessa travessia seria um país mais forte. Segundo Dilma, as medidas implementadas não seriam para que o Brasil voltasse a ser igual ao que já foi (antes da crise), mas, sim, para “sermos muito melhores”. Lebaron (2012) aponta que nessas estratégias discursivas existe uma espécie de “humor sacrificial”, que “suscita por parte de muitos comentaristas uma espécie de alegria mórbida, como se o sofrimento popular tivesse também uma dimensão ‘purificadora’, onde a punição é um apelo à reabilitação, uma promessa de regeneração” (LEBARON, 2011, p. 3-6, tradução nossa).

Nessa narrativa, as etapas da construção desse Brasil futuro requerem “coragem e até sofrimento” nessa crise que seria uma transição, ao passo em que o país estava aprendendo a “praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

Quadro 8. Registros do discurso de naturalização da necessidade e abolição das alternativas

Dilma Rousseff	Joaquim Levy
A presença [de Levy] à frente do Ministério da Fazenda foi decisiva para que fizéssemos ajustes imprescindíveis .	Esse equilíbrio fiscal é indispensável para continuarmos no exitoso caminho de ampliar as oportunidades para nosso povo , especialmente para os mais jovens. O

	equilíbrio fiscal é a chave para a confiança e para o desenvolvimento do crédito, que permite mais empreendedores levarem a frente seus projetos e, com isso, contribuírem para a geração de emprego, o bem-estar geral e a riqueza da nação.
Ainda há tarefas importantíssimas na fase de arrumação das contas públicas. Há medidas imprescindíveis a aprovar, sem as quais o equilíbrio não será mantido e a retomada do crescimento será muito dificultada.	A economia brasileira tem bons fundamentos e, estamos sim dispostos a implementar as medidas necessárias , sem a ingenuidade de soluções fáceis
Os ajustes - e aí eu entro nessa explicação que é essencial - os ajustes que estamos fazendo, eles são necessários para manter o rumo , para ampliar as oportunidades, preservando as prioridades sociais e econômicas do governo que iniciamos há 12 anos atrás.	No entanto, alguma dessas políticas, como explicou a Presidente, esgotaram-se e houve e ainda há a necessidade , digamos assim, de apertar o cinto, de reequilibrar as contas . Isso é muito importante, porque, quando temos as contas públicas em ordem, o crescimento econômico é mais fácil.
Estamos diante da necessidade de promover um reequilíbrio fiscal para recuperar o crescimento da economia o mais rápido possível , criando condições para a queda da inflação e da taxa de juros no médio prazo e garantindo, assim, a continuidade da geração de emprego e da renda.	O momento atual, todos sabemos, foi descrito eloquentemente pelos meus dois predecessores aqui neste tablado como um momento de transição, de reduzir, de reverter em alguns casos as políticas anticíclicas, cujo impacto se esgotou como tem dito a senhora presidente da República: "Ser capaz de reagir ao novo cenário, fazer os ajustes necessários, absolutamente indispensável para retomarmos o caminho do crescimento ."
Outro conjunto de medidas, no entanto, é de natureza eminentemente fiscal, indispensáveis para a saúde financeira do Estado brasileiro .	Para isso, a decisão de se tomar as medidas necessárias rapidamente é insubstituível .
Contas públicas em ordem são necessárias para o controle da inflação, o crescimento econômico e a garantia, de forma sustentada, do emprego e da renda.	Essas são medidas difíceis, mas indispensáveis, e elas puderem progredir, ter sucesso, o resultado em termos de criação de empregos se dará rapidamente .
Eu considero absolutamente imprescindível, imprescindível para o Brasil - e aí acho que não é uma questão do governo apenas, acho que é uma questão do	E é a responsabilidade de um governo eleito pelo voto popular que tenha genuíno compromisso com a saúde da economia e bem-estar dos brasileiros, mesmo quando tem que adotar medidas que não eram

<p>conjunto do país, da nossa nação - a aprovação do nosso ajuste fiscal.</p>	<p>universalmente esperadas. O governo tomou a responsabilidade e assumiu o custo de popularidade para fazer o que é necessário. A Presidente Dilma assumiu esse custo sem temor.</p>
<p>Nós achamos que o ajuste é essencial para o país.</p>	<p>E cabe lembrar, não é o ajuste_fiscal que criou a desaceleração do PIB, mas essa desaceleração que tornou o ajuste indispensável e inevitável</p>
<p>Nós precisamos garantir a solidez dos nossos indicadores econômicos.</p>	<p>Estamos experimentando, este ano, a correção de determinadas coisas e também um ajuste de rota em vista de mudanças no mundo. Os desafios dessa travessia, em boa parte, eram previsíveis e inevitáveis.</p>
<p>Nós fizemos de fato uma política anticíclica para impedir que houvesse um nível de desemprego e um nível de perda de renda da proporção que houve aqui na Europa. E agora nós estamos saindo disso, e esse ajuste é um ajuste macroeconômico fundamental, um ajuste fiscal.</p>	<p>A gente não pode esquecer toda a parte de convergência macro, inclusive a inflação convergindo para a meta, para dar segurança para o investidor e nos ajudar a baixar a curva de juros de longo prazo. Isso é fundamental. E, para se alcançar isso, a disciplina fiscal é insubstituível. A gente só vai conseguir ter de maneira persistente uma queda de juros, inclusive juros reais, com a melhora do fiscal.</p>
<p>Nós acreditamos que ela, a CPMF, é crucial para o País voltar a crescer. O que é que é essa discussão que nós temos? Essa discussão que nós temos é a seguinte: nós precisamos estabilizar as contas públicas. Estabilizar as contas públicas para quê? Para que o País volte a crescer, para que se perceba que o Brasil tem uma solidez fiscal que vai permitir que nós... Agora, sem a CPMF isso é muito difícil. Não vou dizer assim: é impossível. Eu vou te dizer o seguinte: está no grau de dificuldade máximo. A CPMF é crucial para o País, não é uma questão do governo.</p>	<p>Não diria que ele [risco de <i>downgrade</i>] desapareceu totalmente, porque, óbvio, se a gente não conseguir fazer o ajuste fiscal, o risco de rebaixamento volta, e volta rápido, a galope, está certo? Mas a gente vê que a nossa dívida é relativamente alta. A gente não pode continuar aumentando a dívida para financiar todas as coisas que a gente quer. A gente tem que mudar um pouco a nossa forma de atuar na economia.</p>
<p>Eu acredito que as pessoas, os brasileiros, entendem [a necessidade de ajustes]. Quando as coisas são ditas, entendem. Pode até, num primeiro momento, não absorverem inteiramente, porque é aumento de imposto.</p>	<p>A gente tem que mudar o tamanho das renúncias; se não, a gente não vai conseguir alcançar o equilíbrio necessário, não vai conseguir alcançar a tranquilidade de que as próprias empresas necessitam. É lógico que</p>

<p>Mas não estamos aumentando imposto porque queremos, estamos aumentando imposto porque precisamos.</p>	<p>há um dilema, porque a empresa não quer pagar o imposto. Mas se não houver equilíbrio fiscal, também não haverá crescimento, porque o investidor terá dúvidas. Então, aí há uma, eu diria, dialética de se entender entre a preocupação individual de cada empresa e a necessidade de se chegar a um equilíbrio fiscal, que também exige uma moderação dos gastos.</p>
<p>Eu, se você falar o seguinte: “presidente, o que você quer?”. Eu quero a aprovação; eu espero a aprovação. Por que eu espero a aprovação e quero a aprovação? Porque, para o Brasil virar essa página, é fundamental que nós façamos um ajuste.</p>	<p>Mas, tem-se procurado esse equilíbrio com muita disciplina, mirando sempre uma trajetória sustentável e favorável para a dívida pública e o apoio à atividade econômica. Mas será de balde falar dos pós-ajuste se não enfrentarmos a seriedade do ajuste fiscal necessário.</p>
<p>O Brasil precisa de aprovar a CPMF para que a gente tenha um ano de 2016 estável, do ponto de vista do reequilíbrio das nossas finanças. Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes.</p>	<p>Discutir as reformas que são necessárias para o Brasil continuar trilhando o seu caminho de crescimento, de inovação e de mais tecnologia.</p>
<p>Tudo isso significa o seguinte: nós temos de fazer correções e ajustes, e eles são necessários.</p>	

Elaboração própria. Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Borriello (2017) aponta que, no contexto do discurso de austeridade, as metáforas contribuem não apenas para “representar, desvelando, assim, sua natureza política a economia de certa forma, mas também para remodelar a relação legítima entre as esferas econômica e política, enquanto obscurece a natureza muito política de tal operação” (Borriello, 2017, p. 241, tradução nossa). Entretanto, apesar de distinções específicas e contextuais, os discursos convergem para a mesma justificção: não há alternativa às políticas de austeridade⁴⁵. Como em frase repetida enfaticamente pela presidenta Dilma Rousseff: “O ajuste fiscal é imprescindível para o Brasil voltar a crescer” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa,

⁴⁵ A famosa frase “*There Is No Alternative*” (*TINA*) expressa por Margaret Thatcher em defesa de sua política econômica liberalizante no Reino Unido, tem sido repetida como um verdadeiro mantra, nas crises recentes pelas autoridades políticas e econômicas, economistas e representantes do setor financeiro, tanto na Europa quanto no Brasil, na justificção de planos e reformas econômicas.

2022). ou pelo ministro Joaquim Levy: “o Brasil precisa do ajuste fiscal para voltar a crescer” (Discurso de Joaquim Levy, Dados da Pesquisa, 2022).

Tais estratégias discursivas conferem às políticas de austeridade um poder quase natural de se imporem legitimamente como uma decisão técnica, neutra e desconectada da esfera social, uma dita “verdade absoluta”. Nesse aspecto, a política de austeridade é “sistematicamente legitimada por um conjunto de discursos argumentativos mobilizando formas de adesão por parte de seus produtores: essas crenças, oriundas da esfera político-administrativa, também estão intimamente ligadas aos mercados financeiros” (Lebaron, 2013, p. 41, tradução nossa), nos quais são difundidos o “vocabulário da crise”: “Rigor”, “esforços”, “sacrifícios”, “disciplina”, “dever”, “medidas duras”, “remédio amargo”, “necessidade de cortar na carne”, “fazer a lição de casa”, “apertar os cintos”, “fazer mais com menos”

Diante disso, indicamos que para a legitimação do ajuste fiscal, atores sociais distintos, em nosso caso Dilma Rousseff e Joaquim Levy, utilizam de estratégias discursivas com forte apelo a elementos de ordem social e moral, mas que negam a natureza política dessas medidas (elucidação do dever moral, o caráter técnico e óbvio, da referência a lógica da vida doméstica, a naturalização de sentidos comuns (por exemplo, só se gasta o que arrecada), discurso da modernização da “engenharia econômica” e apelo aos constrangimentos externos).

Em última instância, afirmamos que os “modos de se falar” acerca da economia utilizados pelos atores políticos, como Dilma e Levy, constituem uma forma singular de violência simbólica exercida pela dominação cultural do mundo das finanças sobre a vida cotidiana.

5.3. Crítica e denúncia: a estratégia de negação nos discursos de Dilma

Podemos constatar que o discurso político de Dilma Rousseff, em defesa da legitimidade das medidas fiscais implementadas, é repleto de justificativas enraizadas em argumentos orientados pela estratégia da negação das críticas consideradas como injustas; essas, seriam realizadas por atores “movidos por má fé”, os quais são (des)classificados pela presidenta como “aqueles que apostam no quanto pior, melhor”.

A presidenta se utiliza recorrentemente dessa estratégia com o intuito de rejeitar as denúncias, de contestar as acusações, de torná-las nulas e ilegítimas, geralmente operacionalizadas em momentos onde o governo busca justificar-se das seguintes críticas: de que o governo estaria acabando com os direitos sociais; estaria traindo os compromissos com

os trabalhadores e com a classe média; acabando com os programas sociais; acabando com o crédito e o investimento público, de que seria leniente com a situação de urgência.

Para tanto, em relação a crítica de estar “acabando” com as políticas e compromissos marcas dos governos petistas, a performance crítica de Dilma é caracterizada pela negação do sentido atribuído às ações implementadas, recorrendo a uma linguagem que propriamente possibilita eufemizar o caráter e os impactos delas. Em nosso caso, Dilma diz, porém sem dizer, neutralizando os efeitos de sua política de ajuste fiscal, como nos exemplos a seguir: “Nós não estamos acabando, nós estamos ajustando um pouco”, “Nós não acabamos com a desoneração da folha, nós demos um reajuste nas tarifas”, “Nós não estamos tirando desoneração da folha, nós estamos fazendo correções em programas sociais que tem de ter correções”.

Na sequência, elencamos alguns registros discursivos que elucidam a justificação via estratégia enunciativa de negação:

Quadro 9. Justificação via estratégia enunciativa de negação: Dilma Rousseff

Nós não estamos acabando, nós estamos ajustando um pouco, porque nós não temos como assumir tudo.
Nós não fazemos ajustes para cortar o futuro do País. Nós não fazemos ajustes para acabar com os programas fundamentais. Nós fazemos ajustes para preservar aquilo que nós precisamos de preservar porque constitui o caminho do futuro.
E aí eu quero dizer uma coisa para vocês: o ajuste não acaba com a agroindustrialização, o ajuste não acaba com o Programa Minha Casa Minha Vida Rural. São medidas para sanear as nossas contas e, assim, dar continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda , de modo mais seguro, mais rápido e mais sustentável.
Não vamos trair nossos compromissos com os trabalhadores e com a classe média , nem deixar que desapareçam suas conquistas e seus direitos.
Obviamente quanto mais rápido isso for feito, mais rápido o governo, a economia, a sociedade vão sair de uma situação de maior restrição. Por quê? Porque o Brasil, eu disse aqui no ato, nós temos uma relação extremamente sóbria, entre percentual de gasto na folha e o nosso orçamento, o nosso produto. Nós não somos um país que tem o descontrole na folha de pagamento, nós não somos um país que tem descontrole nos gastos previdenciários. Nós somos um país que possui reservas substantivas. Então, as flutuações que ocorrem neste momento no mercado internacional, que atinge a todos, atinge a nós também, mas no passado elas nos quebravam, hoje não quebra. Nós somos um país que tem uma relação dívida sobre o Produto Interno Bruto pequena, se você olhar para o resto do mundo. Então, nós temos de fato um desequilíbrio fiscal. Como eu disse, nós absorvemos uma parte grande, mas uma parte imensa da crise que nos atingia, nós absorvemos o orçamento. Nós fizemos desonerações muito significativas, essa da folha, só ela sozinha ela equivale a R\$ 25 bilhões. O que nós estamos fazendo não é acabar com os R\$ 25, nós estamos reduzindo de R\$ 25 para R\$ 12. É isso que nós estamos fazendo, continua

desonerando. Nós não estamos tirando desoneração da folha, nós estamos fazendo correções em programas sociais que tem de ter correções. [...] Então, o que eu digo para vocês é o seguinte: para nós é fundamental aprovar esse ajuste. **Nós estamos com 2 meses e meio de governo, 2 meses e meio de governo, temos um conjunto de programas em andamento.**

Nós não acabaremos com o crédito, repito, não acabaremos com o crédito. Nós vamos reduzir o nível de subsídios, tanto é que o programa de sustentação de investimentos se mantém, o que nós fizemos foi diminuir a diferença entre os juros que nós cobramos e os juros de mercado. **Nós não vamos acabar com a desoneração da folha, nós vamos fazer um reajuste nas alíquotas. Nós, durante o ano de 2014, ano eleitoral, nós fizemos correções no Bolsa Família.** Foram 1,3 milhão de pessoas que saíram do Bolsa Família porque ultrapassaram o valor pelo qual a gente assegura uma renda mínima para essas pessoas e entraram 750 mil.

Meu querido, **eu acho que esse tipo de pergunta sobre a saída do ministro Levy é daquelas que passa para a especulação.** É isto que é especulação. Vocês não perguntaram, para mim, se eu acredito que o meu ministério fique até o final do meu mandato. As pessoas que estão no ministério, hoje, eu espero que fiquem até o final do meu mandato. É essa a visão geral. **Agora, o resto é especulação. É especulação e tentativa errada de especulação. Por quê? Porque cria instabilidade, porque cria tumulto, porque cria uma situação que a gente não sabe de onde que vem e, de repente, é um raio num céu azul.**

Nós não vamos impedir, o Brasil tem uma capacidade hoje muito grande, o governo brasileiro, de política social. **Nós não vamos reduzir a nossa política social, porque não é ela que é responsável por a grande maioria dos gastos.**

Acredito que um governo de esquerda tem de demonstrar ser capaz não só de fazer uma política social, mas também de saber fazer uma política macroeconômica de estabilização. Porque nós, governos de esquerda, temos compromisso em não elevar o desemprego a taxas absurdas, como ocorre em vários países da Europa. Nós temos de tentar diminuir o impacto disso sobre as políticas sociais. **Fazer o ajuste não paralisa um governo, nem impede que ele invista em infraestrutura e continue a investir em políticas sociais. O que ele faz é reduzir o nível de gastos.**

Vejam vocês, **em momento de crise nós fizemos um esforço e continuamos teimando e fazendo o Minha Casa Minha Vida. Tem muita gente que queria que a gente acabasse com esse programa, mas nós não acabamos não.** Nós, não só mantivemos o programa, como vamos lançar a terceira parte dele, a fase 3 do Minha Casa Minha Vida

Mas outros programas, **não é que nós vamos acabar com eles, é que eu queria fazer uma distinção;** a desoneração da folha, tem uma parte da desoneração da folha que é estrutural e tem outra parte que foi contracíclica. A parte contracíclica significa que nós vamos ter de dar um ajuste. Nós não conseguimos manter o mesmo ritmo de contracíclico que nós mantivemos antes. **Nós não acabamos com a desoneração da folha, nós demos um reajuste nas tarifas, a mesma coisa com o programa de sustentação do investimento do IBGE, nós mantivemos o subsídio só que em níveis menores**

Em diversos momentos, ao longo do período analisado, observa-se uma ação engajada da presidenta ao protestar contra as críticas recebidas às políticas de ajustes, rejeitando-as; e ainda, justificar-se a partir da ordem da *cit e* industrial ao evocar o valor da eficácia de suas performances ao contrapor que, mesmo enfrentando momentos de dificuldades econômicas e políticas (da dita “crise fiscal”), o governo manteve os esforços ao passo em que aprendia a “fazer mais com menos recursos” e, como definido por Dilma, continuou “teimando” (palavra que remete aos valores da persistência, insistência, perseverança) não apenas em manter as políticas sociais (como o Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família, subsídios, etc.) como também criando novos desdobramentos desses na realidade dos atores sociais (o lançamento da terceira fase do programa de habitação, por exemplo), mesmo quando houve “gente que queria que a gente acabasse com esse programa”, entretanto, acrescenta: “n o acabamos n o”, denunciando a situação de antagonismo por parte de atores mal-intencionados, “aqueles que apostam no quanto pior, melhor”, no caso, os atores políticos da oposição.

Com essa estratégia, Dilma busca legitimar suas ações e reconstruir a “credibilidade” desgastada pelas críticas, a partir de valores de referência que remetem a *cit e* cívica (o bem comum do país, do interesse coletivo), da *cit e* doméstica (da confiança depositada nela como chefe, da responsabilidade em proteger aqueles que mais precisam (injustiçados sociais), da boa vontade) e da *cit e* industrial (eficácia, da performance eficiente) — principalmente junto aqueles atores sociais sensíveis ao projeto petista, como beneficiários dos programas sociais, militância partidária, movimentos sociais, movimento sindical, que se encontravam “desencantados” naquele momento — e para reafirmar seus esforços com os compromissos da visão de mundo do projeto petista assumidos ao longo das eleições presidenciais em 2014.

O ministro Joaquim Levy se utiliza da mesma estratégia em determinados momentos, por exemplo, em relação as críticas que o governo estaria aumentando a carga tributária, criando impostos, como por exemplo a CPMF, o reajuste das alíquotas do ICMS; que estaria cortando os direitos trabalhistas como o seguro-desemprego, pensão sobre morte, seguro defeso. As cenas são compostas por atores políticos e burocratas (comissões e plenária do Congresso Nacional) e atores econômicos (eventos empresariais, de investidores). Para tanto, o ministro se apoia principalmente na *cit e* industrial, ou seja, retoma o discurso de eficácia, eficiência, produtividade e racionalidade como princípio superior comum.

Quadro 10. Justificação via estratégia enunciativa de negação: Joaquim Levy

<p>Parte da reforma que estamos fazendo se refere a melhorias, a acabar com regras e práticas distorcidas. Não estamos tirando direitos sociais, mas evitando fraudes e abusos e, muito mais do que isso, corrigindo distorções que haviam afastado a política de seus objetivos iniciais. Nesse ponto, por exemplo, o treinamento e a compreensão sobre os objetivos das políticas são muito importantes</p>
<p>Eu saliento aqui que nós não criamos imposto novo nenhum. Nós estamos diminuindo a intensidade de algumas ações de renúncia que foram feitas dentro do quadro anticíclico. A recomposição parcial da Cide – o nome já diz: recomposição –: nós estamos fazendo a Cide que já existia, só que parcial. Nós estamos fazendo para a gasolina e para o diesel menos do que era antes.</p>
<p>Esses ajustes não tiram o direito de ninguém, de nenhum trabalhador. Ao contrário; eles fortalecem esses direitos ao focar os programas, ao evitar situações que não são realmente desenhadas do programa. Eu digo que não é que a gente esteja falando de abusos ou fraudes; são falhas do desenho. A gente não pode culpar o trabalhador por fazer coisas que, digamos, são incentivadas pela lei. Agora, essas coisas podem ser ineficientes, essas coisas podem ser ruins no longo prazo. Nós temos a obrigação de ajustar. Nós temos a obrigação de dar uma sinalização ao trabalhador.</p>
<p>O ajuste econômico não vai atrapalhar o PIB, o ajuste econômico não vai atrapalhar o crescimento. Na verdade, nós estamos fazendo essa reorientação porque o crescimento vinha se desacelerando.</p>
<p>Por isso o Governo fez ajustes onde havia excessos, sem tirar direito de nenhum trabalhador, mas está fazendo ajustes no seguro-desemprego, está fazendo ajustes no seguro-defeso, está fazendo ajustes nas próprias pensões de viuvez.</p>
<p>Nós estamos voltando aos níveis que já tivemos no passado. Não tem imposto nenhum, não tem aumento de carga tributária, não tem nada. Nós estamos reequilibrando a economia para a gente poder retomar.</p>
<p>Eu acho que a gente não tem nenhum objetivo de fazer saco de maldades, pacote, nada disso. A gente vai ter que tomar algumas medidas, eu acho que está bastante claro, vocês gostam mesmo de reportar com regularidade uma deterioração que as constas fiscais tiveram, vocês também conhecem as limitações dos gastos, acho que a gente está avaliando os gastos, vai ser importante.</p>

Elaboração própria. Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No capítulo a seguir, tratamos dos momentos críticos de disputas entre os atores centrais no Governo Dilma.

6. MOMENTOS CRÍTICOS E DISPUTAS DE SENTIDO EM TORNO DA POLÍTICA ECONÔMICA NO SEGUNDO MANDATO DILMA

Um ponto significativo observado é a dinâmica dos momentos críticos entre agentes do governo Dilma, ocorridas em meio as estratégias de legitimação envolvendo a política econômica (ancorada na dita “credibilidade” do ministro da Fazenda). Essas disputas (que visam legitimar determinada ordem e grandeza) podem ser divididas em 4 grupos principais: o primeiro, a própria equipe econômica, a priori, protagonizada pela presidenta da república, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa e o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante; o segundo, o Partido dos Trabalhadores, tendo como porta-vozes da crítica: o ex-presidente Lula da Silva, o presidente da sigla Rui Falcão e o senador líder do partido no Senado, Lindbergh Farias (PT-RJ); o terceiro, deputados e senadores da base aliada no Congresso Nacional; e, por último, as centrais sindicais e os movimentos sociais, como a CUT e o MST. Para tanto, a seguir, manteremos o foco do enquadramento dos momentos críticos entre os dois grupos principais que se destacam por serem atores pertencentes ao grupo que ocupa a posição de Governo Federal, a saber: a) entre equipe econômica e b) entre governo e Partido dos Trabalhadores.

Denominamos esses episódios como momentos críticos (Boltanski e Thévenot, 1991, 2009) por se tratarem de uma determinada situação em que um ator social “se dá conta” de que algo está errado nas relações sociais estabelecidas (em nosso caso, a implementação da política econômica de ajustes liderada pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy), de que não é possível prosseguir do mesmo modo, mas que, ao contrário, é preciso agir e, para tanto, mobilizando recursos (objetos e seres) para realizar uma denúncia pública legítima sobre determinada forma de “injustiça”, de modo a direcionar um outro curso que seja mais “justo”, ou seja, assentado em pontos de vista sobre o “bem comum” (princípios de equivalência) expressos por cada regime de justificação (as *Cités*). Para Boltanski e Thévenot, o “dar-se conta de algo” possui dois significados, como assinala Guerreiro (2016):

Em um primeiro instante, ocorre um movimento reflexivo interior, no qual o ator em questão toma distância do presente e retorna ao passado, de modo que construa uma narrativa que faça sentido. Posteriormente, quando esta pessoa se dá conta que a situação vivenciada se torna insuportável, passa a demonstrar seu descontentamento em relação a outros, com os quais está realizado algo em conjunto. Este segundo momento é entendido por eles como uma performance no mundo exterior (Guerreiro, 2016, p.06).

Nesse aspecto, faz-se necessário enfatizar que a partir desses momentos críticos elencados na seção abaixo, nos atentamos especificamente para as formas de justificação que os atores em análise (Dilma e Levy) operam em cenas de protesto de diversos atores sociais que entram em desacordo com a política econômica do Governo.

Na seção seguinte, analisamos em detalhes as cenas dos contenciosos em torno da política econômica de austeridade e seu representante (o ministro Levy) ocorridos no segundo mandato de Dilma.

6.1. Momento crítico: Equipe Econômica

No segundo mandato de Dilma, os contenciosos na equipe econômica foram os mais centrais e significativos. Conforme defende Moura (2021), as disputas de narrativas daquele momento apontam para o estabelecimento de uma sistemática oposição (de valores, virtudes e morais) na forma da representação dos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento), onde se produz como senso comum uma espécie de dualidade perigosa⁴⁶ (Zelizer, 2009): de um lado temos Joaquim Levy e sua equipe como representação do imperativo moral da disciplina fiscal, do bom senso econômico, do rigor e das políticas prudenciais (a boa política) e do outro lado, Nelson Barbosa (e Dilma também) como representação do imperativo (i)moral da ganância, da farra fiscal, das políticas jurássicas, das práticas obsoletas e ineficientes (a má política) (Moura, 2021).

As narrativas difundidas pelos meios de comunicação e reproduzida por atores econômicos e políticos eram de que Barbosa representava o fantasma da “Nova Matriz Macroeconômica” do primeiro mandato de Dilma, responsável pela “ruína” econômica do Brasil (Valor Econômico, 22.11.2017), principalmente, por ter integrado o governo como secretário executivo do Ministério da Fazenda, escolhido por Guido Mantega, de 2011 a 2013. Era, portanto, um “risco” permanente, que ao lado de Dilma, formava uma “chapa puro-sangue” (Exame, 16.02.2016).

Essa narrativa se alicerça também na trajetória de Nelson Barbosa: graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Economia da

⁴⁶ Segundo a autora (2009), as dualidades perigosas ocorrem quando postulamos a existência de dois mundos que se encontram em oposição, onde tais esferas se distinguem e se repelem (como, a saber, o feminino versus masculino; privado versus público; mundo da intimidade versus mercado).

Indústria e da Tecnologia também pela UFRJ (sua dissertação de mestrado tratou sobre “*Os Desequilíbrios Externos da Economia Norte-Americana nos Anos 80: Uma Crítica à Interpretação Convencional*”), foi orientado pela economista Maria da Conceição Tavares, uma das principais porta-vozes da heterodoxia brasileira; e doutor em Economia pela *New School for Social Research* em Nova Iorque, nos Estados Unidos, onde defendeu a tese intitulada *Ensaio sobre macroeconomia estruturalista*.

Barbosa exerceu diversos cargos na administração Federal, incluindo Secretário de Acompanhamento Econômico (2007-08) e Secretário de Política Econômica (2008-10), no Ministério da Fazenda durante os anos do Governo Lula. Foi também Presidente do Conselho do Banco do Brasil – BB (2009-13) e Membro do Conselho de Administração da Vale (2011-13). Suas experiências no governo incluem passagens pelo Banco Central do Brasil (1994-97), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2005-06) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2003). Também é Professor Titular da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Professor Adjunto do Instituto de Economia (IE/UFRJ), Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) e membro dos conselhos de administração da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e do Banco Regional de Brasília (BRB).

A presença de Nelson Barbosa no governo era propagada como uma espécie de ameaça, onde, na iminência de um grave “desentendimento” de Dilma com Levy ou “mudança súbita da vontade da presidenta”, ele assumiria o comando da política econômica, avalizado por ela, tendo assim, a volta de uma espécie de “Nova Matriz Macroeconômica 2.0”, afastando-se do foco da estabilidade fiscal (ainda que Barbosa, durante todo período que esteve no governo, reforçasse inúmeras vezes o equilíbrio das contas e a política de ajuste).

Dentre os inúmeros episódios, a principal disputa construída, enquanto mitologia política necessária para a guerra palaciana naquele momento, e divulgada intensamente pelos veículos de mídia, tratou-se da definição dos cortes do orçamento do ano de 2015, cujo era o dito “exemplo de corte na carne” inicial sobre o qual pairava grande expectativa dos atores econômicos e políticos. Antes da definição do valor oficial pela equipe econômica, durante um jantar com lideranças do PMDB, o ministro da Fazenda declarou que o corte de despesas do país poderia atingir de um piso de R\$70 até R\$ 80 bilhões, com o objetivo de atingir a meta de superávit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). O então presidente do Senado, Renan Calheiros, após o encontro, confirmou em coletiva de imprensa: “O ministro falou em R\$ 80 bilhões” (Peres *et al*, 25.02.2015). Entretanto, a meta acabou definida em R\$ 69,9 bilhões

(exatamente 100 milhões a menos do que o piso anunciado pelo ministro). Em termos simbólicos, Joaquim Levy teve sua “fala desautorizada”. Os meios de comunicação divulgaram objetivamente: “Levy estava enfraquecido”, e, portanto, perdia poder de decisão dentro do governo. Consequentemente, era a vitória das “vontades” de Dilma, endossada por Barbosa, que defendia um corte menor, colocando em descrédito a política econômica do governo.

A narrativa de conflito seria consagrada na coletiva de imprensa marcada no Ministério do Planejamento, que seria conduzida pelos dois ministros – Fazenda e Planejamento – para explicação aos jornalistas sobre os cortes a serem realizados para atingir a meta fiscal. O lugar de Joaquim Levy estava marcado na mesa, pelo fato de ter confirmado presença. Contudo, a assessoria de Levy enviou comunicado momentos antes de que ele estava fortemente gripado e que teve problemas de agenda (Folha de São Paulo, 23.03.2015), permanecendo então vazio.

Em matéria no dia seguinte, o jornal Folha de São publicou a notícia “Para marcar posição, ministro não vai a anúncio do corte do Orçamento”, e discorreu que “o titular da Fazenda tradicionalmente é o principal personagem desse tipo de evento, mas Levy, segundo a Folha apurou, preferiu “marcar posição” (Folha de São Paulo, 23.03.2015). Como pode ser observado na figura 15 abaixo.

Figura 5. Registro do lugar vazio do ministro Joaquim Levy na coletiva de imprensa sobre o contingenciamento do governo.



Fonte: Pedro Ladeira / Folhapress

Durante a coletiva de imprensa, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, seguiu a programação afirmando que o governo estava fazendo um "grande esforço fiscal" e estava mesmo cortando suas despesas. Segundo ele, o corte de R\$ 69,9 bilhões representava um corte de 35% nas despesas discricionárias, ou 0,5% do PIB. O gesto apontava que o “dever de casa” estava sendo feito, mas com a virtude de que, acrescentou, mesmo com os cortes, os programas sociais, marca dos governos petistas, seriam preservados, com sua continuidade:

É um grande esforço fiscal. É um indicador que o governo está realmente cortando despesas. Esse valor é o necessário para a manutenção do equilíbrio fiscal. Há cortes em todos os ministérios. No custeio da máquina, há metas de redução do custeio da máquina. [...] **É o maior contingenciamento feito no Brasil nos últimos anos. Mas, mesmo com esse contingenciamento, vários programas estão preservados** (Bonfanti *et al*, 22.05.2015).

Nesse corte orçamentário, os ministérios mais afetados foram: Ministério das Cidades, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Juntas, elas correspondem por 54,9% de todo o contingenciamento anunciado. No Ministério das Cidades, o corte chegou a R\$17,232 bilhões. Na Saúde, o bloqueio atingiu R\$ 11,774 bilhões. Na Educação, o contingenciamento totalizou outros R\$ 9,423 bilhões. Em seguida, vêm os ministérios dos Transportes (R\$ 5,735 bilhões) e da Defesa (R\$ 5,617 bilhões).

Vale ressaltar que o principal programa afetado pelos cortes foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que sofreu um bloqueio de R\$ 25,7 bilhões, respondendo por 37% do contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões no Orçamento de 2015 (Agência Brasil, 02.06.2015). De janeiro a maio de 2015, a equipe econômica já havia imposto uma redução de 27,1% nos gastos do PAC – o equivalente a R\$ 7 bilhões. Foi a primeira redução nos gastos do programa desde sua criação⁴⁷, o que representou um gesto extremamente simbólico, pois o programa constituía o carro-chefe dos governos petistas no enfrentamento a crise econômica de 2008, parte do leque de políticas anticíclicas, do chamado “neodesenvolvimentismo”

⁴⁷ O Governo Lula lançou, em 22 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007/2010, constituído por um conjunto de políticas econômicas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico com o crescimento de 5% ao ano, através da aceleração da economia, do aumento do emprego, estimando, assim, a melhoria nas condições de vida da população brasileira. Em 2010, o Governo lançou o PAC 2 (2011/2014), que viria a ser executado no Governo Dilma (que inclusive, foi batizada, em um ato simbólico, por Lula antes da campanha presidencial de 2010 como a “Mãe do PAC) com a ampliação do financiamento do desenvolvimento e a incorporação de mais ações de infraestrutura social e urbana.

(Jardim; Silva, 2017). Jardim (2015) aponta que com o Programa de Aceleração do Crescimento, o governo Lula “recolocou na agenda do país a temática do crescimento, reinventando a discussão sobre desenvolvimento e sobre o financiamento do desenvolvimento” (Jardim e Silva, 2017, p. 173). O método adotado por Lula-Dilma se diferenciava ao ir além da indústria de base e consegue realizar uma convergência de pautas, até então, inconciliáveis, a saber: finanças *versus* inclusão social, alta taxa de juros *versus* geração de empregos (Jardim e Silva, 2017).

Ao final do anúncio do contingenciamento programado pelo governo, jornalistas questionaram a ausência do Ministro da Fazenda, “Não leiam isso como mais que uma gripe”, justificou Nelson Barbosa na coletiva de imprensa (Folha de São Paulo, 23.03.2015).

Os momentos críticos entre e Dilma e Levy

Em 28 de março de 2015, quando o ministro durante palestra ministrada em inglês para ex-alunos da escola de negócios da Universidade de Chicago (EUA) — instituição onde realizou parte de sua formação — declarou que acreditava que a presidenta Dilma tinha “um desejo genuíno [...] de endireitar as coisas”, entretanto, “algumas vezes ela não faz do jeito mais fácil, não do jeito mais efetivo, mas existe um desejo genuíno nas ações dela” (Discurso de Joaquim Levy, Dados da Pesquisa, 2022).

Questionada em coletiva de imprensa após a entrega de casas do programa “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Capanema no Pará, Dilma justificou que tinha “clareza” de que o ministro “fora mal interpretado”: “o que o Levy falou está dentro um contexto, porque se você pegar fora do contexto, você vai entender e distorcer” (G1, 30.03.2015). Em seguida, ela agradece o que classificou como um “elogio”, pois fazia um enorme esforço para fazer o ajuste e acrescentou que: “Em política, vocês sabem que às vezes eu não posso seguir um caminho curto porque eu tenho de ter o apoio de todos aqueles que me cercam. Então, tem a questão de construir consensos” (G1, 30.03.2015). Em entrevista ao Jornal Bloomberg, questionada novamente acerca do episódio, Dilma declarou que:

O que o ministro Joaquim Levy disse: você não necessariamente tem uma única forma de chegar a uma medida. Às vezes, eu até prefiro a mais rápida. Eu prefiro pelo meu jeito de ser, mas nem sempre essa é a melhor medida. **Às vezes, politicamente, você tem de construir um outro caminho, você tem de, nesta necessidade de refazer o processo, de fazer o processo, você tem várias passagens. Aliás, eu acho que isso é na vida, não é só na aplicação do ajuste, não.** Eu sempre me lembro de um capítulo do Dickens, do senhor Pickwick, que dizia: nem sempre o caminho do amor é linear como

uma estrada de ferro. A mesma coisa a gente pode dizer da política. **Nem sempre você consegue implantar medidas da forma mais direta possível, nem sempre. Agora, sempre que você puder, você tem de fazer o seguinte: você tem de optar pelo caminho mais curto, mais rápido e que vai resultar em maior eficiência da situação** (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

Ainda nesse contexto, Dilma explicou que o caminho para a implementação das medidas de ajuste passava pela construção de um consenso no campo político. Para explicar os percursos e entraves da lógica da vida política democrática se utiliza de uma metáfora do mundo do futebol:

Agora, tem de considerar, como dizia o nosso jogador de futebol, o Garrincha. Quando o Feola disse para ele, chamou ele antes de um jogo decisivo contra a Rússia e disse: “você tem de chutar ali, depois driblar ali, depois de fazer essa outra jogada, até chegar ao gol”. E o Garrincha, na sua simplicidade sábia, perguntou para o Vicente Feola: “e você combinou isso com os russos?”. A gente tem sempre de combinar com os russos nesse caso da implementação das medidas (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

Ou seja, os passos de implementação das medidas fiscais passavam pela negociação e a construção de um consenso com os atores políticos do Congresso Nacional representados como “russos”, ou seja, os outros atores que fazem parte do jogo da vida democrática e necessários para aprovação das medidas de ajustes e a concretização da proposta do governo (referenciado, portanto, na *Cité* cívica).

Na mesma noite após a repercussão da declaração, o ministro emitiu uma "manifestação pessoal" na qual "lamentou" a interpretação dada pelo jornal à declaração. No dia seguinte, em encontro com empresários do *Lide* (Grupo de Líderes Empresariais) em São Paulo, Joaquim Levy declarou que não havia “nenhuma desafinação” entre ele e a presidenta, pelo contrário, em entrevista a jornalistas, afirmou que havia “uma afinidade”. Para o ministro, “houve um pouco de mal-entendido”, provocando o que ele chamou de “grande banzé”⁴⁸ (G1, 30.03.2015) e a fala foi uma “observação, que é quase um truísmo, de que na vida real, muitas vezes, se trabalha sobre pressões, e nem tudo acontece do jeito que a gente desejaria, do jeito ideal, do jeito mais perfeito e que as coisas são, portanto, difíceis” (Discurso de Joaquim Levy, Dados da Pesquisa, 2022, 2021). Ao final, afirmou que a “confiança mútua” entre eles era

⁴⁸ Significado: um estardalhaço, barulheira.

“muito sólida” (G1, 30.03.2015).

Ao longo do ano de 2015, a permanência de Joaquim Levy foi se tornando cada vez mais frágil em virtude das adensamento das disputas em torno das decisões no núcleo duro da equipe econômica. Como noticiado massivamente, o ministro da Fazenda teria perdido diversas batalhas frente aos ministros Nelson Barbosa e Aloisio Mercadante. Uma delas se trata do embate pela definição do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016 a ser entregue para avaliação e aprovação do Congresso Nacional⁴⁹.

No mês de agosto, o governo decidiu enviar um Orçamento com déficit, ou seja, prevendo gastos maiores que as receitas ao Congresso Nacional; foi a primeira vez que um governo apresentava um projeto de lei orçamentária negativo⁵⁰. A estimativa para 2016 era um déficit de R\$ 30,5 bilhões, valor que representava 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Como difundido pela mídia, o resultado teria sido a vitória da posição de Nelson Barbosa e de Aloisio Mercadante (favoráveis ao orçamento com *déficit*), posição aderida por Dilma, enquanto isolada a posição de Levy (favorável em cumprir a meta fiscal estabelecida em 0,7%) na junta orçamentaria. Em coletiva de anúncio da alteração, o ministro Barbosa destacou que foi encaminhado ao Congresso uma proposta “realista e transparente”, sem “maquiagens”. Já o ministro Levy disse que o Executivo “precisava de uma ponte” fiscal, que garantisse receitas para reequilibrar as contas públicas (Folha de São Paulo, 01.09.2015).

Convocado para audiência pública na Câmara dos Deputados no dia 1 de setembro, o ministro justificou, comparando o governo a uma casa, que “evidentemente que ela não está em ordem” e que se fazia necessário “crescer e ter a confiança para não o dólar disparar”. Segundo Levy, essa era a “realidade” ao passo em que “nós vínhamos de um período de expansão e a maré mudou”, era necessário a “ficha ter que cair”. Recorrendo a uma expressão metafórica climática, declarou que “deixamos o toldo aberto e começou a chover [...] agora a gente tem de correr para consertar o telhado antes que a chuva aperte” o que certamente exigiria “sacrifício por parte do governo”, pois, “se a gente não quer mais impostos, a gente tem que prestar atenção para não ter mais despesas” (Discursos de Joaquim Levy, Dados da Pesquisa, 2022, 2021).

⁴⁹ Pela Constituição, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que trata do Orçamento, deve ser entregue pelo Poder Executivo até 31 de agosto de cada ano e pode ser aprovada até dezembro. Essa prática, no entanto, não é obrigatória e não impede que o Congresso entre em recesso (Agência Senado, 31/08/2015).

⁵⁰ A estratégia do governo era aumentar os impostos, especificamente, recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), um imposto sobre transações bancárias que vigorou por dez anos e acabou em 2007, quando foi derrubado pelo Senado. Depois da forte reação negativa em virtude da notícia de que o imposto poderia ser recriado, a presidente Dilma Rousseff reconsiderou devido Resistência à recriação da CPMF

Para líderes da oposição no Congresso Nacional, o governo teria transferido a responsabilidade de fazer os ajustes no orçamento e o custo político de aumentar os impostos. O deputado Moroni Torgan (Democratas-Ceará), vice-líder da Minoria (bancada de oposição), defendeu que o Congresso devolvesse o projeto com déficit para que o governo fizesse um rearranjo com “cortes necessários para cobrir o “rombo””: “A presidente Dilma fez isso para que o Congresso assuma o aumento de impostos que ela não quer assumir, porque é só isso que o Congresso pode fazer. Os parlamentares não têm a caneta na mão para cortar cargos e despesas” (Brasil, Câmara dos Deputados, 01.09.2015).

O dia seguinte, dia 2 de setembro de 2015, foi marcado por uma intervenção externa decisiva de atores econômicos “pesos pesados”, como noticiado (Uol, 04.09.2015) com o objetivo de enquadrar o Governo em prol de Joaquim Levy e sua posição à frente das tomadas de decisões.

Primeiramente, Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco, desembarcou em Brasília para conversar com a presidente Dilma Rousseff sobre saídas para a crise. Segundo O Globo (2015), Dilma teria ouvido do executivo que “o governo precisa mostrar que não jogou a toalha” em relação à realização de superávit primário para as contas públicas e que o presidente do Bradesco também ressaltou a importância de se resolver o déficit de R\$ 30,5 bilhões na proposta orçamentária de 2016, tanto com elevação de receitas quanto com corte de despesas. O executivo teria afirmado que o risco do Brasil perder o grau de investimento junto às agências de classificação de risco, naquele quadro de crise política e econômica, seria “superlativo”, em clara sintonia as posições defendidas nos discursos de Joaquim Levy.

O episódio publicado evidência o grau de imposição e pressão dos atores econômicos, defensores da política de ajustes, no constrangimento ao governo por “fazer o dever de casa” e dar maior poder de decisão a Levy.

Naquela mesma quarta-feira, à noite, um grupo com 9 dos mais importantes empresários brasileiros promoveu um encontro reservado com o ministro da Fazenda, em São Paulo, sendo eles: Beto Sicupira (InBev), Carlos Jereissati (La Fonte – Iguatemi), Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco), Pedro Passos (Natura), Edson Bueno (Amil) e Josué Gomes da Silva (Coteminas), Vicente Falconi (especialista em gestão pública), Mateus Bandeira (dirigente da Falconi Consultores de Resultados) e de Antônio Machado (presidente do Instituto Talento Brasil) para fazer o que se classificou como um “chamamento à realidade” do governo e do Congresso (Folha de São Paulo, 05.09.2015).

Segundo as matérias publicadas pelos principais veículos de comunicação, divulgou-

se que durante o encontro 3 condições foram apresentadas para que mantivesse o apoio ao Governo, a gestão da economia e a própria permanência de Levy no cargo de ministro da Fazenda, sendo eles: a) manter o grau de investimento do país b) buscar meta de 0,7% de superávit em 2016 c) cortar subsídios e programas do governo. E discorre acerca do acontecimento:

Por volta de 23h30, decidiu-se que **era importante, na frente de Joaquim Levy, telefonar para a presidente Dilma Rousseff e relatar o que estava sendo tratado**. A missão coube a um dos presentes, um empresário do Rio de Janeiro. O telefonema foi realizado, Dilma atendeu e foi informada sobre os temas em discussão. Todos no encontro estavam preocupados com a proposta de Orçamento para 2016 contendo um déficit de 0,5% do PIB. **O empresário ao telefone disse a Dilma que era vital para o país perseguir e obter a meta de superávit de 0,7% em 2016**. Ficou claro na conversa que **os empresários brasileiros davam apoio à posição de Joaquim Levy** (Rodrigues, 04.09.2015).

Com esse recado, no dia 3 de setembro, a presidenta Dilma Rousseff agiu convocando uma reunião entre a equipe para garantir a permanência de Joaquim Levy no governo e para e “acalmar” o mercado que reagiu levando o dólar a superar R\$ 3,80 com as indicações dadas pelo Ministro da Fazenda de que poderia deixar o cargo. Naquele dia, Levy viajou para Brasília para se reunir com a presidenta Dilma e Nelson Barbosa (Planejamento) e Aloizio Mercadante (Casa Civil). Como publicado no jornal O Globo, “Dilma cede a Levy, que diz que fica”: a ordem era defender a realização da meta de *superávit de 0,7%*, apesar de ter enviado ao Congresso proposta de Orçamento com déficit de R\$ 30,5 bilhões (O Globo, 04.09.2015. País, p. 3).

Após a reunião, Mercadante se dirigiu aos jornalistas em nome do governo e assegurou que era “evidente que [Levy] fica”. Segundo o ministro da Casa Civil, o ministro Joaquim Levy tinha “compromisso com o Brasil, com esse projeto. [E sabia] a importância do trabalho que tem para a 7^a economia do mundo como ministro da Fazenda” (O Globo, 04.09.2015. País, p. 3). Segundo Mercadante, os boatos sobre a queda de Levy se deviam a uma aliança entre os “mal-informados” e os “mal-intencionados”, para o qual, estes últimos, tinham como objetivo “ganhar dinheiro com a turbulência que essa notícia gera no mercado” (O Globo, 04.09.2015. País, p. 3). Neste aspecto, Mercadante protesta contra os atores oposicionistas a partir da *Cité* cívica (princípio da vontade geral), ao acusar que esses teriam suas ações movidas pelo egoísmo, pela ganância e a busca do lucro (lógica da *Cité* mercantil), em detrimento dos interesses coletivos do País (sujeito valorizado no mundo cívico), apontando a pequenez destes atores.

Com o objetivo de reforçar a crença na permanência de Levy e “emponderá-lo”, o ministro das Comunicações, Edinho Silva, também saiu à cena e declarou que o responsável pela pasta da Fazenda ficava “porque ele nunca saiu [...] Ele sempre esteve forte e valorizado pelo conjunto do governo. É um ministro extremamente importante e comprometido, não só com a construção deste governo, mas com o país”. Para o ministro da Comunicação, era “natural” que houvesse debate e defesa de posições dos ministros dentro do Governo, contudo quem definia em última instância “é a presidente Dilma” (O Globo, 04.09.2015. País, p. 3).

No dia seguinte, o ministro Levy viajou para Ancara, na Turquia, onde participou de uma reunião dos ministros das finanças do G20, onde se valeu da estratégia discursiva da ameaça de risco da catástrofe ao abordar a possibilidade de rebaixamento do país pelas agências de classificação de risco em virtude do desequilíbrio fiscal: “a gente tem que chegar [ao equilíbrio das contas], porque é uma maneira de evitar o *downgrade* [rebaixamento]. Se você não tiver isso, aumenta muito o risco de rebaixamento, que vai destruir o emprego. E não vai destruir o emprego agora, vai destruir o emprego por muitos anos”. (Folha de São Paulo, 06.9.2015, p. A-7). Ou seja, se os ajustes não fossem feitos, o Brasil seria rebaixado pelas agências⁵¹ e, como consequência direta, o emprego seria “destruído”, não somente naquele momento, mas no longo prazo. Apontamos que essa é a estratégia discursiva de maior força simbólica utilizada pelo ministro na defesa das políticas de ajuste e, também, como mecanismo de constrangimento legitimatório e de sua sustentação no cargo ao longo de 2015. Como mostramos em nossos resultados estatísticos, a palavra “Risco” é a que detém maior peso/força em seus discursos, sendo, portanto, uma gramática chave na construção de sua narrativa de justificação.

Exatamente dez dias após o encaminhamento do Orçamento de 2016 deficitário ao Congresso, a agência de classificação de risco *Standard & Poor's* (S&P) rebaixou a nota do país de “BBB-”, para “BB+”, retirando o selo de bom pagador do Brasil e classificando-o como grau especulativo. Como justificativa da avaliação negativa, a agência citou a “falta de habilidade” e “vontade” do governo Dilma Rousseff ao submeter ao Congresso um orçamento deficitário⁵². É importante esclarecer que as agências responsáveis pela produção de

⁵¹ As agências de classificação de risco usualmente atribuem notas para as dívidas de curto e longo prazo, em moeda local e estrangeira. As escalas usadas pelas agências podem ser representadas por letras, números e sinais matemáticos (+ ou -) e normalmente vão de ‘D’ (nota mais baixa) a ‘AAA’ (nota mais alta). Tais notas são classificadas, pelos participantes do mercado, em dois grupos: Grau Especulativo (D até BB+) e Grau de Investimento (BBB- até AAA).

⁵² Duas outras importantes agências viriam a rebaixar a nota de classificação do Brasil para grau especulativo naquele ano. Depois da *Standard & Poor's* em setembro de 2015, a segunda a realizar revisão foi a *Fitch*, primeiro manteve a nota, mas com perspectiva negativa de “BBB” para “BBB-” em 15 de outubro de 2015, depois cortou

classificações sobre risco de crédito são firmas privadas e que atuam de forma “independente” na elaboração de estimativas e classificação acerca da **credibilidade** de mutuários atuantes em mercados de títulos de crédito, a saber: empresas, instituições financeiras (Bancos, companhias de seguro), municípios e Estados soberanos (Bichoffe, 2017). Segundo Bichoffe (2016, 2017), as agências são uma espécie de “intermediários de reputação, de forma semelhante a contadores, analistas e advogados, que são essenciais para a dinâmica do sistema” (2016, p. 227). Conforme define a autora (2016):

Em termos práticos, a notação e o ranking de classificação das agências oferecem ao mercado de títulos públicos global um parâmetro comparativo sobre a definição da ‘qualidade’ do crédito aos Estados Soberanos. Em outras palavras, elas produzem informações equivalentes capazes de afetar a interpretação de agentes atuantes no mercado, seja do investidor ou do tomador de empréstimo (no caso o Estado), produzindo perspectivas de estabilidade ao espaço financeiro (Bichoffe, 2016, p.227).

Bichoffe (2016) recorre ao conceito de *performatividade* desenvolvido por Callon (2008) para afirmar que a “gramática classificatória” produzida por tais agências não apenas cria, como também performa “novas formas de comportamento e ordenamento do espaço”. Essas novas formas não se restringem em serem regras implícitas, mas, sim, como “regras incorporadas através de um modo sutil de governamentalidade” (Bichoffe, 2016, p. 227), onde, quer seja os atores sociais dos Governos, como diretores do Banco Central e Ministério da Fazenda, quer seja os atores da oposição que, de certa maneira, se unem ao discurso dos agentes do mercado (mesmo que por razões diversas) ao legitimarem e reproduzirem o discurso das agências de classificação de risco.

As formas que se constituem os regimes de classificação nos atenta ao fato de que “tanto a economia quanto as finanças são construídas a partir de disputas culturais, mas também através de coações morais performativas capazes de instituir profundas mudanças materiais” (Bichoffe, 2016, p.243), ao se estabelecerem como uma “convenção legítima, e, mais ainda, performática, essas classificações gozam de respaldo legal e simbólico nos mercados” (Bichoffe, 2017, p.71). A autora aponta que ao operarem como uma “governamentalidade do risco”, as agências se tornaram uma espécie de “eficientes artefatos

de “BBB-” para “BB” em 16 de dezembro de 2015. A última das grandes agências foi a *Moodys* que rebaixou a nota de “Baa3” para “Ba2”, com perspectiva negativa, em 24 de fevereiro de 2016. Em geral, as agências apontaram como causas: a “dinâmica política desafiadora”, deterioração das contas públicas, o peso da dívida pública do país, elevados desafios fiscais, a piora do cenário de crescimento econômico, falta de coesão da equipe ministerial (G1, 09/09/2015).

de autoridade” à medida em que os ratings, notas e classificações produzidos por essas agências “acabam por exercer um papel que diminui a necessidade de agudas intervenções regulatórias ou sanções econômicas de outras nações e instituições multilaterais” (Bichoffe, 2016, p.221).

Em meio a esse contexto dos contenciosos na equipe ministerial, uma questão que nos interpelou a atenção são as movimentações e as divergências entre os atores econômicos. O episódio abordado anteriormente (intermediação da entrada de Levy por Trabuco, intervenção de enquadramento dos pesos pesados do PIB, etc..) não foi um caso isolado. Durante 2015, atores pertencentes ao setor financeiro como, o já mencionado Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Roberto Setúbal (Itaú) e Paulo Cunha (Grupo Ultra) manifestaram-se publicamente contra o discurso de “Fora Dilma” e agiram nos bastidores, como demonstram as narrativas acima, ao passo em que crescia fortemente as manifestações a favor do impeachment nas ruas das capitais e entoada a saída de Dilma como solução para a crise por políticos da oposição, grupos do empresariado e economistas.

Duas manifestações públicas expressivamente simbólicas foram realizadas no mês de agosto daquele ano. A primeira, publicada em início de agosto de 2015, foi de Luiz Trabuco, presidente do Bradesco, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo. O banqueiro declarou que "a crise política é mais forte que a própria crise econômica" e que era “hora de convergência, não hora de divergência”. Para justificar sua posição, Trabuco se utiliza de uma metáfora da aviação para se referir a crise política: “é preciso consertar este avião voando”, pois "é impossível você pegar um país que esteja voando e dizer: vou aterrissar e fazer [o concerto]" (Folha de São Paulo, 08.08.2015). Em seguida, acrescentou que somente os instrumentos de política econômica não são suficientes, é necessário construir consensos: “uma política fiscal austera só não basta, uma política monetária arrochada só não basta, porque tenho de ter a grandeza de fazer convergência”. Para tanto, era necessário "sair desse ciclo do quanto pior, melhor”, questionando em seguida: “Melhor para quem? Para o Brasil, não é. As pessoas precisam ter a grandeza de separar o ego pessoal do que é o melhor para o país" (Folha de São Paulo, 08.08.2015).

A segunda manifestação ocorreu no dia 23 do mesmo mês — anterior a operação de enquadramento do governo em prol da permanência do ministro da Fazenda —, o banqueiro Roberto Setúbal, presidente do Itaú, declarou ao Jornal Folha de São Paulo que não havia condições para um impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pois "não há nenhum sinal de envolvimento dela com esquemas de corrupção” e que as denúncias de pedaladas fiscais “não

seriam motivo para tirar a presidente do poder”, justificando que até “presidentes anteriores a ela passaram por situações semelhantes" (El País, 24.08.2015).

De outro lado, Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) paulista — ao qual também pertencia o vice-presidente da República, Michel Temer — converteu-se em um ator crítico central do governo e um dos porta-vozes da campanha “Não vou pagar o pato”, que criticava as medidas de reajuste tributário e criação de novos impostos, assim como redução das desonerações fiscais que o setor se beneficiava através do Plano Brasil Maior, criado no primeiro mandato. A partir de dezembro de 2015, um pato de borracha gigante instalado seria visto na frente ao prédio da entidade na Avenida Paulista na cidade de São Paulo (SP) em protesto à política econômica do Governo, inicialmente calcado na reivindicação do pedido de renúncia ao cargo e depois, após mudanças da situação no campo político, do *impeachment* de Dilma. Entre os adeptos desde o princípio do “Fora Dilma” também estariam Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Flavio Rocha (presidente da Riachuelo).

Mas, de modo geral, a narrativa “consensual” disseminada pelos veículos de mídias e porta-vozes, os chamados “analistas e especialistas em assuntos econômicos”, era de que a possível saída de Levy, apesar do “enfraquecimento” de sua posição frente ao próprio governo e ao Congresso Nacional, era uma “perda ainda não precificada” pelo mercado por ser ainda “o avalista mais importante da frágil estabilidade da economia brasileira” (Época, 23.11.2015). Tal estratégia se baseia na retórica do medo e do risco de catástrofe quando a saída de Levy era apontada no campo dos possíveis com alto risco: a ideia disseminada era que havia a “convicção” de que, se estava ruim com ele, “seria muito pior sem ele” (Época, 23.11.2015).

Em matéria de capa intitulada “O Ministro Rebaixado” (veja abaixo a figura 16) publicada pela revista ÉPOCA em novembro de 2015, a narrativa de risco acerca dos efeitos catastróficos de uma hipotética queda de Levy é legitimada e reproduzida por Gustavo Loyola (ex-presidente do Banco Central durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e porta-voz da ala dos economistas ortodoxos, sendo notabilizado pela participação pela implementação do Plano Real), onde declarou que o “baque [causado pela saída de Levy] atingiria de forma expressiva o mercado financeiro antes de chegar à economia real [...] O mercado ainda não precificou a saída do Levy, se isso começar a acontecer, esperem o dólar a 5 reais” (Época, 23.11.2015). Para o ex-presidente do Banco Central, era um consenso no

mercado que “apesar de tudo, o Levy ainda é a pessoa indicada para estar onde está” (Época, 23.11.2015).

Figura 6. Capa da revista ÉPOCA abordando o enfraquecimento do ministro Levy



Fonte: Acervo online da revista ÉPOCA.

O último grande contencioso viria a ocorrer quando a presidente Dilma Rousseff enviou ao Congresso, em dezembro de 2015, uma nova proposta para reduzir a meta de *superávit* primário de 2016 para 0,5% (30,58 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB), diante dos 0,7% (R\$ 43,8 bilhões) defendido anteriormente pelo ministro da Fazenda, e respaldado por ela. A mudança buscava evitar o corte de R\$ 10 bilhões do Programa Bolsa Família no próximo ano e de outros programas sociais, proposto pelo relator-geral do Orçamento no Congresso, deputado Ricardo Barros (PP-Paraná). Quando questionado sobre a possibilidade de redução da meta, o ministro Joaquim Levy declarou que, com a mudança, a “conta não ficava de pé”, classificando a possibilidade como “inconveniente” e um “equivoco” a mistura da discussão da meta fiscal com o corte do programa: “A meta é a meta. Bolsa Família é bolsa família” (Estadão, 15.12.2015).

A cena gerou constrangimento e reações no campo político por dois motivos: o primeiro é que na semana anterior, o ministro havia “ameaçado” deixar o governo se a meta fosse

reduzida; e o segundo, se deve ao fato de que um dia antes do envio da revisão, em conversa com líderes partidários, Levy reafirmava o compromisso do governo com a meta de esforço fiscal de 0,7% do Produto Interno Bruto para o ano de 2016, ou seja, a decisão havia sido tomada sem conhecimento do próprio ministro. Este fato gerou reação indignada da presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, Rose de Freitas (PMDB–Espírito Santo), que durante os debates da comissão, protestou que não havia participado das negociações acerca da mudança e que tinha se reunido com o ministro naquele dia e ele havia afirmado que não fora consultado:

“O governo tem uma maneira de agir que nos deixa numa posição muito incômoda. Você tem de discutir superávit com o ministro. Eu perguntei a ele (Levy) se tinha participado de alguma reunião sobre mudança de superávit. Ele disse que não tinha participado de nenhuma” (O Globo, 15.12.2015).

Ao rever o acordo e flexibilizar o engajamento na postura em defesa da austeridade, Dilma desautorizou Levy novamente. Após o episódio, questionado em entrevista à Reuters ao chegar para reunião com o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-Alagoas), o ministro fez apenas um único comentário: “Estou ligeiramente ofuscado” (Reuters, 16.12.2015). A mensagem era clara: o ministro estava definitivamente “enfraquecido”.

6.2. Momento crítico: Disputas entre Dilma, Lula, o Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais

A relação de Dilma com o seu partido começou a tensionar logo após a reeleição. Em novembro de 2014, a executiva nacional do PT publicou uma resolução onde realiza críticas duras ao candidato derrotado Aécio Neves (PSDB), afirmando que o então senador representava “o retrocesso neoliberal” e as “piores práticas políticas, entre elas, o machismo, o racismo, o preconceito, o ódio, a intolerância e a nostalgia da ditadura militar” (Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2014, p. 2), além do documento defender um projeto de “hegemonia” e a regulação dos meios de comunicação. Questionada, em entrevista a jornalistas, sobre a posição do partido, Dilma Rousseff declarou que não “representava o PT”, a saber:

Eu não represento o PT. Eu represento a Presidência da República. A opinião do PT é a opinião de um partido. Não me influencia, **eu represento o país. Sou presidente dos brasileiros.** Acho que o PT, como qualquer partido, tem posições de parte e não do todo, é deles, é típico (O Globo, 07.11.2014).

Nesse caso, Dilma opera sua justificação a partir da lógica da *citée* cívica ao ao generalizar suas obrigações e, portanto, as ações do governo como orientada pelo interesse comum, ou seja, se guiando por atender os princípios que considerassem a visão do povo como um todo, para além das opiniões de um grupo específico, como o Partido dos Trabalhadores.

A relação entre o Governo e o Partido dos Trabalhadores, a partir de então, se torna cada vez mais conflituosa e repleta de disputas públicas, principalmente, no que se refere à política econômica de ajuste fiscal e a presença de Joaquim Levy. O primeiro crítico de “peso” foi o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que desde o princípio declarou: “O erro fatal foi convidar Joaquim Levy para assumir o Ministério da Fazenda”. É importante ressaltar que Lindbergh defendia o maior protagonismo do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, nas decisões econômicas, através do fortalecimento da ala desenvolvimentista do governo (dentro do partido, o entendimento era que Barbosa era mais moderado e, portanto, aceitável) e a saída de Levy do cargo.

Em artigo intitulado “*Mudar a política econômica, unificar a base social e enfrentar o golpe*” enviado a militantes e a vários veículos de comunicação, o senador declarou sobre a política econômica em vigor: “Essa política econômica neoliberal de Levy não é a nossa, nem Dilma foi eleita com essas propostas. Dizer que inexitem alternativas é falso, basta ler o debate econômico brasileiro e internacional e verificar que as alternativas existem, sim” (Estadão, 08.07.2015). Segundo o senador, o governo deveria mudar a política econômica, pois “não se atira contra a própria tropa, contra aqueles que podem sair às ruas em defesa da legalidade democrática”. Por fim, recorre a uma metáfora do campo da música ao declarar que era preciso “esquecer um pouco o Levy e seu samba de uma nota só do ajuste fiscal” (Estadão, 08.07.2015).

A presidenta Dilma Rousseff, ao longo dos episódios, respondeu às críticas do senador Lindbergh dirigidas ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Para a presidenta, o parlamentar “equivocava-se bastante” ao questionar a composição da equipe econômica do governo. Em entrevista coletiva em visita à Cidade do México (México), a presidenta declarou:

Acho que o senador Lindbergh Farias se equivoca bastante quando faz essa diferenciação entre o ministro Joaquim Levy e o ministro Nelson Barbosa. Eles têm uma posição de unidade em torno do ajuste fiscal. Acho que o senador está tentando construir conflito onde não existe. As posições do Joaquim Levy e do Nelson Barbosa no governo são extremamente estáveis. Nunca houve, desde o momento que eles assumiram as suas funções, nenhum problema com eles (Diário de Pernambuco, 27.05.2015).

Para a presidenta, a posição divergente do senador Lindbergh **“não era unânime no PT”** e que **“a gente não pode tomar a parte pelo todo. O senador é responsável pela sua compreensão do processo, o PT jamais externou esse tipo de posição”** (Diário de Pernambuco, 27.05.2015). Nesse sentido, a presidente justifica-se a partir da *Cité* cívica ao desqualificar a crítica do Senador por esta não ter generalidade, mas sim constituir uma opinião isolada, particular de Lindbergh. Para tanto, mobiliza, inclusive, o seu partido (sujeito valorizado) como ponto de referência legítima, ao apontar que essa não é uma crítica consensual dessa instituição, mas unicamente uma posição do senador.

Entretanto, outros atores relevantes do Partido dos Trabalhadores passaram a publicizar as críticas à condução econômica da presidenta. Em entrevista à Folha de São Paulo, em outubro de 2015, o presidente do partido, Rui Falcão, criticou a política econômica, defendendo ser **“importante mudar a política econômica, [para] que se libere crédito para investimento, para consumo. É uma forma de fazer a economia rodar”**. E caso o ministro da Fazenda não cumprisse, devia **“sair se não quiser mudar política econômica”** (Folha de São Paulo, 18.10.2015). Quando questionada em uma entrevista coletiva em Estocolmo, na Suécia, sobre a crítica de Rui Falcão sobre Levy, Dilma respondeu:

“Eu acho que o presidente do PT pode ter a opinião que ele quiser. Não é a opinião do governo. Então, a gente respeita a opinião do presidente do PT, até porque ele é o presidente do partido que integra a base aliada, do partido mais importante, mas isso não significa que ela seja a opinião do governo” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022, 2019).

E em seguida, afirmou categoricamente que seu ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ficaria no cargo. **“Se ele fica, é porque concordamos com a política econômica dele. Não tinha**

nenhuma insatisfação dele. Eu não sei como é que saem essas informações, elas são muito danosas” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022)⁵³.

Podemos constatar que as justificações a partir da ordem cívica, como as citadas acima, são recorrentemente utilizadas pela presidenta Dilma. Em cerimônia de inauguração da Unidade de Secagem e Armazenagem da Cooperativa Regional dos Assentados de Porto Alegre (COOTAP), ocorrida em 20 de março de 2015, o João Pedro Stédile, líder da direção Nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST) criticou o ministro da Fazenda ao declarar que “nenhum ministro deve se sentir superior ao povo” e recomendou que eles sejam “mais humildes” e prosseguiu a crítica mirando para a política de juros como abusiva (O Globo, 20.03.2015):

Ser mais humilde não é pra ir para o céu, é para ouvir o povo, as nossas organizações, para saber onde tem problema. Por que o seu Levy não vem discutir conosco? Não é só cortar e cortar. Podemos baixar a taxa de juros. Chame o povo para baixar a taxa de juros (O Globo, 20.03.2015).

Em seguida, Stédile criticou a política de ajuste fiscal praticada pelo Governo, classificando como “injusta” em virtude de penalizar os pobres e poupar os mais ricos: “queremos o equilíbrio fiscal, mas quem tem que pagar a conta são os milionários” (Valor Econômico, 20.03.2015).

Após a cerimônia, em coletiva de imprensa, quando questionada por um jornalista se aceitava essa crítica, a presidenta justificou que considerava que o Stédile fazia eram, na verdade, “sugestões”, uma estratégia que “ameniza” a força da operação crítica realizada pelo denunciante. Em seguida, Dilma declara:

Ele tem a concepção dele, e eu tenho a minha concepção. **A concepção de um Movimento é uma, de um Governo é outra. Um governo olha para o país e vê vários setores, não vê só agricultura familiar.** Nós olhamos para o país e vemos também o agronegócio, nós olhamos o país e vemos todas as reivindicações. **Acho que é absolutamente democrático a crítica dele. Agora, entre a crítica ser democrática e a gente aceitar a crítica há uma pequena distância** (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

⁵³ Novamente, em dezembro de 2015, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, voltou a crítica publicamente com uma mensagem de fim de ano intitulada *Uma nova e ousada política econômica para 2016*, o texto diz que o governo da presidenta Dilma Rousseff precisava “se concentrar na construção de uma pauta econômica que devolva à população a confiança perdida após a frustração de seus primeiros atos”. Nele, Rui Falcão critica o ajuste e prega a adoção de medidas propostas pelas centrais sindicais e por movimentos sociais: “Chega de alta de juros e de cortes em investimentos” (REVISTA FORUM, 2015, *online*).

Nesse episódio, a presidenta recorre lógica da *Cité* cívica ao justificar que sua postura enquanto governo se orienta pelo princípio do interesse comum ao “olhar para o PAÍS”, buscando atender os interesses do povo brasileiro como um todo, e não apenas de um grupo específico. Para tanto, mobiliza o setor do agronegócio para evidenciar que a concepção e os interesses daquele grupo (no caso, o movimento da agricultura familiar, liderado por Stédile) constitui uma entre múltiplas da sociedade brasileira, as quais olhava também.

Contudo, a grande disputa pública, criada e especulada constantemente em torno da permanência do ministro Levy — que pode ser descrita pela máxima “Fica Levy” X “Fora Levy” — ocorre entre a própria presidenta Dilma Rousseff e o seu antecessor ex-presidente Lula da Silva. O fato curioso dessa dinâmica é que as críticas de Lula são relacionais e se distinguem ao longo do período e contextos analisados. Ora ele critica contundentemente, ora ele apazigua os ânimos e indica para que Dilma “blinde” o ministro.

No primeiro caso, em reunião com senadores da base aliada, o ex-presidente Lula declarou que o modelo econômico de Levy estava “exaurido” e que tinha “prazo de validade”, pois só falava em ajuste fiscal (Estadão, p. A6). Dias após, quando questionada sobre a fala de Lula em entrevista coletiva após reunião do G20 em Antalya na Turquia em 16 de novembro de 2015, a presidenta Dilma declarou: “Eu não só gosto muito do presidente Lula, como o respeito. Mas não concordamos e não temos de concordar com todas as avaliações” e prossegue:

A minha avaliação do ministro Joaquim Levy, eu repito mais uma vez, **eu considero o ministro Joaquim Levy, sobretudo, um grande servidor público. O ministro tem compromisso com o País, compromisso com a estabilidade do País.** Acho extremamente nocivo e negativo para o País **as especulações que vira e mexe são feitas** quanto ao ministro Joaquim Levy. **Que me obriguem, também, de forma sistemática, vir a público e reforçar que o ministro Joaquim Levy fica onde está.** Então, sistematicamente eu faço isso. Agora acho também que isso não contribui para o País. **E eu não tenho que concordar com tudo que pessoas das quais eu gosto imensamente pensam.** Até porque somos todos adultos e **cada um de nós pode ter a sua forma de encarar a realidade diferentemente.** Mesmo considerando que, no geral, a gente concorda. No geral, quanto ao País (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da pesquisa, 2022).

Nesse caso, podemos ver que Dilma busca justificar sua posição de discordância de Lula transitando entre dois mundos: a partir da *Cité* da opinião (ao expressar consideração pela figura e pela opinião de Lula, que é um líder influente (grandeza) e que goza de sua estima, porém

evoca o direito de divergência de opiniões) e *Cité* cívica (quando referência a figura de Levy com valores característico desse mundo, ou seja, como um servidor distinto e comprometido com a coisa pública com relação ao objeto mobilizado, a “estabilidade econômica do país”, conferindo “dignidade” ao sujeito alvo de crítica).

Em outro momento, amenizando o tom, Lula declarou que seria “desleal” com a presidente Dilma Rousseff pedir a saída do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Com a intenção de simbolizar o total apoio a indicação do ministro da Fazenda, em entrevista de rádio em Salvador, Lula declarou que a indicação do ministro após a reeleição de Dilma teria sido a melhor notícia: “Eu disse ao próprio Levy, numa visita no meu escritório, de que a melhor notícia que Dilma tinha dado depois da vitória dela foi a indicação de Levy” (G1, 18.11.2015).

Em 29 de outubro de 2015, o ex-presidente Lula da Silva reconheceu que houve erros de avaliação do governo sobre a situação econômica do país e defendeu o ministro da Fazenda, afirmando que o programa de ajuste da economia, com cortes de gastos e alta de impostos, já estava posto antes de Levy assumir o cargo. Para o ex-presidente, Dilma estava “certa em propor o ajuste”, porque, o governo do PT em 2014 teria “dado muito subsídio e desoneração, arrecadando menos do que a gente gasta. Era preciso dar um jeito nisso” (Valor Econômico, 29.10.2015). Em seguida, Lula criticou os petistas que pediam a saída do ministro da Fazenda: “Tem companheiro que fala ‘fora Levy’ com a mesma facilidade com que falávamos ‘fora FMI’. Não é a mesma coisa [...] O programa de ajuste estava feito antes do Levy [chegar ao governo].” (Valor Econômico, 29.10.2015).

Ao longo do período, os principais jornais especulavam que Lula estava fazendo campanha para a substituição do ministro por Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central em seu governo. Quando questionado, em entrevista à *GloboNews*, Lula criticou sobre o que ele chamou de “boatos”: “Somente a Dilma é que sabe. Eu estou vendo muito boato, muita bobagem. Eu não gostaria [que Levy saísse]. Eu, às vezes, vejo coisa escrita que eu fico pasmo. ‘O Lula quer tirar o Levy’. Eu não quero tirar o Levy nem quero colocá-lo” (G1, 18.11.2015), disse o ex-presidente. Ainda sobre essa questão, a manutenção de Levy, Lula desdobrou:

“O Levy e o ministro da Fazenda é um problema da presidenta Dilma. Você sabe por que eu fiquei cinco anos sem dar entrevista? É porque um ex-presidente precisa tomar muito cuidado para não dar palpite. **É como se um ex-marido fosse aconselhar o atual marido a como cuidar da mulher. O ex-presidente não pode agir assim**” (G1, 18.11.2015).

Nesse caso, observamos que Lula elabora sua justificação a partir da *Cité* doméstica, criticando que uma possível intervenção sua nas decisões políticas do governo de sua sucessora seria equivalente a um ex-marido que intervém na relação de sua ex-esposa com um novo cônjuge: como não há mais relação de dependência e subordinação legítima entre eles, essa atitude o tornaria “pequeno” devido à indiscrição e a falta de bom senso⁵⁴ que estaria incorrendo, o que configuraria uma situação “injusta”. Trata-se de uma “metáfora” que busca criar intimidade com o interlocutor a partir das questões domésticas. Se analisarmos pela perspectiva da sociologia relacional, esse discurso estaria em orquestração com a trajetória do ex-presidente, ou seja, de origem social, de classe popular e sindical, conforme largamente discutido na literatura das ciências sociais (Jardim, 2009; Grün, 2003)

6.3. Análise geral

Todas essas operações discursivas compõe a dinâmica de construção e desconstrução contínua da legitimidade da política econômica e da permanência de Joaquim Levy realizada por diversos atores econômicos, políticos e midiáticos, centrais em tais momentos de disputas públicas. Nessa dinâmica, o “consenso” acerca da ação política do Governo era desfeito e refeito sistematicamente (salienta-se que inúmeras vezes em determinados episódios) pela presidenta da República, com vistas a conferir legitimidade e o restabelecimento do acordo em torno da situação, garantindo ao ministro sua permanência, que, por sua vez, legitimava a crença na política de ajustes.

A fim de ilustração de nossa afirmação, destacamos um episódio em que durante uma viagem na Suécia, Dilma foi questionada em torno de 9 vezes acerca da permanência do Ministro em coletiva de imprensa. Após ter respondido diversas vezes, declarou:

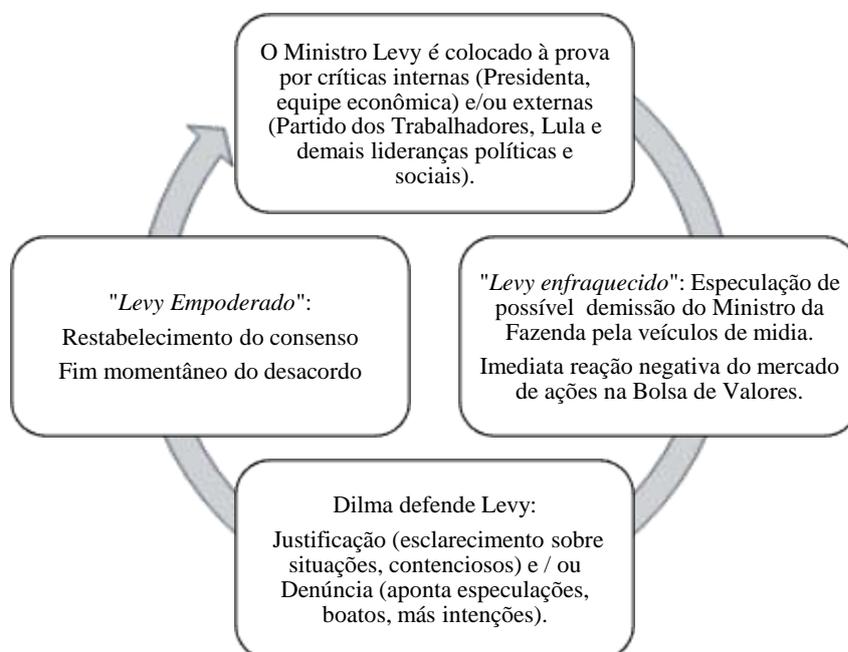
“Não, ele não está saindo do governo. Ponto. Eu não toco mais nesse assunto. Qualquer coisa além disso está ficando especulativo, me desculpa, especulativo. Vocês não farão especulação a respeito do ministro da Fazenda comigo. Não vão fazer. É essa a minha fala final. E, a partir de agora, não vou mais responder a respeito do ministro Levy. Porque, vocês me desculpem, isso é fantástico, a política econômica dele, se ele fica, é porque nós concordamos com ela” (Discurso de Dilma Rousseff, Dados da Pesquisa, 2022).

⁵⁴ O bom senso, a qualidade de ser reservado/ a discrição são características valorizadas nesse mundo, assim, constituem valores que definem o estado de grandeza de um ser na *Cité* doméstica.

Nesse caso, a presidenta se vale dos mecanismos de negação da crítica ao acusar os jornalistas de fazerem “especulações”, de produzirem “boatos” acerca das relações com o ministro da Fazenda. De acordo com Grün (2008), os boatos são “manifestações espúrias, cuja veracidade é posta em dúvida, imediatamente, pela sua simples nomeação: se alguma informação recebe a qualificação de boato, a sua veracidade é automaticamente posta em dúvida” (Grün, 2008, p. 625).

Em geral, podemos afirmar que as disputas discursivas envolvendo a posição de Joaquim Levy se desenrolam em uma dinâmica alternada em três etapas ao longo de sua gestão à frente do Ministério da Fazenda: no primeiro momento, os jornalistas são informados de que o ministro está incomodado com alguma situação dentro do governo; no segundo, o noticiário divulga que “Levy está enfraquecido” e pode deixar o cargo; na última, a presidenta Dilma vinha a público emitir um sinal de apoio ao ministro, legitimando as medidas defendidas por ele, que então se tornava “empoderado” novamente. Abaixo, apresentamos um esquema desse processo:

Figura 7. Sequência da dinâmica de momentos críticos relativa ao Ministro da Fazenda



Fonte: Elaboração própria.

Ao final de 2015, após 11 meses à frente do Ministério da Fazenda, Joaquim Levy pediria demissão do cargo em 18 de dezembro de 2015. Após alguns dias, a presidenta Rousseff viria a indicar como substituto o ministro Nelson Barbosa (desenvolvimentista), interpretado como uma “solução caseira”.

Conforme o discurso repercutido por diversos jornais, Barbosa e Dilma, formavam uma “chapa puro-sangue” e, portanto, era um “risco permanente” a economia (Furlan e Branco, 16.02.2016). Para a grande imprensa, a dupla Barbosa-Dilma marcava “a vitória do ajuste fiscal “brando” ou “moderado” sobre um ajuste fiscal mais “duro” ou “linear”” (Costas e Schreiber, 18.12.2015), essa mudança representava o “triunfo do pai da Matriz” (Época, 18.11.2015) na disputa. Em termos simbólicos, seria definitivamente o regresso do fantasma da “Nova Matriz Macroeconômica” do primeiro mandato, culpabilizado pela propalada ruína econômica do Brasil.

Com as especulações iniciais de recuo nos ajustes da economia, o ministro da Casa Civil, Jacques Wagner⁵⁵, afirmaria que a saída de Joaquim Levy do Ministério da Fazenda não significava o fim do ajuste fiscal, pois “quem banca a política econômica não é o ministro da Fazenda [...] quem banca a política econômica é a presidenta da República” (G1, 18.12.2015) e prometeu trabalhar como um “vigia rigoroso” no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Correio Braziliense, 18.12.2015).

Ao longo de sua atuação à frente da pasta do Planejamento, Nelson Barbosa buscou ressignificar a sua imagem construída pela imprensa. Em episódio ocorrido em outubro de 2015, Barbosa reagiu em nota à grande imprensa com intuito de desfazer a avaliação de que seria um contraponto de oposição à política de ajuste do ministro Levy, afirmando que já tinha manifestado publicamente que defendia uma reforma da Previdência para garantir a sustentabilidade do atual regime de repartição, mesmo em um contexto de rápida mudança demográfica. Ao assumir a pasta do Planejamento, em janeiro de 2015, Barbosa afirmaria que eram “necessários alguns ajustes na política econômica; [...] ajustes, que, apesar de seus eventuais impactos restritivos no curto prazo, [seriam] necessários para recuperar o crescimento nos próximos quatro anos”. Entretanto, para o ministro empossado, os “ajustes nunca são um fim em si mesmos”, mas, sim, “medidas necessárias para a recuperação do crescimento da

⁵⁵ Cursou engenharia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1969, porém não concluiu. Foi um dos fundadores e presidente (1987 e 1989) do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Plásticos e Afins da Bahia (Sindiquímica). Iniciou a vida partidária filiando-se em 1980 ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atuou como Deputado Federal / BA por três mandatos (1991-2003), Governador da Bahia por dois mandatos (2007-2014). Foi Ministro do Trabalho e Emprego e Ministro de Relações Institucionais no Governo Lula; Ministro da Defesa e Ministro Casa Civil no Governo Dilma

economia, que por sua vez é condição indispensável para continuar nosso projeto de desenvolvimento econômico” (Barbosa-Filho, 2015, p.2).

Quando empossado na pasta da Fazenda, Nelson Barbosa fez uma defesa enfática do ajuste fiscal em sua mensagem na divulgação do Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2016, no qual reafirmou o compromisso com a solidez fiscal enquanto “caráter permanente no compromisso do governo com a sociedade brasileira” (Ministério da Fazenda, 2016, p.5). Na mensagem, defende que a retomada do crescimento econômico sustentável, guiada pelo retorno do investimento e da produtividade, só pode ser atingida através de “uma trajetória de endividamento público sustentável, por meio de resultados fiscais perenes, devolveremos aos agentes econômicos a previsibilidade e a confiança necessárias para o retorno dos investimentos privados”, classificados por ele como o "vetor principal de dinamização da economia brasileira" (Ministério da Fazenda, 2016, p.5). Para tanto, se comprometeria com reformas fiscais de longo prazo, além de pautas apontadas anteriormente, como a defesa da importância de aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), destacadas ao longo da curta gestão que seria interrompida pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff do cargo, em maio de 2016.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que apresentamos faz parte de uma ampla agenda de pesquisa, iniciada por nós durante os primeiros anos da graduação em ciências sociais, quando buscamos investigar as tomadas de decisões e os momentos de mudanças pendulares das ações governamentais em política econômica do Estado brasileiro durante os anos do Governo Dilma Rousseff (2011-2016), que em nossa perspectiva ora se aproximam da defesa da expansão dos gastos público, ora na defesa da disciplina fiscal e redução da capacidade do Estado gastar.

Nesse contexto, nosso texto busca contribuir na literatura que estuda o governo Dilma Rousseff, indicando, a partir dos discursos proferidos por ministros da equipe econômica do Governo Dilma, as principais mudanças e justificativas para a inserção de uma política de ajuste fiscal no segundo governo Dilma. A originalidade da pesquisa é pontuar que, apesar da defesa visceral de uma política econômica heterodoxa, com maior gasto público, tanto durante os anos Lula (Jardim e Moura, 2021) e ainda no primeiro governo Dilma, a presidenta promove uma oscilação pró-austeridade no seu segundo governo, ao indicar Levy para a pasta da Fazenda e se deslocar da crença representada pela máxima “Gasto é vida”, característica da visão de mundo dos governos petistas, para reproduzir a crença de “Ajuste [fiscal] é vida”.

Argumentamos que para colocar em prática esse discurso de “Ajuste é vida”, quando reeleita, a presidenta realizou o que seria o “*tournant de la rigueur*” da política econômica de seu governo, ao promover uma mudança radical calcada na promessa de “ajustar para voltar a crescer” (Agência Brasil, 02.06.2015). Nesse cenário, houve produção discursiva sobre as causas que teriam sido a gênese explicativa para a situação que exigiu a reorientação da ação política do governo. Da mesma forma, temos uma disputa simbólica acerca da deterioração econômica que se inicia no final de 2014, com destaque para a narrativa produzida pelos economistas heterodoxos (moderação da política fiscal nos investimentos públicos e perda da capacidade de impulsionar a demanda agregada) e a narrativa ortodoxa (excesso de intervencionismo, descontrole das finanças traduzido em gastança desenfreada), sendo essa última a tese reproduzida pelo jornalismo especializado em economia, por políticos da oposição e por agentes econômicos diversos.

No que se refere ao “diagnóstico” da dita “crise fiscal” de 2015, os discursos de Rousseff e Levy apresentam pontos convergentes, como os efeitos prolongados da crise internacional (queda do preço das commodities), desequilíbrio da balança comercial e choque externo causado por pressões da desvalorização cambial, choque no preço dos alimentos e da

energia causados por grave seca no nordeste e sudeste. Após análise dos discursos proferidos por Levy e Dilma, destacamos a divergência acerca das causas que engendraram a crise: a interpretação acerca das políticas anticíclicas, principalmente, das desonerações e renúncias fiscais. Enquanto nos discursos de Dilma essa política é classificada de forma positiva, defendida como responsável por ter protegido os empregos, a renda da população e por ter absorvido os impactos da crise internacional iniciada em 2008, nos discursos de Joaquim Levy essa política é desclassificada ao ser categorizada como “rudimentar”, “ineficiente”, “extremamente cara”, “negócio grosseiro”.

Para Bourdieu (2001), a economia que o discurso neoliberal constitui como dito “modelo deve um certo número de suas características, pretensamente universais, ao fato de que está incrustada (*embedded*) em uma sociedade particular, isto é, enraizada em um sistema de crenças e valores e uma visão moral do mundo, em suma, um senso comum” (Bourdieu, 2001, p. 29). Podemos concluir que, a partir de Grün (2017), a austeridade econômica é, antes tudo, uma questão cultural; no caso brasileiro, surge então no argumento como uma sequência da necessária austeridade moral, que faltaria aos brasileiros e seria a razão última de seus problemas e atrasos do país. Como visto, os movimentos pendulares em direção à ousadia antidóxica dos governos petistas acionaram a sequência de escândalos que buscavam evidenciar a necessária austeridade moral, “deflagrando um enquadramento cognitivo que torna óbvia a necessidade de ciclos de austeridade” (Grün, 2017, p. 138).

Em termos de desdobramento da estratégia escolhida pelo governo, esta viabilizou o processo de erosão de sua legitimidade como condutora da política econômica, ainda que se encontrasse jogando as regras do jogo, ou seja, aplicando o “receituário” à risca diante das circunstâncias. É partir desse ponto, que a disputa de narrativas e, conseqüentemente, de visões de mundo é definida: o fim da ousadia antidóxica representaria o decreto do fracasso do Governo Dilma na disputa pelo sentido do fazer econômico, revelando uma drástica “mudança pendular” em termos de “poder cultural e simbólico no campo do poder brasileiro” (Grün, 2017, p.139).

Com a incorporação da crítica *mainstream*, percebemos o deslocamento deste grupo para uma posição submissa no campo das políticas econômicas, encarnando o senso de lugar aventado recorrentemente como meros “fazedores da lição de casa”, abrindo margem para outros atores e grupos sociais restabelecessem sua capacidade de impor uma “nova” equivalência moral acerca de tais políticas. Nesse contexto, nos aproximamos de Grün (2018) ao considerarmos que os elementos sociopolíticos que pavimentaram a instrumentalização dos

escândalos — como, por exemplo, a invenção da pedalada fiscal, representada como artefato simbólico e jurídico da ideia de crime fiscal (a “jabuticaba orçamentária”) naquele momento — foram produzidos com a finalidade de alterar o jogo político, que teve como resultado a concretização do *impeachment* e a inserção de agentes e grupos políticos comprometidos de forma intrínseca e programática com as políticas ortodoxas e na imposição da doxa econômica, que em suma pode ser traduzida na expressão “o déficit fiscal (o gasto público) é o grande problema do Brasil”.

As consequências das estratégias de incorporação do discurso econômico *mainstream* e as tomadas de posição da gestão petista face o percurso das mudanças profundas no quadro de forças no campo do poder no contexto pós-eleições de 2014 pode ser esboçado metaforicamente pela expressão literária lapidada por Ligia Fagundes Telles em *Ciranda de Pedra*: “...um dia, um besouro caiu de costas. E besouro que cai de costas não se levanta nunca mais” (Telles, 2009, p.22). Naquele momento em específico, “cair de costas”, ou seja, os atos que expressaram a escolha pela submissão e adesão (ainda que protocolar) a lógica do dever de casa, de recrudescimento das práticas antidóxicas e de pinçar a questão fiscal como ponto central e “calcanhar de Aquiles” da agenda macroeconômica, da realização de um movimento pendular em retorno ao polo pró-austeridade, o governo Dilma encontrou diante de si as próprias armadilhas arquitetadas em um espaço social em ebulição de condições políticas adversas ao grupo alçado 13 anos antes ao governo federal.

Em um plano macrossociológico, o retorno ao debate da “jabuticaba fiscal” recolocou esse grupo político, o PT, no seu lugar de origem, ou seja, como meros amadores na condução econômica e política, os quais deveriam apenas fazer a tarefa econômica de forma a manter a ordem social do mundo. Com a escolha pela inflexão via austeridade naquele momento crítico, o governo petista teria viabilizado uma ruptura com a revolução simbólica iniciada no governo Lula (Jardim, 2018) e aprofundada consideravelmente durante seu próprio governo, conforme demonstramos ao longo desta pesquisa. Por fim, pontuamos a temporalidade e limitação da cena aqui descrita ao lócus restrito dos anos 2015 e 2016, pois, conforme a história demonstraria a seguir, a luta pela dita “normalidade” no campo da produção de políticas econômicas não tem fim.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.16, n.2, p.35-64, 2004.
- ACHARD, P. *Registre discursif et énonciation : induction sociologique à partir des marques de personne. Le Congrès des Députés du peuple d'URSS en 1989*. In: **Langage et société**, n°71, 1995. pp. 5-34.
- ADACHI, V.; MARQUES, F.; JURGENFELD, V.; PINHEIRO, V.; LOPES, F.; OYAMADA, A; ROSA, S. Mercado financeiro comemora escolha de Joaquim Levy [Online]. Valor, 24.11.2014. Disponível em: <https://bit.ly/3CfgiMg>. Acesso em: 19/09/2010.
- AGÊNCIA BRASIL. Dilma diz que ajuste fiscal é imprescindível para Brasil voltar a crescer. Brasília, 02.06.2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-06/dilma-diz-que-ajuste-fiscal-e-imprescindivel-para-brasil-voltar-crescer>. Acesso em: 06/08/2018.
- AGÊNCIA BRASIL. Febraban apresenta sugestões para reduzir inadimplência e *spread* [Online]. 10.04.2012. Disponível em: <https://bit.ly/3b5KH3E>. Acesso em 20.09.2020.
- ALESINA, A.; ARDAGNA, S. 'Tales of Fiscal Adjustment', **Economic Policy**, October, 1998, p. 498-545.
- ALESINA, A; BARBIERO, O; FAVERO, O; GIAVAZZI, F; PARADISI, M. (2017). "The Effects of Fiscal Consolidations: Theory and Evidence", Working Paper, N. 23385, **National Bureau of Economic Research**, May, 2017.
- ALVAREZ, Regina, BARBOSA, Flávia, Fadul, SÉRGIO. PRECISAMOS FAZER MAIS E MELHOR COM MENOS. **O Globo**, 15/10/2005, Economia, p. 33.
- AMARAL, R. B. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- ATHIAS, G. Economista do PT faz críticas à proposta social de Palocci. 21.04.2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2104200312.htm>. Acesso em 23.09.2021.
- BARBOSA-FILHO, N. H. Dez anos de política econômica. In: Emir Sader. (Org.). **Dez anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1ed.Sao Paulo: Boitempo, 2013, v. 1, p. 69-102.
- BARBOSA-FILHO, N. H. **Discurso de posse do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa**. Brasília / DF, 02.01.2015.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERTÃO, N. I. Arno Augustin: o soldado de que Dilma precisa. 22.05.2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/arno-augustin-o-soldado-de-que-dilma-precisa/>. Acesso em 23.09.2021.
- BICHOFFE, A, C. **Métricas sobre o Estado**: por uma sociologia da classificação do risco de crédito soberano Brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência política), Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2017.
- BICHOFFE, A. C. A construção cultural do mercado de risco de crédito soberano brasileiro: entre Estado e mercado. **Agenda Política**, v. 4, p. 34-77, 2016.
- BLANCHARD, O., DELL'ARICCIA, G.; MAURO, P. *Rethinking Macroeconomic Policy*. **Journal of Money, Credit and Banking**, 42, 2010, 199–215.
- BOLTANSKI, L. A moral da rede? Críticas e justificações nas recentes evoluções do capitalismo. **Fórum Sociológico**, 5(6), 2001, p.13-35.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L; THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.
- BORRIELLO, A. “*There is no alternative*’: How Italian and Spanish leaders’ discourse obscured the political nature of austerity,” **Discourse & Society**, vol.28, n°3, p. 241-261, 2017.
- BOSCHI, R. R.; GAITAN, F. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n.53, 2008.
- BOURDIEU, P. **A estrutura social da economia**. Porto: Campos das Letras, 2004
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 1997
- BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Editora Zouk, 2002.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**. São Paulo: Jorge Zahar, p.7-108, 2001.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos**: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6 a ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

BRASIL. CONGRESSO. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Oposição crítica em Plenário orçamento deficitário enviado por Dilma. Brasília, 01.09.2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/469000-oposicao-critica-em-plenario-orcamento-deficitario-enviado-por-dilma/>. Acesso em 20/09/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Brasil precisa do ajuste fiscal para voltar a crescer, diz Levy, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2015/julho/brasil-precisa-do-ajuste-fiscal-para-voltar-a-crescer-diz-levy>. Acesso em 15/09/2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Dívida Pública Federal: Plano Anual de Financiamento 2016. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, jan., n. 16, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Estratégia de crescimento num cenário mundial adverso**. Seminário Econômico FIESP – LIDE. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2OLq2K2>. Acesso em 28. 05. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Política econômica e reformas estruturais**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://joserobertoafonso.com.br/attachment/6639>. Acesso em 28. 05. 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Dívida Pública Federal**: Plano Anual de Financiamento 2016. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, n.16, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Brasil Maior: Inovar para competir. Competir para crescer. s/d. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2012/09/cartilha_brasilmaior.pdf. Acesso em 20/08/2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Biblioteca. **Conteúdo presidencial digital**: ex-presidentes. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em 03/07/2017.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Programas de Ajuste Fiscal**.

Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/programas-de-ajuste-fiscal. Acesso em: 12/10/2017.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial. 09.12.2014. Disponível em:

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em 28/06/2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20/07/2017

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Macroeconomia da estagnação: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: Do Boom ao Caos Econômico**. São Paulo: Todavia, 2018

CASTRO, G. Dilma diz que pessimismo é mais intenso que a realidade, 17.07.2013.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/dilma-diz-que-pessimismo-e-mais-intenso-que-a-realidade/>. Acesso em 20.10.2021.

COCTEAU, J. **Visão invisível**. Lisboa: Sistema Solar, 2016.

CORREIO BRASILIENSE. Mantega defende redução da demanda e do crédito para pessoas físicas. 26.04.2011. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2011/04/26/internas_economia,249564/mantega-defende-reducao-da-demanda-e-do-credito-para-pessoas-fisicas.shtml. Acesso em 23.09.2021.

CORREIO BRAZILIENSE. Jacques Wagner: saída de Levy não implica em fim de ajuste fiscal [Online]. Correio Braziliense, 18.12.2015. Disponível em: <https://bit.ly/3dgVysZ>. Acesso em: 25.11.2021.

COSTAS, R.; SCHREIBER, M. Indicação de Barbosa marca vitória de 'ajuste brando' sobre 'ajuste duro' [Online]. BBC News Brasil, 18.12.2015. Disponível em: <https://bbc.in/3rjiO1u>. Acesso em: 25.11.2021.

CRUZ, P. Arno Augustin, o homem forte do Ministério da Fazenda?, 13.06.2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/dilma-diz-que-pessimismo-e-mais-intenso-que-a-realidade/>. Acesso em 23.09.2021.

CRUZ, V; ALENCAR, K. Lula bancou ajuste forte, afirma Palocci. 21.12.2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56649.shtml>. Acesso em 23.09.2021.

CUCOLO, E.; PATU, G.; NOGUEIRA, Í.; SOARES, P.; FRIEDLANDER, D.; FRAGA, E.; CARNEIRO, M.; SCIARRETA, T. Fazenda terá 'workaholic' de ideias firmes e tão turrão

quanto Dilma. Folha de São Paulo, 27.11.2014. Disponível em: <https://bit.ly/3masrNa>. Acesso em: 06/08/2021.

CUCOLO, E.; PATU, G.; NOGUEIRA, Í.; SOARES, P.; FRIEDLANDER, D.; FRAGA, E.; CARNEIRO, M.; SCIARRETA, T. Fazenda terá 'workaholic' de ideias firmes e tão turrão quanto Dilma [Online]. **Folha de São Paulo**, 27.11.2014. Disponível em: <https://bit.ly/3masrNa>. Acesso em: 06/08/2021.

CUT. **Nota das Centrais**: Em defesa dos direitos e do emprego. 2015. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/nota-unificada-das-centrais-sindicais-em-defesa-dos-direitos-e-do-emprego-bc04>. Acesso em 01/08/2019.

DE BOLLE, M. B. **Como matar a borboleta-azul**. Uma crônica da era Dilma. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, 272p.

DEZALAY, Y; GARTH, B. A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000, vol.15, n. 43, pp. 163-176.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Dilma defende Levy e diz que Lindbergh equivoca-se bastante ao criticar equipe. Pernambuco, 27.05.2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/05/27/interna_politica,578546/dilma-defende-levy-e-diz-que-lindbergh-equivoca-se-bastante-ao-criticar-equipe.shtml.

Acesso em 28/09/2018.

DUALIBI, J; BOMBIG, J. A. Governo deu "cavalo-de-pau" na economia, afirma Dirceu. 24.05.2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49381.shtml>. Acesso em 23.09.2021.

EL PAÍS. Contra pressão do PT para tirar Levy, Dilma repete seis vezes que ele fica. São Paulo, 19.10.2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/19/politica/1445208016_066141.html. Acesso em 29/09/2019.

EL PAÍS. Setor privado se movimenta para blindar a economia brasileira. 24.08.2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/24/politica/1440374136_727458.html. Acesso em 20/09/2019.

ÉPOCA. Ajuste fiscal anunciado por Dilma causa divisão no PT. 13.02.2013. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI210843-16418,00->

[AJUSTE+FISCAL+ANUNCIADO+POR+DILMA+CAUSA+DIVISAO+NO+PT.html](#).

Acesso em 20.10.2021.

ÉPOCA. Joaquim Levy, o ministro rebaixado. 23.10.2015. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/10/o-ministro-rebaixado.html>. Acesso em 30/10/2019.

ÉPOCA. Nelson Barbosa: O triunfo do pai da matriz. 18.12.2015. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/nelson-barbosa-o-triunfo-do-pai-da-matriz.html>. Acesso em 03/03/2019.

ESTADÃO. 'Plano de ajuste de longo prazo é rudimentar' [Online]. **ESTADÃO**, 9.11.2005.

Disponível em: <https://bit.ly/3I32wjk>. Acesso em 20/10/2021.

ESTADÃO. A mudança na política fiscal. **Estadão**, 21.04.2006, Notas e Informações, p. A3.

ESTADÃO. A mudança na política fiscal. **Estadão**, 21.04.2006, Notas e Informações, p. A3.

ESTADÃO. Depois de Levy, presidente do BC vira alvo de petistas. n. 44651, 17.01.2016.

Política, p. A6

ESTADÃO. Dilma contraria Levy e propõe que meta fiscal de 2016 possa ser zero.

15.12.2015. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-vai-propor-ao-congresso-reducao-da-meta-fiscal-em-2016,10000004933>. Acesso em 03/11/2019.

ESTADÃO. Dilma diz que não muda direitos trabalhistas 'nem que a vaca tussa', 17.09.2014.

Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-diz-que-nao-muda-direitos-trabalhistas-nem-que-a-vaca-tussa,1561651>. Acesso em: 12/11/2019.

ESTADÃO. Levy é um diabo mais inteligente. 10.01.2015. Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,levy-e-um-diabo-mais-inteligente,1618142>.

Acesso em: 14/08/2018.

ESTADÃO. Levy: 'brincadeira' da desoneração da folha custa R\$ 25 bi ao ano. 27.02.2015.

Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,levy-brincadeira-da-desoneracao-da-folha-custa-r-25-bi-ao-ano,1641327>. Acesso em 20/09/2019.

ESTADÃO. Lindbergh diz que plano de Levy fracassou e pede mudança na política econômica, São Paulo, 08.07.2015. Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lindbergh-diz-que-plano-de-levy-fracassou-e-pede-mudanca-na-politica-economica,1721608>. Acesso em: 12/11/2017

ESTADÃO. O ajuste fiscal de Dilma. São Paulo, 2015. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-ajuste-fiscal-de-dilma,372254>. Acesso em: 12/11/2017

- ESTADÃO. Palocci defende a “ortodoxia do bem”. 20.04.2003. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,palocci-defende-a-ortodoxia-do-bem,20030420p16094>. Acesso em 23.09.2021.
- ESTADÃO. Palocci reafirma "compromisso de ouro" do governo [Online]. **Estadão**, 28.11.2003. Disponível em: <https://bit.ly/3jx7fiB>. Acesso em: 06/10/2021.
- ESTADÃO. Palocci reafirma "compromisso de ouro" do governo. Estadão, 28.11.2003. Disponível em: <https://bit.ly/3jx7fiB>. Acesso em: 06/10/2021.
- ESTADÃO. Redução da meta fiscal é 'inconveniente' e 'um equívoco', afirma Levy. Brasília, 15.12.2015. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,reducao-da-meta-fiscal-e-inconveniente-e-um-equivoco,10000004865>. Acesso em 20/10/2019.
- EXAME. Ajuste do governo surpreende PT, e Dirceu faz críticas. 10.02.2011. Disponível em: <https://exame.com/mundo/ajuste-do-governo-surpreende-pt-e-dirceu-faz-criticas/>. Acesso em 20.10.2021.
- EXAME. Dilma diz que política fiscal tem desempenho inquestionável. Brasília, 01.10.2014. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/dilma-diz-que-politica-fiscal-tem-desempenho-inquestionavel-2/>. Acesso em: 09/08/2015.
- FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS. **Nota unificada das Centrais Sindicais**: Em defesa dos direitos e do emprego. 14.01.2015. Disponível em: <https://www.fisenge.org.br/index.php/noticias/item/751-nota-unificada-das-centrais-sindicais-em-defesa-dos-direitos-e-do-emprego>. Acesso em 01/08/2019
- FERNANDES, T. Dilma fala em robustez fiscal – mas, na verdade, tortura números. 18.07.2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/dilma-fala-em-robustez-fiscal-mas-na-verdade-tortura-numeros/>. Acesso em 23.09.2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. "Satânico Dr. No" chega à era Lula [Online]. Folha de São Paulo, 29.04.2005. Disponível em: <https://bit.ly/3rlUCf6>. Acesso em 18/11/2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Palocci admite liberar verbas e Dilma aceita arrocho maior. 29.11.2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2911200502.htm>.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Palocci é como mulher de César, afirma Tasso. 29.05.2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2911200508.htm>. Acesso em 23.09.2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Para marcar posição, ministro não vai a anúncio do corte do Orçamento. 23.03.2015. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1632746-para>

[marcar-posicao-ministro-nao-vai-a-anuncio-do-corte-do-orcamento.shtml](#). Acesso em: 06/12/2018.

FREITAS, H.; JANISSEK, R. **Análise léxica e análise de conteúdo**: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Porto Alegre, RS: Sphinx-Sagra, 2000.

FUCS, J. Arno Augustin: "Não sei o que é contabilidade criativa". 08.11.2013. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2013/11/barno-augustinb-nao-sei-o-que-e-contabilidade-criativa.html>. Acesso em 20.10.2021.

FURLAN, F.; BRANCO, L. Dilma e Nelson Barbosa são chapa puro-sangue [Online]. **EXAME**, 16.02.2016. Disponível em: <https://bit.ly/3BmYm1j>. Acesso em: 14.08.20.

G1. Aécio sobre Joaquim Levy: é como um quadro da CIA no comando da KGB [Online]. Brasília, 25.11.2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/aecio-sobre-joaquim-levy-e-como-um-quadro-da-cia-no-comando-da-kgb.html>. Acesso em: 27/09/2018.

G1. Em fala do Dia do Trabalhador, Dilma diz que bancos têm 'lógica perversa' [Online]. **G1**, 30.04.2012. Disponível em: <https://glo.bo/3CehXBI>. Acesso em 11/10/2021.

G1. Jaques Wagner diz que 'quem banca' a política econômica do país é Dilma [Online]. **G1**, 18.12.2015. Disponível em: <https://glo.bo/3FUMw0Q>. Acesso em: 25.11.2021.

G1. Lula agora aceita o déficit zero [Online]. São Paulo, 08.10.2006. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1302888-9356,00-LULA+AGORA+ACEITA+O+DEFICIT+ZERO.html. Acesso em: 06/09/2018

G1. MANTEGA: HÁ IDÉIAS DISTORCIDAS SOBRE GASTOS DO GOVERNO [Online]. **G1**, 23.08.2007. Disponível em: <https://glo.bo/3o4QeyN>. Acesso em: 25.11.2021.

G1. Para facilitar crédito, Dilma defende diminuição do 'spread' bancário [Online]. 03.04.2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/para-facilitar-credito-dilma-defende-diminuicao-do-spread-bancario.html>. Acesso em 11/10/2019.

G1. Para Lula, ajuste fiscal de Dilma é tão forte quanto seu de 2003 [Online]. 16.02.2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/para-lula-ajuste-fiscal-de-dilma-e-tao-forte-quanto-seu-de-2003.html?menu=5c719a78bd00b16>. Acesso em 20.10.2021.

G1. Queda do 'spread' bancário é determinação de Dilma, diz Tombini [Online]. 28.02.2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html>. Acesso em 11/10/2019.

- GENTIL, D. L.; ARAÚJO, V. L. Macroeconomia, indústria e seguridade social: perspectivas e constrangimentos. In: Fonseca, A.; Fagnani, E. **Políticas sociais, desenvolvimento e Cidadania** (ORG.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 197-222.
- GIAVAZZI, F.; PAGANO, M. *Confidence crises and public debt management*. In: DORNBUSCH, R.; DRAGHI, M. (Ed.). **Public debt management: theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GIAVAZZI, F.; PAGANO, M. *Non-Keynesian Effects of Fiscal Policy Changes: International Evidence and the Swedish Experience*. **Swedish Economic Policy Review**, 3. November, 1995.
- GOBETTI, S. W.; AMADO, A. M. Ajuste fiscal no Brasil: algumas considerações de caráter pós-keynesiano. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 31, n. 1, 2011.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **Revista RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan. /jun. 2007.
- GRÜN, R. “Convergência das Elites e Inovações Financeiras: a GC no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 58, 2005.
- GRÜN, R. A crise financeira e a armadilha do bom senso. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S0011-52582011010300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16/ 09/ 2018.
- GRÜN, R. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico Brasileiro em 2009. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 255-297, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16/ 09/ 2018.
- GRÜN, R. A vingança do baixo clero: o desafio ao 'PiG' e o estado do conflito cultural no tratamento da crise financeira. **Mana** (UFRJ), v. 19, p. 303-340, 2013.
- GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.** 2003, vol.18, n.52, pp.139-161.
- GRÜN, R. **Da Pizza Ao Impeachment: Uma Sociologia Dos Escândalos No Brasil Contemporâneo**. Editora Alameda Casa, 2018.
- GRÜN, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - RBCS**, v.22, n.65, p.85-107, 2007.
- GRÜN, R. Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a blogosfera. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 621-666, set./dez. 2008.

- GUERREIRO, Clayton, «Os protestos dos protestantes», **Ponto Urbe** [Online], 18, p.1-22, 2016.
- GUILBERT, T.; LEBARON, F. *L'Économie des mots et les mots de L'économie : Analyse sociodiscursive des discours des dirigeants de la banque centrale Européenne. Langage et Société*, vol. 160-161, no. 2, 2017, p. 217-235.
- GUILBERT, T.; LEBARON, F; PEÑAFIEL, R. *Introduction. Discours austéritaires et discours néolibéral. Langage et société*, vol. 166, no. 1, p. 9-29.
- HOLLAND, M. **A Economia Do Ajuste Fiscal: Por que o Brasil quebrou?**. Elsevier, 2016, p. 210.
- IG. Economistas dizem quem pisou no tomate [Online]. **IG**, 18.04.2013. Disponível em: <https://bit.ly/3B65te5>. Acesso em: 06/09/2019.
- IHU – INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS. Com Palocci no Planalto, ortodoxos voltaram a ganhar força [Online]. 22.02.2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40890-com-palocci-no-planalto-ortodoxos-voltaram-a-ganhar-forca>. Acesso em 20.10.2021.
- ISTOÉ DINHEIRO. A volta do bom humor [Online]. IstoÉ Dinheiro, 08.05.2015. Disponível em: <https://bit.ly/3D6oBd9>. Acesso em: 06/10/2019.
- ISTOÉ DINHEIRO. Joaquim Levy – por que esse homem encanta o mercado?. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/revistas/revistas/20150508/volta-bom-humor/289>. Acesso em: 06/10/2018.
- JARDIM, M. A. C.; MOURA, P. J. C. Entre a ortodoxia e a heterodoxia: disputa simbólica nos governos petistas (Lula e Dilma) para a imposição da doxa econômica. **NORUS - NOVOS RUMOS SOCIOLOGICOS**, v. 9, p. 52-80, 2021.
- JARDIM, M. A. C.; SILVA, M.R. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?**. São Paulo: Unesp, Selo Acadêmico, 2015.
- JARDIM, M. C. A crise financeira de 2008: os discursos e as estratégias do governo e dos fundos de pensão. **Dados** (Rio de Janeiro. Impreso), v. 56, p. 34, 2013.
- JARDIM, M. C. **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites**. Bauru: EDUSC, 2011.
- JARDIM, M. C. Domesticação e/ou Moralização do Capitalismo no Governo Lula: Inclusão Social Via Mercado e Via Fundos de Pensão. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 52, p. 157-182, 2009.

- JARDIM, M. C. **Entre a solidariedade e o risco**: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. Annablume, 2009.
- JARDIM, M. C. Estado e Mercado no Governo Lula: convergências e divergências no mercado de fundos de pensão. **Revista Agenda Política**, Vol.4, n.2, p. 333-362, maio/agosto, 2016.
- JARDIM, M. C. ROSA, T. B. Governo Cardoso (1995-2002) e Governo Lula (2003-2010): Homologia entre Trajetórias dos Ministros e Crenças Econômicas Estatais Vigentes. **TOMO**, n. 39, 2021.
- JARDIM, M. C.; CAMPOS, R. L. S. A construção social dos mercados e a crítica da ciência econômica. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 04, p. 01-09, 2012.
- JARDIM, M. C.; SILVA, M.R. **Programa de aceleração do crescimento (PAC)**: neodesenvolvimentismo?. 1. ed. S. Paulo: Unesp, selo acadêmico, v. 01, p.15-80, 2015.
- JARDIM, M. C; CANDIDO, S. E. A. A sociologia econômica nos Estados Unidos: principais autores, conceitos e debates. **BIB**, São Paulo, n. 88, p. 1-23.
- KLÜGER, E. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06022017-113838/pt-br.php>>. Acesso em: 10/12/2021.
- KLÜGER, Elisa. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- LEBARON, F. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.
- LEBARON, F. *La croyance économique: lês économistes entre science et politique*. Paris: Le Seuil, 2000.
- LEBARON, F. *La force des idées zombies*. *Savoir/Agir*, vol. 38, no. 4, p. 5-8, 2016.
- LEBARON, F. Mundialização financeira ou imposição do modelo financeiro norte-americano? In: JARDIM, M.C. (Org.). **A natureza social das finanças**. Bauru: Edusc, 2011, p.33-46.
- LEBARON, Frédéric. *Zone euro: la crise de la doxa. des politiques d'austérité?*. *Idées économiques et sociales*, N° 183, 1, p. 39-46, 2016. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-idees-economiques-et-sociales-2016-1-page-39.htm>. Acesso em 12/04/2018.

LEBART, L; SALEM, A. *Statistique textuelle*, Paris, Dunod, 1994, p.342.

LIMA, E. C. A. “A construção da imagem pública de Dilma Rousseff no ciberespaço: misoginia, estereótipos e relações de gênero”. In: **30 Reunião Brasileira de Antropologia**, 2016, João Pessoa. 30 Reunião Brasileira de Antropologia. ----: ----, p. 01-20, 2016.

Disponível

em:http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/admin/files/1466212976_ARQUIVO_ArtigoParaRBA2016.pdf. Acesso em 05/05/2018.

LOPREATO, F. L. C. **A política fiscal brasileira: limites e entraves ao crescimento**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 131, ago. 2007.

LOPREATO, F. L. C. **Caminhos da Política Fiscal do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP e Instituto de Economia/UNICAMP, p.58-62, 2013.

LOUREIRO, M. R. A Participação dos Economistas no Governo. **Análise** (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, p. 345-359, 2006.

LOUREIRO, M. R. Instituições, Política e Ajuste fiscal. O Brasil em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, Vol. 16, N. 47, out., p. 75-77, 2001.

LOUREIRO, M. R. **Os Economistas no Governo: Gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LUCENA, E. Primeiras ações de Dilma parecem governo "Lula 3" [Online]. 27.02.2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2702201109.htm>. Acesso em 13.06.2021.

MANTEGA, G. O primeiro ano da nova matriz econômica [Online]. **Valor**, 19.12.2012. Disponível em: <https://glo.bo/2Zgzgno>. Acesso em 28. 05. 2021.

MARTELLO, A. Corte de R\$ 50 bilhões no orçamento será mantido, diz Gleisi Hoffmann. 16/06/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/corte-de-r-50-bilhoes-no-orcamento-sera-mantido-diz-gleisi-hoffmann.html>. Acesso em 23.09.2021.

MARTELLO, A. Queda do *spread* bancário é determinação de Dilma, diz Tombini [Online]. **G1**, 28.02.2012. Disponível em: <https://glo.bo/3pwOXBI>. Acesso em 11/10/2019.

MARTELLO, A. Tombini defende maior superávit primário possível [Online]. **G1**, 10.12.2013. Disponível em: <https://glo.bo/3jvJgjC>. Acesso em: 14/09/2021.

MERTON, R. *Theory and Social Structure*. New York: Free Press, 1968

MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. In: **Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil**. Rio de Janeiro, Centro de Debates de Políticas Públicas, 2014.

- MICELI, S. Prefácio: Materialismo do Simbólico. *In: BOURDIEU, P. Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- MONTEIRO, T. Ministra diz a Bernardo que está sentida 'com tudo isto' [Online]. **Estadão**, 11/11/2005, Nacional, p. A5.
- MONTENEGRO, D; HIPOLITO, R. Dilma Vana Rousseff. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acesso em: 04.09. 2019.
- MOURA, P. J. C. “Entre a ousadia e o dever de casa: a política fiscal do Governo Dilma (2011-2014): discursos, agentes e instituições”. **Relatório Fapesp**, 2021.
- MOURA, P. J. C. “Uma presidente fora de si?”: o estilo Dilma como uma representação da violência simbólica exercida sobre a mulher no campo do poder. **REDD - REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO**, v. 12, p. 31-46, 2020.
- MOURA, P. J. C.; JARDIM, M. A. C. As histerias da presidenta: o estilo Dilma como uma representação da violência simbólica exercida sobre a mulher no poder. *In: Maria Chaves Jardim; Gabriela Porcionato; James Washington Alves dos Santos. (Org.). Socioanálise das emoções: instituições socioculturais na produção das emoções*. 1ed.Araraquara: Cultura Acadêmica, 2020, v. 15, p. 71-96.
- NSC. Mantega nega des controle nos gastos públicos [Online]. **NSC**, 29.07.2009. Disponível em: <https://bit.ly/3lje20j>. Acesso em: 25.11.2021.
- O GLOBO. Dilma diz que Mantega não continuará em eventual segundo mandato por razões 'pessoais' [Online]. 08.09.2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-diz-que-mantega-nao-continuara-em-eventual-segundo-mandato-por-raoes-pessoais-13869695>. Acesso em 03/11/2019.
- O GLOBO. Em Brasília, Lula critica Levy e diz que seu modelo está 'exaurido' [Online]. 12.11.2015. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/em-brasilia-lula-critica-levy-diz-que-seu-modelo-esta-exaurido-18037047>. Acesso em: 27/12/2018.
- O GLOBO. Governo anuncia corte de 69,9 bilhões no orçamento de 2015 [Online]. Rio de Janeiro, 22.05.2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-anuncia-corte-de-699-bilhoes-no-orcamento-de-2015-16234657>. Acesso em: 06/08/2018.
- O GLOBO. Lula diz que crise é causada por 'gente branca de olhos azuis' [Online]. **O Globo**, 26.3.2009. Disponível em: <https://glo.bo/3CeNvYh>. Acesso em: 14/09/2021.

O GLOBO. Para líderes da oposição, Dilma contradiz o que defendeu durante a campanha eleitoral [Online]. Brasília, 07.11.2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/para-lideres-da-oposicao-dilma-contradiz-que-defendeu-durante-campanha-eleitoral-14493055>.

Acesso em: 27/09/2018.

O TEMPO. Guido Mantega critica bancos privados por causa de spread alto e retenção de crédito [Online]. 12/04/12. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/economia/guido-mantega-critica-bancos-privados-por-cao-de-spread-alto-e-retencao-de-credito-1.405147>.

Acesso em 11/10/2019.

O TEMPO. Guido Mantega critica bancos privados por causa de spread alto e retenção de crédito [Online]. **O Tempo**, 12.04.12. Disponível em: <https://bit.ly/3vF7xss>. Acesso em [11/10/2021](https://bit.ly/3vF7xss).

ORAIR, R. O. Desonerações em alta e elevação da carga tributária: o que explica este paradoxo?, 2014. Disponível em:

http://brasildebate.com.br/wpcontent/uploads/2014/08/CTB_2014.pdf. Acesso em:

20/05/2021.

PALOCCI FILHO, A. Pronunciamento do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo. Brasília, 02.01.2003. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

PEDROSO NETO, A. J.; JARDIM, M. C. **As ações econômicas governamentais como construções sociais**. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/spg-1/spg01-1>. Acesso em: 10/09/2016.

PESSOA, S. Comentário ao texto “Bad luck or bad policy: uma investigação das causas do fraco crescimento da economia brasileira nos últimos anos”, de Bráulio Borges. In:

BONELLI, R; VELOSO, F (orgs). **A crise de crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro:

Elsevier; FGV/IBRE, 2016

PINTO, C. R. J. Dilma- uma mulher política. In: Linda Rubin; Fernanda Argolo. (Org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. 1ed.Salvador: Editora UFBA, 2018, p. 23-33.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PT– Partido dos Trabalhadores. **Mais Mudanças, Mais Futuro. Programa de Governo**, 2014. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>. Acesso em 20/09/2019.

REIS, E. T. dos. *Contestação, engajamento e militantismo: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

REUTERS. Entrevista - Brasil não precisa de superávit cheio para queda da dívida — Augustin [Online]. Disponível em:

<https://mobile.reuters.com/article/amp/idBRSPE90802U20130109>. Acesso em 20.10.2021.

REVISTA FORUM. Dilma diz que fará ‘dever de casa’ contra inflação e pela redução de gastos [Online].. São Paulo, 07. 11. 2014. Disponível em:

<https://www.revistaforum.com.br/dilma-diz-que-fara-dever-de-casa-contrainflacao-e-pela-reducao-de-gastos/>. Acesso em 28/10/2021.

SAFATLE, C.; BORGES, J.; OLIVEIRA, R. **Anatomia de um desastre**: Os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.

SALLUM JR., B.; GOULART, J. O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Sociologia Política.**, v. 24, n. 60, p. 115-135, 2016.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1989, p. 298.

SAVARESE, M. Dilma descarta Dirceu e ajuste fiscal em eventual governo [Online].. 30.08.2010. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/08/30/dilma-descarta-dirceu-e-ajuste-fiscal-em-eventual-governo.jhtm>.

Acesso em 20.10.2021.

SCHICK, A. "*Governments versus Budget Déficits*". In: WEAVER, K. e ROCKMAN, B. *Do Institutions Matter? Government Capabilities in the United States and Abroad*. The Brookings Institution. Washington, D.C., 1993.

SILVA, L. I. L. Carta ao Povo Brasileiro. Folha de São Paulo, 2002. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 14/08/2021.

SILVA, M. R. **Banco Central e os sentidos sociais da ação em política monetária**: as justificações morais distintas dos usos sociais do dinheiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSCar, 2017.

SILVEIRA, R. A. Mantega diz que Lula é o fiador da política econômica [Online]..

27.03.2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u77012.shtml>.

Acesso em 20.10.2021.

- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 102, 2015.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOBOTTKA, E. A.; SAAVEDRA, G. A. Justificação, reconhecimento e justiça: Tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer. *Civitas - Revista de Ciências Sociais* [online]. v. 12, n. 1, 2012p. 126-144. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2012.1.11151>>.
- SVERBERI, B. Credibilidade da política fiscal brasileira está na UTI [Online].. 04.01.2013 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/credibilidade-da-politica-fiscal-brasileira-esta-na-uti/>. Acesso em 23.09.2021.
- TELLES, L. F. **Antes do Baile Verde**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- TELLES, L. F. **Ciranda de Pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TERRA. Dilma oferece governo novo ideias novas ao fechar campanha [Online].. 02.10.2014. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/dilma-oferece-governo-novo-ideias-novas-ao-fecharcampanha-na-tv,166716c1ca1d8410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>. Acesso em 20/09/201.
- UOL. Dilma defende Mantega após revista pedir demissão do ministro [Online].. 07/12/2012. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/07/dilma-defende-mantega-apos-revista-pedir-demissao-do-ministro.htm>. Acesso em 20.10.2021.
- UOL. Lula elogia Palocci e Dilma e defende ajuste fiscal [Online]. 18.11.2005. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/brasil/2005/11/18/ult1928u1658.jhtm>. Acesso em 13/07/2021.
- VALOR ECONÔMICO. Mercado financeiro comemora escolha de Joaquim Levy [Online]. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/3790272/mercado-financeiro-comemora-escolha-de-joaquim-levy>. Acesso em: 14/08/2021.
- VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, maio-ago., 2006.
- VEJA. Contabilidade criativa faz governo cumprir meta fiscal [Online]. 30.01.2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/contabilidade-criativa-faz-governo-cumprir-meta-fiscal/>. Acesso em 23.09.2021.

VEJA. Fazenda faz mais manobras para cumprir meta fiscal [Online]. 01.07.2013 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/fazenda-faz-mais-manobras-para-cumprir-meta-fiscal/>.

Acesso em 23.09.2021.

WACQUANT, L. Bourdieu, Foucault e o Estado penal na era neoliberal. **Revista Transgressões**, v. 3, n. 1, p. 5-22, 27 maio 2015.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, p. 19-123, 2003.

WEAVER, K e ROCKMAN, B. *Do Institutions Matter? Government Capabilities in the United States and Abroad*. The Brookings Institution. Washington, D.C., 1993.

WOODFORD, M. *Convergence in Macroeconomics: Elements of the New Synthesis*.

American Economic Journal: Macroeconomics · vol. 1, no. 1, January. pp. 267-79. 2009

ZELIZER, V. A. “Dualidades perigosas”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, abr., 2009, p. 237-256. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13.02.2018.

ANEXO

Relação de discursos de Dilma e Levy coletados nos sites do Governo Federal:

a. Intervenções da presidenta Dilma Rousseff, a saber:

1. Discurso na cerimônia de posse perante o Congresso Nacional (Compromisso Constitucional) em 01/01/2015;
2. Discurso em reunião com governadores no Palácio da Alvorada em 30/07/2015;
3. Discurso na cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Caxias do Sul/RS em 07/03/2016;
4. Discurso na cerimônia de Abertura da 21ª Edição do Salão Internacional da Construção - FEICON BATIMAT em 10/03/2015;
5. Discurso na cerimônia de inauguração da Unidade de Secagem e Armazenagem da Cooperativa Regional dos Assentados de Porto Alegre (COOTAP) em 20/03/2015;
6. Discurso na cerimônia de anúncio de medidas de fortalecimento para a Formação Técnica e Profissional do Pronatec no Palácio do Planalto em 09/03/2016;
7. Discurso na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro da Fazenda para Nelson Barbosa; e de Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para Valdir Simão no Palácio do Planalto em 21/12/2015;
8. Pronunciamento ao Dia do Trabalho em 01/05/2015;
9. Pronunciamento – Reforma ministerial (corte de ministérios e salários do executivo)
10. Em cadeia nacional no Dia Internacional da Mulher em 08/03/2015
11. Discurso na primeira reunião ministerial do Segundo Governo em 02/2015;
12. Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encontro bilateral com o Presidente de Governo espanhol, Mariano Rajoy na Espanha;
13. Coletiva de imprensa após a cerimônia de sanção do novo Código do Processo Civil em 16-03-2015;
14. Coletiva de imprensa no lançamento da unidade de secagem e armazenagem de arroz da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), em Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre (RS) em 20/03/2015;
15. Entrevista coletiva concedida pela Presidenta Dilma após encontro com o Rei e a Rainha da Suécia - Estocolmo-Suécia em 19/10/2015;

16. Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, após Retiro dos Chefes de Estado e de Governo da II Cúpula UE-CELAC – Bruxelas em 10/06/2015;
17. Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Bloomberg News em 31/03/2015;
18. Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, à France 24 entrevista ao France 24 em 08/06/2015;
19. Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, na chegada ao Palácio Itamaraty - Brasília/DF em 21/05/2015;

b. Intervenções do ministro Joaquim Levy, sendo eles:

1. Discurso Na posse do cargo de ministro da Fazenda na sede do Banco Central do Brasil em 05/01/2015;
2. Discurso No evento de comemoração dos 15 anos do jornal Valor Econômico em 05/05/2015;
3. Intervenção em Audiência Pública na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em 29/04/2015;
4. Palestra “Novo ciclo do cooperativismo de crédito no Brasil” no Banco Central em 05/08/2015;
5. Intervenção na Plenária Geral do Congresso Nacional para debate de assuntos relacionados à Pasta da Fazenda em 15/10/2014;
6. Discurso em palestra para ex-alunos da Universidade de Chicago em São Paulo em 24/03/2015;
7. Intervenção na Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado Federal em 31/03/2015;
8. Levy fala sobre situação econômica do Brasil em viagem à Turquia;
9. Coletiva na Câmara de Comércio França Brasil;
10. Declaração ao jornal A Gazeta, do Espírito Santo em 20/07/2015;
11. No café da manhã com jornalistas setoristas da Fazenda em 13/01/2015;